MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Procuradora-Geral da República

LUCIANO MARIZ MAIA

Vice-Procurador-Geral da República

ALEXANDRE CAMANHO DE ASSIS

Secretário-Geral

**DIÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ELETRÔNICO**

SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03

CEP: 70050-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3105-5100

<http://www.pgr.mpf.mp.br>**SUMÁRIO**

	Página
Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.....	1
2ª Câmara de Coordenação e Revisão	9
7ª Câmara de Coordenação e Revisão	10
Procuradoria Regional da República da 2ª Região	11
Procuradoria da República no Estado do Amapá	11
Procuradoria da República no Estado do Amazonas	12
Procuradoria da República no Estado da Bahia	13
Procuradoria da República no Distrito Federal	14
Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo	14
Procuradoria da República no Estado de Goiás	16
Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso	16
Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais	17
Procuradoria da República no Estado do Pará	20
Procuradoria da República no Estado do Paraná.....	21
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco	24
Procuradoria da República no Estado do Piauí	26
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.....	27
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul	33
Procuradoria da República no Estado de Roraima	37
Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.....	38
Procuradoria da República no Estado de São Paulo.....	44
Procuradoria da República no Estado de Sergipe.....	66
Procuradoria da República no Estado do Tocantins	67
Expediente	68

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO

DECISÃO Nº 795, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Referência: PP MPF/PRPR 1.25.000.004655/2016-06

1. Ciente da decisão do NAOP da 4ª Região, que não conheceu da promoção de arquivamento.
2. Considerando que a questão exposta nos autos diz respeito a controle de atos da Administração, a análise da promoção de arquivamento cabe à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, sendo necessária a redistribuição do feito.
3. Remetam-se os autos à 1ª CCR.
4. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 797, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017

REFERÊNCIA: PP 1.26.001.000061/2017-51 (MPF/PRM – Petrolina-Juazeiro/BA). Procedimento Preparatório. Saúde. Alegação de dificuldade em iniciar tratamento no Centro de Oncologia do Hospital Regional de Juazeiro/BA, por falta dos medicamentos necessários. Informação encaminhada pelo referido hospital. Medicação já adquirida, todavia não iniciado o tratamento por contraindicação médica. Homologação do arquivamento.

1. Cuida-se de arquivamento do procedimento preparatório e encaminhamento dos autos ao Núcleo de Apoio Operacional à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão na 5ª Região para a devida homologação.
2. Em sessão realizada pelo NAOP-PFDC-PRR/5ª Região, o colegiado deliberou pelo não conhecimento do arquivamento e determinou a remessa dos autos à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão nos seguintes termos:

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. SAÚDE. NOTÍCIA DE FALTA DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE CÂNCER NO CENTRO DE ONCOLOGIA DO HOSPITAL REGIONAL DE JUAZEIRO/BA. ARQUIVAMENTO. NÃO CONHECIMENTO. REMESSA DOS AUTOS À PFDC.

3. Ciente.

4. A Procuradora oficiante, Dra. Mara Elisa de Oliveira, relatou e promoveu o arquivamento dos autos, nos seguintes termos:

(...)

Trata-se de Procedimento Preparatório instaurado com o objetivo de apurar o contido em Termo de Declarações colhido nesta Procuradoria da República, em que EDJANE FERREIRA DE ARAÚJO narra que sua mãe, MARIA FERREIRA DE ARAÚJO, 61 anos de idade, diagnosticada com câncer metastático, não conseguiu dar início ao seu tratamento no Centro de Oncologia do Hospital Regional de Juazeiro, por falta dos medicamentos necessários.

Despacho deste Parquet à fl. 13, determinando encaminhar ofício ao Hospital Regional de Juazeiro-BA, no intuito de informar se o medicamento necessário para o tratamento quimioterápico da paciente MARIA FERREIRA DE ARAÚJO já havia sido adquirido.

Em resposta (fl. 16), o referido Hospital informou que a medicação necessária para o início do tratamento quimioterápico da paciente já havia sido adquirido, contudo por contraindicação médica não foi administrada, aguardando portanto, condições clínicas da paciente para continuidade do tratamento.

Destarte, diante do esgotamento do objeto do feito e considerando não haver qualquer outra medida a ser adotada no âmbito desse parquet no caso em tela, notadamente em razão da existência de outros procedimentos que apuram a questão do subdimensionamento da rede de saúde da região, promovo o ARQUIVAMENTO do presente procedimento administrativo, dando-se ciência à Representante, para, querendo, manifestar inconformismo e apresentar razões escritas, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Após, encaminhem-se os presentes autos, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ao NAOP-PFDC-PRR/5ª Região, para os fins de devido controle institucional.

(...)

5. É o relatório.

6. Secundando as razões expostas, homologo o arquivamento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 798, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Referência:PP MPF/PRPR 1.25.000.003444/2016-48

1. Ciente da decisão do NAOP da 4ª Região, que não conheceu da promoção de arquivamento.
2. Considerando que a questão exposta nos autos diz respeito a controle de atos da Administração, a análise da promoção de arquivamento cabe à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, sendo necessária a redistribuição do feito.
3. Remetam-se os autos à 1ª CCR.
4. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 799, DE 18 DE OUTUBRO DE 2017

Referência:IC MPF/PRM – Ponta Grossa/RS 1.25.008.000223/2014-86

1. Ciente da decisão do NAOP da 4ª Região, que não conheceu da promoção de arquivamento.
2. Considerando que a questão exposta nos autos diz respeito a controle de atos da Administração, a análise da promoção de arquivamento cabe à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, sendo necessária a redistribuição do feito.
3. Remetam-se os autos à 1ª CCR.
4. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 800, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Referência: NF MPF/PRM – Nova Friburgo/RJ 1.30.006.000229/2017-56

1. Ciente da decisão do NAOP da 2ª Região, que não conheceu do declínio de atribuição.
2. Considerando que a questão exposta nos autos diz respeito a controle de atos da Administração, a análise do declínio de atribuição cabe à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, sendo necessária a redistribuição do feito.
3. Remetam-se os autos à 1ª CCR.
4. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 803, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

REFERÊNCIA: PP 1.22.003.000160/2017-62 (MPF/PRM – Uberlândia/MG). Procedimento preparatório instaurado para apurar possível irregularidade concernente ao ingresso de candidata no cargo de auxiliar administrativo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Alegação de utilização de vaga destinada aos negros, sem se enquadrar em tal perfil. Informações encaminhadas pela UFU. Não ocorrência. Observância do edital. Candidata que, após nomeação, assinou o documento “Autodeclaração de Cor/Raça”, se autodeclarando negra e tomando ciência das penalidades previstas acerca de eventual falsidade na declaração. Não verificação da autodeclaração no referido concurso porque, à época, ainda não havia sido publicada a Orientação Normativa nº 3 de 1/8/16, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que previu a criação dessas comissões. Homologação do arquivamento.

1.O Procurador oficiante, Dr. Leonardo Andrade Maceo, relatou e promoveu o arquivamento dos autos, nos seguintes termos:
(...)

1. Este procedimento foi instaurado em 10/04/2017, a partir da representação sigilosa realizada na Sala de Atendimento ao Cidadão (20170009991), com a finalidade de apurar possíveis irregularidades concernentes ao ingresso da candidata ANA CLÁUDIA ARAÚJO SILVA no cargo de auxiliar administrativo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), valendo-se da reserva de vagas destinada aos negros, mesmo sem se enquadrar em tal perfil.

2. Oficiada para prestar esclarecimentos sobre os fatos, a UFU informou às f. 09-15, que a servidora Ana Cláudia Araújo Silva foi nomeada para o cargo de Auxiliar em Administração, objeto do Edital nº 89 de 18.11.2014, após se classificar na 9ª posição nas vagas reservadas aos negros, por meio da portaria 369 de 06.02.2017.

3. A UFU aduz que o referido Edital ao dispor sobre as regras do Concurso Público, prevê no subitem 2.5 a respeito das vagas destinadas aos candidatos autodeclarados negros, observando a Lei Federal n. 12.990, de 09 de junho de 2014 que reserva 20% das vagas aos concursos públicos do poder executivo federal, autarquias e fundações públicas, informando ao candidato nos subitens 2.5.2 e 2.5.3 da autodeclaração dos candidatos e das implicações quanto à falsidade da declaração abaixo transcritos:

2.5.2 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

2.5.3. Constatada a falsidade da declaração, a que se refere o item 2.5.2., será o candidato eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao cargo efetivo, após procedimento administrativo, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4. A IES esclarece ainda que a servidora escolheu concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros e, após a nomeação, assinou o documento "Autodeclaração de Cor/raça", se autodeclarando negra e tomando ciência das penalidades previstas acerca da falsidade da autodeclaração.

5. No que se refere à verificação da autodeclaração da candidata, a UFU informa que somente com a publicação da Orientação Normativa nº 3 de 01.08.2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, instituiu-se a criação de comissões para verificação da autodeclaração de tais candidatos. Sendo a referida comissão instituída pela UFU por meio da Portaria n. 871 de 16.08.2016, o edital de homologação de Concurso Público n. 23, de 06 de março de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 09.03.2016, em que a candidata se classificou, precedeu à data de sua publicação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

6. Analisando-se as argumentações do representante e da Universidade Federal de Uberlândia, percebe-se que não há irregularidades a serem sanadas.

7. Não ficou evidenciado qualquer ato que comprometesse a lisura do certame. A UFU demonstrou que seguiu as normas que regulam o acesso às vagas reservadas a candidatos negros, bem como elucidou a questão sobre a verificação da autodeclaração da candidata. Explicou que não realizou a verificação no referido concurso porque ainda não havia sido instituída pela UFU a Comissão para verificação da autodeclaração, nem tampouco havia sido publicada a Orientação Normativa n. 3 de 01.08.2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que previu a criação dessas comissões.

III - CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, tendo em vista a ausência de irregularidades, **PROMOVO O ARQUIVAMENTO** deste procedimento preparatório e determino:

(a) encaminhe-se cópia desta decisão à parte representante, cientificando-a de que, até que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento pelo órgão revisional, poderão ser apresentadas razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos para apreciação (art. 17, §§ 1º e 3º da Resolução CSMPF n. 87/2006).

(b) a remessa dos autos ao órgão revisional para análise desta promoção, nos termos do art. 62, IV da Lei Complementar n. 75/1993;

(c) após a homologação, arquive-se fisicamente os autos na unidade, com baixa na distribuição.

(...)

2. É o relatório.

3. Secundando as razões expostas, homologo o arquivamento.

DEBORAH DUPRAT
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 804, DE 9 DE OUTUBRO DE 2017

REFERÊNCIA: IC 1.22.002.000220/2013-23 (MPF/PRM – Uberaba/MG). Inquérito civil instaurado para apurar supostas irregularidades no cadastro de professores e suas titulações para comporem o corpo docente dos cursos à distância ofertados pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Não ocorrência. Informações encaminhadas pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC) e pela universidade. Credenciamento da UNIUBE realizada por meio do Decreto Federal nº 24.132, de 24/11/1947 (recredenciada pela Portaria MEC 544, de 25/10/1988), e o ensino à distância (EAD) por meio da Portaria nº 1.871, de 2/6/2005. Regularidade, a princípio, no corpo docente da UNIUBE. Informação de processo de recredenciamento da UNIUBE para o ensino à distância, onde eventuais inconsistências poderão ser detectadas pelo órgão competente. Homologação do arquivamento.

1. O Procurador oficiante, Dr. Thales Messias Cardoso, relatou e promoveu o arquivamento do presente feito, nos seguintes termos: (...)

Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar supostas irregularidades no cadastro de professores e suas titulações para comporem o corpo docente dos cursos à distância ofertados pela UNIVERSIDADE DE UBERABA-UNIUBE.

Origina-se de correspondência eletrônica (f. 3) noticiando suposta fraude perpetrada na Universidade de Uberaba, consistente em alterações nos registros acadêmicos do corpo docente durante o processo de avaliação do Ministério da Educação para os cursos na modalidade de ensino à distância.

Foi diligenciado junto a SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR- SERES/MEC, que informou que a instituição de ensino em referência é cadastrada para ministrar o ensino à distância (f. 13-30) e que os dados de docentes e coordenador de curso são informações de cunho declaratório de responsabilidade da instituição de ensino superior devidamente credenciada (f. 45-50).

A UNIUBE encaminhou a relação do seu corpo docente dos cursos à distância (f. 37-43), relação esta depois complementada com a indicação dos respectivos cursos (f. 53-70).

Com a finalidade de averiguar eventuais modificações posteriores à expedição do ato autorizativo originário não acobertadas por pedido de aditamento por parte da IFES, o que justificaria a provocação da SERES para a abertura de procedimento de supervisão, foi determinado e expedidos: ofício à SERES/MEC, solicitando que informasse o rol de docentes informados pela Universidade de Uberaba contendo NOME, CPF, TITULAÇÃO MÁXIMA, VÍNCULO EMPREGATÍCIO e REGIME DE TRABALHO para todos os cursos EAD autorizados; ofício à Universidade de Uberaba, solicitando que informe o rol de docentes/tutores ativos contendo NOME, CPF, TITULAÇÃO MÁXIMA, VÍNCULO EMPREGATÍCIO e REGIME DE TRABALHO para todos os cursos EAD autorizados pelo MEC.

A UNIUBE encaminhou a relação (f.82), assim como a SERES/MEC (f. 92), que também apresentou o expediente de f. 96-113, acerca da situação do ensino à distância da instituição de ensino em referência.

É o que cumpre relatar.

Conforme determina o art. 9º, IX, e o art. 16, II, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB, para que as Instituições de Ensino Superior – IES – criadas e mantidas pela iniciativa privada funcionem de forma regular, são necessários os seguintes atos autorizativos:

Credenciamento – que consiste no primeiro ato autorizativo da IES; e

Recredenciamento – que é a renovação periódica do credenciamento da IES.

Compete ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, regular e supervisionar os cursos de graduação e pós-graduação lato sensu, e, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, a regulação e supervisão de cursos de pós-graduação stricto sensu.

Para que o curso de graduação oferecido pela IES funcione adequadamente, são necessários os seguintes atos autorizativos:

Autorização – que consiste na avaliação da organização didático-pedagógica, do corpo docente, do corpo técnico-administrativo e das instalações físicas oferecidos pela IES para o funcionamento do curso;

Reconhecimento – que consiste no processo de avaliação qualitativa do curso que tenha completado entre 50% e 75% do período de integralização, e é condição necessária para a validade nacional dos diplomas expedidos pela IES;

Renovação de reconhecimento – que consiste em nova avaliação qualitativa do curso solicitada pela IES a cada ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Para que o curso de pós-graduação oferecido pela IES funcione adequadamente, é necessário:

Credenciamento – que consiste em ato regulatório necessário previsto no § 1º do art. 80 da LDB, e regulamentado no Decreto 5773/06 e na Portaria Normativa MEC 40/07, republicada em 29/12/2010.

Nas IES's, o ensino superior pode ser ministrado na modalidade de ensino presencial, quando exige a presença do aluno em pelo menos 75% das aulas e em todas as avaliações, ou ensino à distância – EAD, quando a relação professor-aluno não é presencial, e o processo de ensino ocorre com a utilização de meios como material impresso, televisão, internet, etc.

Em se tratando de oferta de cursos na modalidade de ensino à distância, é necessário que a IES seja especificamente credenciada para atuar nesta modalidade de ensino.

Conforme estabelecido pelo Art. 66 da Lei 9.394/96, a preparação para o exercício do magistério superior se fará em nível de pós-graduação, prioritariamente em programa de Mestrado e Doutorado. Portanto, cabe à Instituição, desde que atendido o ato normativo acima citado, definir a qualificação de seus docentes.

Releva notar que as Universidades e Centros Universitários devem manter um terço de seu corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e um terço de seu corpo docente desenvolvendo atividades em regime de tempo integral.

O Corpo Docente é dimensão avaliada na renovação do ato autorizativo do curso, incluindo a adequação entre formação e disciplina assumida. O regime de trabalho e a qualificação docente, tanto para instituições públicas como privadas, interferem diretamente nos conceitos obtidos pela instituição nos procedimentos avaliativos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Releva ressaltar que o § 4º do art. 10 do Decreto 5.773, de 9 de maio de 2006 assevera que:

art. 10.

§ 4º – Qualquer modificação na forma de atuação dos agentes da educação superior após a expedição do ato autorizativo, relativa à mantenedora, à abrangência geográfica das atividades, habilitações, vagas, endereço de oferta dos cursos ou qualquer outro elemento relevante para o exercício das funções educacionais, depende de modificação do ato autorizativo originário, que se processará na forma de pedido de aditamento.

O MEC (f. 46-47) informa que a Sociedade Educacional Uberabense – UNIUBE, mantenedora da Universidade de Uberaba foi credenciada por meio do Decreto Federal 24.132, de 27/11/1947, e recredenciada por meio da Portaria MEC 544, de 25/10/1988, e credenciada EAD por meio da Portaria n. 1871, de 02/06/2005.

Esclarece, ainda, que os dados de docentes e coordenador de curso são informações de cunho declaratório e de responsabilidade da IES e que tais informações podem ser ou não confirmadas na visita in loco à IES, oportunidade em que é produzido o Relatório de Avaliação.

A partir da documentação constante nos autos, notadamente as listagens de docentes, não se verificou concretamente inconsistências nas informações apresentadas pela UNIUBE.

Outrossim, encontra-se em andamento no SERES/MEC o recredenciamento da UNIUBE para o ensino à distância, no bojo do qual eventuais inconsistências poderão ser detectadas pelo órgão competente.

Assim sendo, restam esgotadas as providências de incumbência do Ministério Público Federal, pelo que promovo o ARQUIVAMENTO do presente inquérito civil. Cientifique-se o representante (f. 3), mediante encaminhamento de cópia do presente despacho para ciência, inclusive para, em querendo, apresentar razões recursais no prazo de 10 (dez) dias úteis, nos termos do art. 17, § 1º e 3º, da Resolução 87/2006/CSMPF.

Decorrido o prazo, determino o encaminhamento dos autos à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, para fins de reexame (art. 9º, § 3º, da LACP c/c art. 62, IV, da LC nº 75/93).

(...)

2.É o relatório.

3. Secundando as razões expostas, voto pela HOMOLOGAÇÃO do arquivamento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 807, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

REFERÊNCIA: IC 1.22.001.000290/2008-24 (MPF/PRM – Juiz de Fora/MG). Inquérito civil instaurado para apurar as condições de acessibilidade dos prédios públicos federais no Estado de Minas Gerais, especificamente em relação à sede da Auditoria da 4ª Circunscrição da Justiça Militar. Informações encaminhadas. Prédio tombado pelo patrimônio histórico municipal nos termos do Decreto nº 7.008/01. Parecer Técnico nº 29/2013 – PRMG/ASSPER/ARQ. Edifício em desacordo com a legislação vigente. Solicitação de liberação de recursos orçamentários ao Superior Tribunal Militar para realização das obras necessárias à adequação do prédio. Recurso não disponibilizado. Grave crise econômica em que se encontra o país, com restrições orçamentárias em todas as esferas da Administração Pública. Princípio da reserva do possível: razoabilidade da pretensão deduzida e existência de disponibilidade financeira. Homologação do arquivamento.

1.A Procuradora oficiante, Dra. Zani Cajueiro Tobias de Souza, relatou e promoveu o arquivamento dos autos, nos seguintes termos:

(...)

Trata-se de feito instaurado a partir do ofício nº 471/2007 -PRMG/FPBN, solicitando a verificação das condições de acessibilidade dos prédios públicos federais no Estado de Minas Gerais, a fim de permitir o devido acesso em suas dependências a pessoas com deficiência física (fls. 05/07).

A esta Procuradoria da República coube a averiguação das condições de acessibilidade às pessoas com necessidades especiais na sede da Auditoria da 4ª Circunscrição da Justiça Militar (fls. 20).

Foi informado pela Exma. Juíza Auditora da 4ª CJM que o prédio em questão é tombado pelo patrimônio Histórico Municipal nos termos do Decreto nº 7.008/01, devendo-se atentar em relação a alterações externas. Ademais, foi solicitada a liberação de recursos orçamentários ao Superior Tribunal Militar para a realização das obras necessárias a adequação do prédio (fls. 22/23).

Os autos foram remetidos ao setor de Perícia da Procuradoria da República em Minas Gerais, visando averiguar se o prédio encontrava-se dentro dos parâmetros de acessibilidade (fls. 33).

De acordo com o Parecer Técnico nº 29/2013 – PRMG/ASSPER/ARQ, foram identificados problemas no edifício, em desacordo com a Norma Brasileira NBR 9050:2004 que estabelece “critérios e parâmetros a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade”. Diante disso, conclui-se que o edifício não atende à legislação vigente em relação à acessibilidade para pessoas com deficiência (fls. 34/39-v).

Foi esclarecido via ofício encaminhado pela Exma. Juíza Auditora da 4ª CJM (fls. 82/83), que embora tenha sido solicitado à União a liberação de recursos para realização das obras de adequação nas instalações daquela Auditoria, não houve a descentralização de recursos para obras no exercício de 2016, devido aos cortes orçamentários havidos no referido ano. Diante disso, foi solicitado a esta Procuradoria da República a possibilidade de se adotarem medidas paliativas com vistas à adequação, com a instalação de um elevador para acesso ao segundo pavimento, e com a adaptação de um banheiro unissex, destinado exclusivamente às pessoas com necessidades especiais (fls. 82).

Em despacho, a MPF opinou de forma favorável as medidas propostas até que existissem possibilidades financeiras de se realizar a total adequação das instalações (fls. 84/85). Não obstante, em novo ofício da 4ª CJM foi informado que, “por meio de ofício circular, a Presidência do

STM expediu recomendação para que não se realizassem obras e serviços de engenharia, permitindo-se apenas a manutenção de imóveis funcionais ou reformas que, se não realizadas, representem risco de vida ou ao patrimônio público”. Logo, não foi disponibilizado recurso, no valor de R\$ 60.000,00, destinado à implantação de medidas paliativas para melhoria da acessibilidade no referido prédio (fls. 940).

É o relato do necessário.

No tocante a acessibilidade é sabido que trata-se de um direito constitucional que prevê o acesso às pessoas com deficiência em todos os lugares. Condiciona que, na construção de todos os espaços, na formação de todos os produtos, e no planejamento de todos os serviços deva-se pensar e permitir que os cidadãos com deficiência possam ser usuários legítimos e dignos. Logo, nenhum serviço pode ser concedido sem acessibilidade plena.

Conforme preceitua o artigo 227, § 2º e 244 da carta Magna, a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público visando garantir o acesso adequado às pessoas com deficiências.

De acordo com o artigo 53 da Lei nº 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), “a acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”. Nesse sentido, faz-se mister assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos das pessoas com deficiência.

Note-se que o procedimento em questão tramita nessa Procuradoria da República desde 2008, e ao longo desses anos buscou-se por diversas vezes soluções para que o referido prédio público reunisse melhores condições de acessibilidade. Todavia, é pública e notória a situação econômica em que o país se encontra, com restrições orçamentárias em todas as esferas da Administração Pública. A excepcionalidade da situação acaba por impor limitações à efetivação desses direitos, ainda que fundamentais, por absoluta impossibilidade de exigência do que seria ideal.

Assim, embora os direitos fundamentais sejam o alicerce da República Federativa do Brasil, está a Administração Pública atrelada ao princípio da reserva do possível, in casu, de maneira irreparável, vez que a efetivação dos direitos fundamentais depende da concreta e razoável disponibilidade por parte do Estado.

Em relação a essa teoria, tem-se que a reserva do financeiramente possível considera como limite absoluto à efetivação de direitos fundamentais/sociais, e neste caso os direitos das pessoas com deficiência, a suficiência de recursos públicos e a previsão orçamentária da respectiva despesa.

Nesse sentido, explica Flávio Galdino:

“Na medida em que o Estado é indispensável ao reconhecimento e efetivação dos direitos, e considerando que o Estado somente funciona em razão das contingências de recursos econômico-financeiros captados junto aos indivíduos singularmente considerados, chega-se à conclusão de que os direitos só existem onde há fluxo orçamentário que o permita.” (GALDINO, Flávio. O Custo dos Direitos. In: TORRES, Ricardo Lobo (org.). Legitimação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.).

Em decisão proferida na ADPF n.º 45/DF, o Min. Celso de Mello consignou o seguinte:

“Desnecessário acentuar-se, considerando o encargo governamental de tornar efetiva a aplicação dos direitos econômicos, sociais e culturais, que os elementos componentes do mencionado binômio (razoabilidade da pretensão + disponibilidade financeira do Estado) devem configurar-se de modo afirmativo e em situação de cumulativa ocorrência, pois, ausentes qualquer desses elementos, descaracterizar-se-á a possibilidade estatal de realização prática de tais direitos”. (ADPF MC N.º 45, Rel. Celso de Mello, DJ 4.5.2004).

Assim, não se justifica a tramitação de uma Ação Civil Pública neste momento, visto que esta provavelmente restaria onerosa e infrutífera por desconsiderar a realidade do país.

Corroborando com esse entendimento, temos o recente julgado do TRF5:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS ESTRUTURAIS DE ACESSIBILIDADE EM AGÊNCIAS POSTAIS. CUMPRIMENTO. PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL. PRETENSÃO À REALIZAÇÃO DE OBRAS NO ENTORNO DAS AGÊNCIAS. MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO MPF. PROVIMENTO DAS APELAÇÕES. 1. Ação Civil Pública com pedido liminar, ajuizada pelo MPF com desígnio, em suma, de que seja a ECT obrigada a adequar a estrutura arquitetônica das agências postais localizadas no bairro Siqueira Campos (Aracaju) e no Município de Nossa Senhora do Socorro, às normas de acessibilidade voltadas às pessoas portadoras de deficiência física. 2. É verdade que as motivações para o manejo da presente ação civil pública existiram, tanto que diversas das medidas de acessibilidade requeridas pelo Parquet foram implementadas pela ECT no decorrer do curso processual, em especial depois de deferida a liminar. Contudo, não é razoável exigir-se da Empresa de Correios a adoção de medidas complementares àquelas já implantadas, conforme pretende o MPF. A uma, porque o próprio laudo pericial produzido contradiz tal necessidade; a duas, porque, no caso, tem-se caracterizada situação em que se deve escolher entre a acessibilidade ideal e a possível, sendo certo que a ideal depende de alterações conjuntas, a ser realizadas tanto nos imóveis, quanto em seu entorno, envolvendo, inclusive, a municipalidade. Por outro lado, a possível já se encontra efetivada, conforme comprova a ECT, em atendimento à constatação feita pela perícia judicial. 3. Ora, é certo que é admissível o controle jurisdicional das políticas públicas, a fim de que se concretize os direitos fundamentais de segunda e terceira gerações, contudo tal concretização está condicionada pelo princípio da reserva do possível, traduzido no binômio razoabilidade da pretensão deduzida e existência de disponibilidade financeira, acrescido, como no caso, da viabilidade técnica. De modo que, estando demonstrado que a ECT assegurou, na medida do possível, o direito de ir e vir dos cidadãos às suas agências postais situadas no bairro Siqueira Campos (Aracaju) e no Município de Nossa Senhora do Socorro, inclusive daqueles portadores de necessidades especiais, não se há falar em determinação de implementação de medidas outras, estruturais ou não, máxime quando o próprio Laudo Pericial concluíra pela inexistência de espaço físico nos imóveis para comportá-las. 4. No que concerne ao apelo do Município de Nossa Senhora do Socorro, cuidando-se de ação que visa constringer o Município a realizar obras no entorno das agências, para fins de acessibilidade, não tem o Ministério Público Federal atribuições para atuar. É que, quanto às incumbências próprias do Município, relativas à garantia do direito à acessibilidade do entorno, o assunto se insere nas atribuições do Ministério Público Estadual, faltando, por isso mesmo, competência à Justiça Federal para conhecer destes pedidos. 5. Provimento das apelações.

(AC 00010317020124058500, Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima, TRF5 - Segunda Turma, DJE - 05/12/2016

– Página:36) Grifou-se.

Perante o exposto, conforme o artigo 17 da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal “se o Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a adoção das medidas previstas no artigo 4º, I, III e IV, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou do procedimento administrativo, fazendo-o fundamentadamente”. De tal forma, inexistentes razões que justifiquem a tramitação do procedimento, vez que não se vislumbram medidas efetivas para a solução do mesmo, determino seu arquivamento.

Remetam-se os autos à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC para análise da promoção de arquivamento.

(...)

2. É o relatório.

3. Secundando as razões expostas, homologo o arquivamento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 809, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

REFERÊNCIA: PP 1.17.003.000180/2016-12 (MPF/PR - Município de São Mateus/ES). Decisão que não homologou declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual. Instituição bancária que exige apresentação de carteira de identidade para saque do benefício previdenciário. Recurso do Procurador da República oficiante, ao entendimento de que o fato foi praticado por empresa de economia mista (Banco do Brasil). Atribuição do Ministério Público Estadual. Provimento do recurso.

1. Trata-se de recurso interposto pelo Procurador da República oficiante, Jorge Munhós de Souza, contra decisão que não homologou o declínio de atribuição, assim fundamentada:

Trata-se de notícia de fato instaurada a partir de representação apresentada pela Sra. Ivanilde Cardoso de Oliveira, noticiando supostas irregularidades praticadas pelo INSS e pelo Banco do Brasil no procedimento adotado para viabilizar o saque de benefícios previdenciários de pessoas que não portem Carteira de Identidade.

2. Após a realização de diversas diligências e a constatação de que tal situação se repetia com outros cidadãos – conforme representações de fls. 54 e ss.; verificou-se que o Banco do Brasil, quando o cliente não possuía RG, solicitava a apresentação de outro documento de identificação, para a realização do saque do benefício, sendo que o referido documento deveria estar cadastrado na base do INSS para confirmação (fls. 60/60v).

3. Analisando a questão, o Procurador da República Jorge Munhós de Souza concluiu que a resposta apresentada pelo Banco do Brasil parecia afrontar o disposto no art. 2º, da Lei nº 12.037/2009. No entanto, a adoção de eventual medida judicial não seria de competência da Justiça Federal, razão pela qual promoveu declínio de atribuição ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, encaminhando os autos ao NAOP para homologação.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

5. A representação relata possível óbice irregular imposto pelo Banco do Brasil ao saque de valores relativos a benefícios previdenciários pagos pelo INSS pelos beneficiários que, no momento de solicitação da operação bancária, não apresentassem Carteira de Identidade.

6. Nesse sentido, em se tratando de notícia de prática perpetrada por sociedade de economia mista federal, que injustificadamente impede que os cidadãos atingidos usufruam de benefícios previdenciários aos quais têm direito, pagos por autarquia federal, entendo presente interesse federal que justifique a atribuição do MPF para apuração da questão.

7. Assim sendo, concluo que a investigação dos fatos relatados deve ser desenvolvida no âmbito do Parquet Federal, razão pela qual voto pela não homologação do declínio de atribuição.

CONCLUSÃO

8. Ante o exposto, VOTO pela NÃO HOMOLOGAÇÃO do declínio de atribuição, com o retorno dos autos à origem, para continuidade da apuração.

2. O recorrente afirma que é atribuição do Ministério Público Estadual proceder à investigação sobre fatos praticados por empresa de economia mista, que, ao exigir a apresentação da carteira de identidade, dificulta o saque de benefício previdenciário.

3. Esse o breve relato.

4. O recurso merece prosperar.

5. Considerando que não há indícios de prejuízo a bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias ou empresas públicas, não incide nenhuma das hipóteses do art. 109 da Constituição Federal, que prevê a competência dos juízes federais. As sociedades de economia mista não estão inseridas nesse rol.

6. Sendo assim, cabe ao Ministério Público Estadual a adoção de medidas eventualmente cabíveis contra o Banco do Brasil.

7. Pelo exposto, o recurso deve ser provido e os autos devem ser remetidos ao Ministério Público Estadual.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 810, DE 31 DE OUTUBRO DE 2017

REFERÊNCIA: IC 1.22.013.000025/2017-06 (MPF/PRM – Pouso Alegre/MG). Inquérito Civil. Alegação de supostas irregularidades na implantação dos serviços de tratamento e assistência extra-hospitalar em saúde mental no município de São Gonçalo do Sapucaí/MG. Informação encaminhada pela prefeitura municipal, noticiando a instalação do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que se encontra em funcionamento e com a equipe completa. Pendência tão somente de questões burocráticas para finalização da implantação do CAPS. Homologação do arquivamento.

1. O Procurador oficiante, Dr. Eduardo Morato Fonseca, relatou e promoveu o arquivamento dos autos, nos seguintes termos:

(...)

Trata-se de procedimento instaurado a partir de cópia de procedimento preparatório encaminhado pela PRMG, dando conta de supostas irregularidades na implantação dos serviços de tratamento e assistência extra-hospitalar em saúde mental no município de São Gonçalo do Sapucaí/MG.

Compulsando os autos, não há qualquer irregularidade a ensejar a atuação deste Parquet. Isto porque, consoante Ofício nº 370/2017 da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Sapucaí/MG (fl. 53), esta já implantou o CAPS na municipalidade, sendo que a equipe já está completa e o serviço já está em funcionamento. O que resta é a habilitação do CAPS, junto ao Ministério da Saúde, e a prestação de contas, a qual não foi efetuada, em virtude do sistema GEICON ainda não ter sido disponibilizada. Ou seja, restam apenas questões burocráticas para finalização da implantação do CAPS.

Não há medidas, pois, a serem tomadas no bojo do presente procedimento.

Ademais, não foi tomada nenhuma medida na seara criminal, posto que não verificado qualquer fato típico no caso em cotejo.

Diante do exposto, nos termos do artigo 62, inciso IV, da Lei Complementar n.º 75/93, determino:

1. o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, submetendo-o à apreciação da PFDC; e
2. não há necessidade de dar ciência ao representante, uma vez que o presente procedimento foi instaurado de ofício.

(...)

2. É o relatório.

3. Secundando as razões expostas, homologo o arquivamento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 812, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Referência: IC MPF/PRSC 1.33.000.003182/2014-88

1. Ciente da decisão do NAOP da 4ª Região, que não conheceu da promoção de arquivamento.
2. Considerando que a questão exposta nos autos diz respeito a controle de atos da Administração, a análise da promoção de arquivamento cabe à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, sendo necessária a redistribuição do feito.
3. Remetam-se os autos à 1ª CCR.
4. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 813, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Referência: IC MPF/PRSC 1.33.000.002894/2015-61

1. Ciente da decisão do NAOP da 4ª Região, que não conheceu da promoção de arquivamento.
2. Considerando que a questão exposta nos autos diz respeito a controle de atos da Administração, a análise da promoção de arquivamento cabe à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, sendo necessária a redistribuição do feito.
3. Remetam-se os autos à 1ª CCR.
4. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 814, DE 13 de outubro de 2017

Referência: IC MPF/PRRJ 1.30.001.001723/2013-54

1. Ciente da decisão do NAOP da 2ª Região, que não conheceu da promoção de arquivamento.
2. Considerando que a questão exposta nos autos diz respeito a controle de atos da Administração, a análise da promoção de arquivamento cabe à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, sendo necessária a redistribuição do feito.
3. Remetam-se os autos à 1ª CCR.
4. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT

Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 815, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Referência: PP MPF/PRRJ 1.30.001.004947/2016-61

1. Ciente da decisão do NAOP da 2ª Região, que não conheceu da promoção de arquivamento.
2. Considerando que a questão exposta nos autos diz respeito a controle de atos da Administração, a análise da promoção de arquivamento cabe à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, sendo necessária a redistribuição do feito.

3. Remetam-se os autos à 1ª CCR.
4. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

DECISÃO Nº 816, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017

Referência: PP MPF/PRRJ 1.30.001.005277/2016-08

1. Ciente da decisão do NAOP da 2ª Região, que não conheceu da promoção de arquivamento.
2. Considerando que a questão exposta nos autos diz respeito a controle de atos da Administração, a análise da promoção de arquivamento cabe à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, sendo necessária a redistribuição do feito.
3. Remetam-se os autos à 1ª CCR.
4. À Assessoria de Administração da PFDC, para cumprimento.

DEBORAH DUPRAT
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 18, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Transforma o Grupo de Trabalho sobre Crimes nas Regiões de Fronteira da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em Grupo de Apoio sobre Crimes nas Regiões de Fronteira.

A 2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhes são conferidas no artigo 62, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e conforme deliberação ocorrida na 141ª Sessão de Coordenação, realizada em 13 de novembro de 2017, resolve:

Art 1º Transformar o Grupo de Trabalho sobre Crimes nas Regiões de Fronteira da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em Grupo de Apoio sobre Crimes nas Regiões de Fronteira.

Art. 2º Designar, com fundamento nos critérios descritos no Edital 2CCR nº 10, de 4 de dezembro de 2017, conforme as respectivas regiões de atuação, os seguintes Membros:

NORTE 1 (Amapá, Pará e Roraima)

- Antônio Augusto Teixeira Diniz - PRM Oiapoque/AP
- Ubiratan Cazetta - PR/PA

NORTE 2 (Amazonas, Acre e Rondonia)

- Luiz Gustavo Mantovani - PR/RO
- Thiago Pinheiro Correa - PR/AM

CENTRO-SUL (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná)

- Eduardo Rodrigues Gonçalves - PRM Naviraí/MS
- Elton Luiz Bueno Candido - PRM Umuarama/PR
- Hayssa Kyrie Medeiros Jardim - PRM Guairá/PR
- Henrique Gentil Oliveira - PRM Paranavaí/PR
- Juliano Bagio Gasperin - PRM Foz do Iguaçu/PR
- Lucas Bertinato Maron - PRM Foz do Iguaçu/PR
- Ricardo Pael Ardenghi - PR/MT
- Stella Fátima Scampini - PRR 3ª Região

PORTOS E AEROPORTOS

- Isac Barcelos Pereira de Souza – PRM Guarulhos/SP
- Marcelo Godoy - PRM Itajaí/SC

SUL (Santa Catarina e Rio Grande do Sul)

- Cláudio Dutra Fontella - PRR 4ª Região
  - Dermeval Ribeiro Vianna Filho - PRM Caçador/SC
  - Filipe Andrios Brasil Siviero - PRM Uruguaiana/RS
- Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 2ª CCR

7ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 32, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorroga as atividades do Grupo de Trabalho “Execução Penal”, pelo período de 5 (cinco) meses.

A 7ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no artigo 62, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando a deliberação do Colegiado na 34ª Sessão Ordinária de Coordenação, realizada em 14 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º. Prorrogar as atividades do Grupo de Trabalho “Execução Penal”, da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão, pelo período de 5 (cinco) meses, de 25 de novembro de 2017 a 25 de abril de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 7ª CCR

PORTARIA Nº 33, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorroga as atividades do Grupo de Trabalho “Segurança Pública na Faixa de Fronteira”, pelo período de 5 (cinco) meses.

A 7ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no artigo 62, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando a deliberação do Colegiado na 34ª Sessão Ordinária de Coordenação, realizada em 14 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º. Prorrogar as atividades do Grupo de Trabalho “Segurança Pública na Faixa de Fronteira”, da 7ª Câmara de Coordenação e Revisão, pelo período de 5 (cinco) meses, de 25 de novembro de 2017 a 25 de abril de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 7ª CCR

PORTARIA Nº 34, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Cria a Relatoria Especial sobre o tema “Presos Indígenas”.

A 7ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, RESOLVE:

Art. 1º Criar a Relatoria Especial sobre Presos Indígenas com o objetivo de elaborar sugestões de atuação do Ministério Público Federal na fiscalização das condições em que se encontram os indígenas presos, bem como em casos de violência policial contra indígenas. (peguei no texto da portaria de criação do extinto GT.

Art. 2º Nomear Relator Especial o Procurador da República Filipe Pessoa de Lucena, da PR/AM.

Art. 3º Cabe ao Relator Especial designado realizar estudos e a sistematização de subsídios a serem apresentados à 7ª Câmara com sugestões de posicionamento e atuação do Ministério Público Federal na temática definida para sua relatoria.

Art. 4º As reuniões relativas à relatoria serão realizadas, sempre que possível, por videoconferência.

Art. 5º A Assessoria de Coordenação da 7ª Câmara prestará apoio à relatoria.

Art. 6º A Relatoria terá duração de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. O prazo de funcionamento poderá ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada.

Art. 7º Deverá ser apresentada proposta de trabalho no prazo de 30 (trinta) dias.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Subprocurador-Geral da República
Coordenador da 7ª CCR

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 115, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no exercício das atribuições previstas no artigo 77, caput e parágrafo único, da Lei Complementar n. 75/1993, e nos artigos 24, VIII, e 27, § 3º, ambos do Código Eleitoral, e

CONSIDERANDO o recesso na Justiça Eleitoral estabelecido na Lei n. 5010/1966, art. 62, I, compreendido o período entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, inclusive;

CONSIDERANDO o disposto no Ato GP n. 609/2017 do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro que estabelece o plantão dos membros para deliberação sobre matérias urgentes durante o período de recesso judiciário, entre 20 de dezembro de 2017 e 6 de janeiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Excelentíssimo Procurador Regional Eleitoral Substituto, Doutor Maurício da Rocha Ribeiro, para atuar, em regime de plantão e em auxílio ao Procurador Regional Eleitoral Titular, no período de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, inclusive, perante o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Art. 2º – Ficam automaticamente designados, em apoio, os servidores lotados nos Gabinetes do Procurador Regional Eleitoral e Procurador Regional Eleitoral Substituto, conforme tabela abaixo:

Data	Servidor (matrícula)	Servidor (matrícula)	Servidor (matrícula)
20/12/2017	Rauthier Costa Santos - (13944)	Adriano Correa de Sousa - (25001)	Malena Faria Teixeira Moreira - (13928)
21/12/2017	Rauthier Costa Santos - (13944)	Adriano Correa de Sousa - (25001)	Roberta Kasburg do Nascimento - (15658)
22/12/2017	Rauthier Costa Santos - (13944)	Adriano Correa de Sousa - (25001)	Roberta Kasburg do Nascimento - (15658)
26/12/2017	Adriano Correa de Sousa - (25001)	Rauthier Costa Santos - (13944)	Malena Faria Teixeira Moreira - (13928)
27/12/2017	Adriano Correa de Sousa - (25001)	Rauthier Costa Santos - (13944)	Malena Faria Teixeira Moreira - (13928)
28/12/2017	Adriano Correa de Sousa - (25001)	Carolina Felipe Ferreira - (28222)	Malena Faria Teixeira Moreira - (13928)
29/12/2017	Carolina Felipe Ferreira - (28222)	Jennifer Catter Conte - (29658)	Malena Faria Teixeira Moreira - (13928)
02/01/2018	Carolina Felipe Ferreira - (28222)	Jennifer Catter Conte - (29658)	Roberta Kasburg do Nascimento - (15658)
03/01/2018	Jennifer Catter Conte - (29658)	Carolina Felipe Ferreira - (28222)	Roberta Kasburg do Nascimento - (15658)
04/01/2018	Jennifer Catter Conte - (29658)	Carolina Felipe Ferreira - (28222)	Roberta Kasburg do Nascimento - (15658)
05/01/2018	Jennifer Catter Conte - (29658)	Carolina Felipe Ferreira - (28222)	Roberta Kasburg do Nascimento - (15658)

Art. 8º - Os casos omissos serão decididos pelo Procurador Regional Eleitoral.

Art. 9º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência ao Procurador Regional Eleitoral Substituto e à Procuradora-Chefe da unidade.

Publique-se no DMPF-e.

SIDNEY PESSOA MADRUGA
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ

DESPACHO Nº 9.669, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.12.000.001649/2017-28

Trata-se de Notícia de Fato autuada no âmbito desta Procuradoria da República a partir de ofício do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional- Consea/AP, órgão com competência para propor, coordenar e fiscalizar planos, programas e ações de políticas de segurança alimentar e nutricional no âmbito estadual, regulamentado pela Lei nº 11.346/06 (Lei que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- SISAN) e Decretos nº 6.272/07, 6.273/07 e 7.272/2010.

No Ofício nº 055/2017 -CONSEA/AP consta reclamação apresentada a esta Procuradoria da República que relata, em síntese, dificuldades de execução das ações do Conselho de Controle Social, especialmente na área de Segurança Alimentar e Nutricional no Estado do Amapá.

Narra que encaminhou relatório ao Gabinete Civil do governo do Estado do Amapá, onde relatou as dificuldades que estão enfrentando na execução das ações que causam engessamento no desenvolvimento das atividades inerentes ao Conselho.

Reclama um local adequado e relata a falta de apoio logístico que dificulta suas atividades.

Comunica que em 2013, o conselho realizou convênio entre o MDS e o Governo do Amapá no qual estava destinado um veículo tipo Pick-up para o uso. Entretanto, o veículo adquirido L200/Triton foi entregue à Secretaria de Inclusão e Mobilização Social – SIMS, através de um termo de cessão de uso.

Por fim, solicita que esse parquet interceda junto a Secretaria de Estado da Inclusão Social -SIMS/GEA para dar maior celeridade nos processos relacionados ao convênio supracitado e um maior entendimento da função dos órgãos de controle social junto às políticas públicas, em especial na área da Segurança Alimentar e Nutricional.

É o breve relatório.

Considerando as informações relatadas na representação da existência dos convênios nº 790962/2013 e 014/2016-SESAN/MDSA, firmados com o Governo do Estado do Amapá, bem como o decurso do prazo do presente feito, determino:

- I) Expeça-se ofício ao Governo do Estado do Amapá, para que se manifeste acerca da representação;
  - II) prorrogue-se o prazo da presente NF por mais 60 (sessenta) dias, com arrimo no artigo 3º da Resolução nº 174/2017-CNMP.
- Após as respostas, retornem os autos conclusos.

NATHALIA MARIEL FERREIRA DE SOUZA PEREIRA
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 61, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto no art. 50, inciso IV, da Lei n. 8.625/93, c/c a norma do art. 79, parágrafo único, da LC n. 75/93, e

CONSIDERANDO a solicitação do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, por meio do Ofício nº 3671.2017.PGJ.1224059.2017.28330, de 01 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR, do cargo de Promotora Eleitoral da 21ª Zona Eleitoral da Comarca de Carauari/AM, a contar de 22.11.2017, a Exma. Sra. Dra. MARINA CAMPOS MACIEL;

Art. 2º. DISPENSAR, do cargo de Promotora Eleitoral da 47ª Zona Eleitoral da Comarca de Nhamundá/AM, a contar de 22.11.2017, a Exma. Sra. Dra. ELIZANDRA LEITE GUEDES DE LIRA;

Art. 3º. DESIGNAR, ao cargo de Promotor Eleitoral da 21ª Zona Eleitoral da Comarca de Carauari/AM, pelo período de 23.11.2017 a 22.11.2019, o Exmo. Sr. Dr. ÁLVARO GRANJA PEREIRA DE SOUZA.

Art. 4º. DESIGNAR, ao cargo de Promotor Eleitoral da 47ª Zona Eleitoral da Comarca de Nhamundá/AM, pelo período de 23.11.2017 a 22.11.2019, o Exmo. Sr. Dr. ANDRÉ LAVAREDA FONSECA.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

VICTOR RICCELY LINS SANTOS
Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 64, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições institucionais, conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar 75/1993;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Art. 127, caput, da Constituição Federal de 1988 e Art. 1º da Lei Complementar nº 75/93, Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal, dentre outras, zelar pelo efetivo respeito aos direitos e interesses sociais e individuais indisponíveis assegurados na Constituição da República de 1988, promovendo, para tanto, e se necessário, o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (Art. 129, III, da Carta Magna e Art. 5º, III, “e”, da Lei Complementar nº 75/1993);

CONSIDERANDO que, como defensor da ordem jurídica e dos interesses sociais, cabe ao Ministério Público atuar em resguardo dos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre os quais, o da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da probidade administrativa;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato nº 1.13.001.000225/2017-07, autuada nesta procuradoria da República no Município de Tabatinga/AM, para apurar possível desvio/apropriação/aplicação irregular dos repasses ao município de Jutai/AM, no valor de R\$ 168.820,00, em razão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), referente ao exercício de 2016, bem como a omissão na respectiva prestação de contas pela ex-prefeita ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

CONSIDERANDO a necessidade de realização de algumas diligências, de modo a obter mais elementos de prova, para adoção das medidas eventualmente cabíveis;

RESOLVE nos termos do art. 1º, art. 2º, II e art. 4º, §4º, da Resolução nº 87 de 06 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação dada pela Resolução nº 106/2010, do mesmo órgão, estabelecer a conversão desta Notícia de Fato em INQUÉRITO CIVIL, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, mantendo o mesmo objeto, bem como, com base no artigo 5º, inciso IV, da Resolução nº 87/06 do CSMPF, como medidas preliminares dos trabalhos de investigação, DETERMINO:

- i) a autuação, no sistema ÚNICO, como Inquérito Civil, com publicação desta portaria em veículo oficial;
- ii) oficie-se o FNDE requisitando informações atualizadas acerca da existência ou não de prestação de contas do município de Jutai/AM, relativamente à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no ano de 2016;
- iii) oficie-se as pessoas jurídicas indicadas no parágrafo 5 do despacho exarado nos autos, requisitando delas comprovantes do fornecimento das mercadorias e/ou serviços prestados ao município de Jutai ao longo do ano de 2016;
- iv) com as respostas, façam-se os autos conclusos.

PABLO LUZ DE BELTRAND
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA Nº 10, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República subscritor, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) considerando que o objeto da presente investigação se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- e) considerando os elementos constantes nos presentes autos;

resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 87/2007 do CSMPPF, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

OBJETO: Apurar danos ao patrimônio histórico e cultural, especificamente em relação ao imóvel situado à Rua Silva Jardim, nº 57, no Centro Histórico do município de Salvador/BA.

Autue-se a presente portaria junto com os autos que a acompanham. Registre-se e publique-se.

VANESSA GOMES PREVITERA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 11, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República subscritor, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) considerando que o objeto da presente investigação se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- e) considerando os elementos constantes nos presentes autos;

resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 87/2007 do CSMPPF, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

OBJETO: Apurar danos ao patrimônio histórico e cultural, especificamente em relação aos imóveis situados na Ladeira da Misericórdia, nº 22 e 24, no Centro Histórico do município de Salvador/BA.

Autue-se a presente portaria junto com os autos que a acompanham. Registre-se e publique-se.

VANESSA GOMES PREVITERA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 12, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República subscritor, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/1993;
- c) considerando que o objeto da presente investigação se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- e) considerando os elementos constantes nos presentes autos;

resolve instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, tendo por objeto, nos termos do art. 4º da Resolução nº 87/2007 do CSMPPF, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

OBJETO: Apurar danos ao patrimônio histórico e cultural, especificamente em relação ao imóvel situado à Rua 3 de maio, nº 10, no Centro Histórico do município de Salvador/BA.

Autue-se a presente portaria junto com os autos que a acompanham. Registre-se e publique-se.

VANESSA GOMES PREVITERA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 99, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e, especialmente, com espeque nos arts. 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República, e artigos 5º e 6º, inciso VII, “b” da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 respaldado, ainda, pelos artigos 2º e 5º da Resolução CSMPPF nº 87, de 14 de setembro de 2004 alterados pela Resolução CSMPPF nº 106 de 06 de abril de 2010 e art. 2º e 4º da Resolução do CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007 e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal Pátria de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, do patrimônio público e social, conforme os artigos 129, inciso III da Constituição Federal, artigo 1º, inciso IV da Lei nº 7.347/85 e os artigos 5º, III, “b” e 6º, inciso VII, “b” da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que o Procedimento Preparatório nº 1.14.004.000357/2017-63 foi instaurado visando apurar representação contra o Prefeito Municipal de Ipirá, Senhor Antonio Marcelo Santos Brandão. Contratação irregular de professores e outros profissionais como cozinheira e auxiliar de serviços gerais, sem a realização de concurso público, com utilização de verbas do FUNDEB. 2017.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração dos fatos e, nos termos da legislação que regulamenta a atividade deste Órgão Ministerial, mister que seja este convertido em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização dos feitos em trâmite nesta unidade e que pende, para o devido encerramento do feito, diligências imprescindíveis;

RESOLVE:

Converter o presente procedimento preparatório em Inquérito Civil Público, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, para apurar as questões mencionadas, determinando o cumprimento da diligência disposta no respectivo despacho de Instauração.

Comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Encaminhe-se para publicação a portaria de instauração (art. 5º, VI, da Resolução CSMPF nº 87/2006).

O prazo de tramitação do presente inquérito civil será de 01 (um) ano, conforme art. 15 da Resolução CSMPF nº 87/2006, na redação dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010.

EDSON ABDON PEIXOTO FILHO
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 417, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Procedimento Preparatório nº 1.16.000.001500/2017-08

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelo art. 129, inciso III e IV, da Constituição da República, arts. 6º, inciso VII, alínea "b", 7º, inciso I, e 8º, inciso II, e §§ 2º e 3º, todos da Lei Complementar nº 75/93; bem assim tendo em vista os ditames consignados na Lei nº 8.426/92 e,

CONSIDERANDO o quanto consta nos autos do proceder ministerial autuado sob nº. 1.16.000.001500/2017-08 cujo o objeto é apurar supostas irregularidades praticadas pelo Hospital Universitário de Brasília (HUB) ao reduzir os atendimentos médicos no pronto-socorro pediátrico, os quais, em tese, estão sendo destinados apenas para pacientes atendidos anteriormente em outras unidades do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal (SUS/DF), bem como a falta de médicos pediátricos naquele nosocômio.

CONSIDERANDO a necessidade de melhores esclarecimentos, bem assim de formação de substrato mínimo para a adoção de ulteriores medidas,

RESOLVE:

Diante da exigência constante no § 9º, do artigo 6º, da RESOLUÇÃO nº 23, de 17 de Setembro de 2007 do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, converter o procedimento em referência em Inquérito Civil, dando-se prosseguimento às apurações que se fazem necessárias.

Publique-se e registre-se.

CARLOS BRUNO FERREIRA DA SILVA
Procurador da República
(Em substituição)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 121, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Ref. Procedimento Preparatório MPF/PR/ES nº 1.17.000.000569/2017-79

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, e artigos 5º, I, h, III, b, V, b e 6º, VII, da Lei Complementar nº 75/93:

a) considerando que o art. 7º, I, da LC nº 75/93 estabelece que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar Inquérito Civil Público;

b) considerando que a Lei nº 7.347/85, em seu art. 8º, §1º, dispõe que o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil;

c) considerando o teor dos arts. 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com redação alterada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), que regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil no âmbito do Ministério Público Federal;

d) considerando a instauração do Procedimento Preparatório MPF/PR/ES nº 1.17.000.000569/2017-79 para apurar casos de violência e isolamento sofridos pelos pacientes do HCTP e acompanhar medidas adotadas para assegurar o respeito à dignidade humana dos internos;

e) considerando, por fim, a necessidade de acompanhamento para averiguação das medidas tomadas para a solução das problemáticas apontadas.

Resolvo, nos termos do art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF nº 87/2006 (alterada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), converter o Procedimento Preparatório MPF/PR/ES nº 1.17.000.000569/2017-79 em Inquérito Civil para orientar a atuação do MPF, com vistas à eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais.

i) Autue-se, com a seguinte ementa: "Apurar casos de violência e isolamento sofridos pelos pacientes do HCTP e acompanhar medidas adotadas para assegurar o respeito à dignidade humana dos internos".

- ii) Certifique-se à PFDC;
- iii) Designo como Secretária deste ICP o servidor Eduardo Vieira Carnele, enquanto lotado neste gabinete;
- iv) Publique-se.

ELISANDRA DE OLIVEIRA OLÍMPIO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 127, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Instaura Inquérito Civil Público para apurar supostas irregularidades na gestão de recursos públicos federais, no âmbito do Programa Educação Básica / Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, transferidos ao Município de Serra/ES, nos exercícios de 2015 e 2016.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição da República:

CONSIDERANDO que o presente Procedimento Preparatório foi instaurado a fim de apurar supostas irregularidades na gestão de recursos públicos federais no âmbito do Programa Educação Básica / Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica, transferidos ao Município de Serra/ES, nos exercícios de 2015 e 2016;

CONSIDERANDO que é função deste órgão ministerial prezar pela proteção do patrimônio público;

CONSIDERANDO que em fiscalização, a Secretaria Federal de Controle Interno verificou as seguintes irregularidades: Unidades escolares com instalações físicas e equipamentos em condições inadequadas para garantir o bom acondicionamento dos produtos alimentícios oferecidos aos alunos e o preparo das refeições oferecidas aos alunos; Falhas na composição do Conselho de Alimentação Escolar – CAE; Ausência de capacitação dos membros do CAE; Ausência de ato administrativo que formalize cessão de servidora efetiva da prefeitura ao CAE para exercício da função de secretária-executiva do conselho; Atuação deficiente do Conselho de Alimentação Escolar no acompanhamento da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae e Ausência da realização de exames médico-hospitalares periódicos nos profissionais responsáveis pelo preparo da alimentação dos alunos;

CONSIDERANDO a manifestação da Secretaria Municipal de Educação da Serra às fls. 41/202, onde se constata que as irregularidades apontadas pela Secretaria Federal de Controle Interno não foram integralmente sanadas;

CONSIDERANDO, por fim, que o prazo de tramitação do presente procedimento preparatório já escoou;

Resolvo converter o PP nº 1.17.000.000572/2017-92 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas a eventuais medidas judiciais e extrajudiciais.

1. Cumpra-se o despacho às fls. 205/208.
2. Designe-se como Secretária deste IC (Portaria CNMP nº 23, de 17/09/2007, art. 4º, V) a servidora Carla Gadelha Xavier;
3. Publique-se a presente portaria no Diário Oficial, em atenção ao art. 4º, VI, da Portaria CNMP nº 23, de 17/09/2007.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO
Procurador da República
(Em substituição)

PORTARIA Nº 417, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, em exercício, no Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 77 e no parágrafo único do art. 79 da LC 75/1993 e, ainda, de acordo com o disposto na Resolução CNMP nº 30/2008 (DJ 27/05/2008) e na Portaria PRE/ES nº 396/2015 (DJE 23/11/2015), atendendo à indicação feita pela Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça deste Estado por meio do ofício PGJ nº 2884/2017, RESOLVE:

DESIGNAR os (as) Promotores (as) de Justiça infrarrelacionados (as) para o exercício da função eleitoral no período e localidade especificados abaixo:

Item	Zona	Município	Período	Promotor (a) de Justiça	Justificativa
1	4ª	Alegre	04/12/2017 a 08/12/2017	Neuza Soares Gonçalves Mação Título de Eleitor: 4693621406	Licença médica do titular
2	6ª	Colatina	06/12/2017 a 19/12/2017	Tiago Baptista Naumann Título de Eleitor: 18625431465	Férias do titular
3	16ª	Itaguaçu	10/12/2017 a 09/12/2019	Antonio Carlos Horvath Título de Eleitor: 222591730116	Renovação de biênio
4	43ª	Marataízes	18/12/2017 a 19/12/2017	Airton Faria de Sousa Título de Eleitor: 19475971457	Férias da titular

5	47ª	Viana	15/12/2017 a 19/12/2017	Fabíula de Paula Secchin Título de Eleitor: 014148741490	Férias do titular

Ficam convalidados os atos praticados no período antecedente a esta Portaria.

Comunique-se ao Exmo. Sr. Presidente do TRE/ES e à Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça.

Publique-se a presente no Diário da Justiça Eletrônico do TRE/ES e no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

PORTARIA Nº 419, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, em exercício, no Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 77 e no parágrafo único do art. 79 da LC 75/1993 e, ainda, de acordo com o disposto na Resolução CNMP nº 30/2008 (DJ 27/05/2008) e na Portaria PRE/ES nº 396/2015 (DJE 23/11/2015), atendendo à indicação feita pela Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça deste Estado por meio dos ofícios PGJ nºs 2968/2017 e 2969/2017, RESOLVE:

DESIGNAR os Promotores de Justiça infrarrelacionados para o exercício da função eleitoral no período e localidade especificados abaixo:

ITEM	ZONA	MUNICÍPIO	PERÍODO	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	JUSTIFICATIVA
1	4ª	Alegre	09/12/2017 a 16/12/2017	Neuza Soares Gonçalves Mação Título de Eleitor: 4693621406	Licença luto do titular
2	26ª	Serra	08/12/2017 a 19/12/2017	Carolina Cassaro Gurgel Título de Eleitor: 20373811430	Licença médica do titular
3	43ª	Marataízes	13/12/2017 a 17/12/2017	Airton Faria de Sousa Título de Eleitor: 19475981457	Folga compensatória

Ficam convalidados os atos praticados no período antecedente a esta Portaria.

Comunique-se ao Exmo. Sr. Presidente do TRE/ES e à Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça.

Publique-se a presente no Diário da Justiça Eletrônico do TRE/ES e no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico.

ANDRÉ PIMENTEL FILHO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

PORTARIA Nº 21, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM ANÁPOLIS/GO, por seu 2º Ofício, com fundamento no art. 129, incisos II e III da Constituição Federal; art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/1985 e art. 7º, I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve instaurar Procedimento Administrativo de Acompanhamento com o seguinte objeto: “Improbidade Administrativa. Fraude bancária. Funcionários da CEF. Valdemir Ribeiro e Irene Perpétua Silva Paiva. Aguardando conclusão de IPL. Prescrição: indefinida”, vinculado à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com prazo de tramitação de 1 ano.

Registre-se.

LINCOLN MENEGUIM
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO

PORTARIA Nº 6, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, apresentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea “b”, e XIV, alínea “g”, e 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar eventuais irregularidades em comunidades terapêuticas no estado de Mato Grosso, bem como permitir uma atuação ministerial prudente na fiscalização e acompanhamento dos serviços de relevância pública, prestados por estas instituições;

R E S O L V E instaurar Procedimento Administrativo de Acompanhamento, com prazo de um ano, nos termos do art.8º, III, da Resolução CNMP nº174/2017, destinado a apurar eventuais irregularidades na comunidade terapêutica SOLARIS, localizada em Cuiabá/MT.

Vincule-se o auto extrajudicial à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Comunique-se à Egrégia 1ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 9º da Resolução nº 174/2017 do colendo Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

VINÍCIUS ALEXANDRE FORTES DE BARROS
Procurador da República

PORTARIA Nº 7, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, apresentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea “b”, e XIV, alínea “g”, e 7º, inciso I, todos da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o artigo 127 da Constituição da República;

CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, tal como determina o artigo 129 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar irregularidades em comunidades terapêuticas no estado de Mato Grosso, bem como permitir uma atuação ministerial prudente na fiscalização e acompanhamento dos serviços de relevância pública prestados por estas instituições;

R E S O L V E instaurar Procedimento Administrativo de Acompanhamento, com prazo de um ano, nos termos do art.8º, III, da Resolução CNMP nº 174/2017, destinado a apurar eventuais irregularidades na comunidade terapêutica VALOR DA VIDA, localizada em Cuiabá/MT.

Vincule-se o auto extrajudicial à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Comunique-se à Egrégia 1ª Câmara, nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei Complementar nº 75/1993 e do artigo 9º da Resolução nº 174/2017 do colendo Conselho Nacional do Ministério Público.

Registre-se. Autue-se. Publique-se, conforme determinação do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº 23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução nº 87/2006 do colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

VINÍCIUS ALEXANDRE FORTES DE BARROS
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 43, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Procedimento Preparatório nº 1.22.014.000343/2016-78

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de averiguar possível irregularidade na contratação do Instituto Quilombola por inexigibilidade de licitação pela Prefeitura de Barbacena/MG;

Determino a conversão em inquérito civil dos autos em epígrafe, tendo como objeto averiguar possível irregularidade na contratação do Instituto Quilombola por inexigibilidade de licitação pela Prefeitura de Barbacena/MG

Oficie-se à Prefeitura Municipal de Barbacena para que informe se a FONTE 250 trata-se de recurso próprio da Prefeitura e qual a modalidade de licitação utilizada para firmar o convênio 16/2006. Decorrido o prazo ou com a resposta, retornem os autos conclusos.

Determino ainda a realização dos registros necessários no sistema Único, inclusive para ciência da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão a respeito do presente ato e publicação da portaria, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

LUDMILA JUNQUEIRA DUARTE OLIVEIRA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 65, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Notícia de Fato (NF). Autos nº 1.22.001.000308/2017-89. Representante: SIGILOSO. Representada: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República abaixo assinada, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República, bem como no artigo 6º, inciso VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 4º e 5º da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO a Notícia de Fato (NF) nº 1.22.001.000308/2017-89, decorrente de representação sigilosa que aportou nesta Procuradoria da República, relatando que o Colégio de Aplicação João XXIII possui dois alunos com deficiência física;

CONSIDERANDO a informação de que a administração do colégio pediu à administração da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que providenciasse a instalação de um elevador, para que os dois alunos tivessem o direito à acessibilidade concretizado, o qual foi fornecido, porém nunca instalado;

CONSIDERANDO, finalmente, que a narrativa do(a) representante expõe que o elevador se encontra depositado no vestiário masculino da escola em razão de desentendimentos entre a empresa que o instalaria e a UFJF, que já duram cerca de três anos, descumprindo, assim, a legislação que garante acessibilidade aos portadores de deficiência física;

DETERMINO:

1º) a conversão da presente Notícia de Fato (NF) em Inquérito Civil (IC), para a continuidade das diligências necessárias à elucidação do caso em questão, tendo em vista a falta de evidências para o desfecho do caso em questão;

2º) após os registros de praxe, a comunicação imediata à PFDC, nos termos do disposto no art. 4º, inciso VI, da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do CNMP, mediante correspondência eletrônica para fins de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União;

3º) a expedição de ofício ao Magnífico Reitor da UFJF, requisitando-lhe informações acerca da situação, especialmente sobre a existência do elevador posto à disposição do Colégio de Aplicação João XXIII; o estado em que se encontra; se o mesmo está armazenado no vestiário masculino do Colégio e, em caso positivo, quais as razões que levaram à situação noticiada ao MPF. Por fim, requisitar informações acerca de quais providências estão sendo tomadas pela Universidade para garantir a acessibilidade dos portadores de deficiência física ao prédio, visto que, conforme consta na representação, existem dois alunos com deficiência física matriculados na instituição de ensino.

ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA
Procuradora da República

PORTARIA Nº 122, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Classe: Procedimento Preparatório. Número: 1.22.003.000126/2017-98. Órgão
Revisor: 1ª CCR/MPF

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que ao final assina, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público Federal é instituição permanente, essencial à função jurisdicional, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, conforme art. 127 da Constituição de 1988 e art. 1º da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar nº 75/93 prevê em seu art. 5º, I, “h” ser atribuição do Ministério Público Federal defender os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, dentre outros, relativos à administração pública direta, indireta ou fundacional;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8429/92 prevê em seu art. 17 a legitimidade do Ministério Público para ajuizar ações de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO o prazo de vencimento para o encerramento do procedimento em referência, não havendo, até o momento, elementos suficientes para arquivamento ou ajuizamento de ação civil pública;

DECIDE:

1. converter o procedimento preparatório nº 1.22.003.000126/2017-98 em inquérito civil, com o seguinte objeto: “APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO DESCUMPRIMENTO DO EDITAL 067/2016, REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO ADMINISTRATIVO (CARGO DE BIÓLOGO), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA”;

2. determinar que o cartório procedural desta Procuradoria faça os registros de praxe e realize efetivo controle do prazo de 1 ano previsto no art. 9º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

3. determinar que a assessoria remeta, por meio eletrônico, uma via à Câmara de Coordenação e Revisão, para ciência e publicação, nos termos do art. 4º, VI da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, certificando nos autos o efetivo cumprimento; e

4. após, aguarde-se pela resposta do ofício expedido à Universidade Federal de Uberlândia, reiterado à f. 43.

LEONARDO ANDRADE MACEDO
Procurador da República

PORTARIA Nº 509, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

(Instauração de Inquérito Civil). Procedimento Preparatório n.º
1.22.000.000875/2017-45

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República infra-assinado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e;

CONSIDERANDO a instauração do Procedimento Preparatório em referência, a partir da representação de Aline Duarte de Souza, que assevera ter sido moradora da Vila da Luz, na Rodovia Anel Rodoviário Celso Mello, Beco nº 30, tendo como vizinha sua mãe e que, em razão de enchente, sua casa desabou, pelo que foi compelida a mudar-se da Vila;

CONSIDERANDO que o prazo de tramitação deste Procedimento já se encontra vencido, e o disposto no artigo 4º, §§ 1º e 4º, e no artigo 28 da Resolução CSMPPF n.º 87/2006, alterada pela Resolução CSMPPF n.º 106/2010;

DETERMINO a instauração de Inquérito Civil, com o seguinte objeto:

“apurar situação da representante que alega ter tido sua casa demolida e não ter sido incluída no programa Bolsa Aluguel, do Programa de Reassentamento Humanizado dos Moradores da BR 381 e do Anel Rodoviário”

DETERMINO, na forma dos artigos 4º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e 2º da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, a atuação desta Portaria e do presente Procedimento Preparatório como Inquérito Civil,

devendo esta Portaria ser autuada como peça inicial do inquérito civil em epígrafe, numerando-se a presente com o mesmo número da primeira folha dos autos, acrescido das letras "A" e "B", evitando-se, desse modo, a renumeração das folhas;

DETERMINO, a fim de atender ao disposto no art. 6.º da Resolução n.º 87/06 do CSMPPF, o registro e publicação da presente Portaria no sistema informatizado de informações processuais (Sistema ÚNICO);

DETERMINO, a fim de serem observados o art. 9.º da Resolução n.º 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução n.º 87/2006 do CSMPPF, seja realizado o acompanhamento de prazo inicial de 01 (um) ano para conclusão deste inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

PROCEDA-SE ao registro na capa dos autos e no sistema informatizado desta Procuradoria da República.

Após, cumpra-se o despacho em anexo.

HELDER MAGNO DA SILVA

Procurador da República

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão

PORTARIA Nº 530, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL EM MINAS GERAIS, no exercício de suas atribuições legais, considerando:

a) o sistema de rodízio de Promotores de Justiça investidos nas funções eleitorais instituído pela Portaria nº 049/2009/PRE/MG;

b) o término do prazo de designação dos Promotores de Justiça que atuam nas funções eleitorais perante as Zonas Eleitorais abaixo

relacionadas;

c) a indicação efetuada pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio dos Of.GAB/4343/2017, em que afirma a não incidência das vedações do art. 1º, §1º da Resolução nº 30/2008 do CNMP;

R E S O L V E:

Designar os Promotores de Justiça indicados para exercerem a TITULARIDADE das funções eleitorais do Ministério Público Federal perante as zonas eleitorais especificadas, na forma da tabela abaixo:

Belo Horizonte/34.ª ZE	Alexandre Motta Benevides	07/01/2018 a 31/10/2019
Belo Horizonte/333.ª ZE	Ruy Alexandre Neves da Motta	07/01/2018 a 31/10/2019
Santa Luzia/246.ª ZE	Paula Lino da Rocha Lopes	18/12/2017 a 31/10/2019

ANGELO GIARDINI DE OLIVEIRA

Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 531, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL EM MINAS GERAIS, no exercício de suas atribuições legais, considerando:

a) o sistema de rodízio de Promotores de Justiça investidos nas funções eleitorais instituído pela Portaria nº 049/2009/PRE/MG;

b) o término do prazo de designação dos Promotores de Justiça que atuam nas funções eleitorais perante as Zonas Eleitorais abaixo

relacionadas;

c) a indicação efetuada pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio dos Of.GAB/4343/2017, em que afirma a não incidência das vedações do art. 1º, §1º da Resolução nº 30/2008 do CNMP;

R E S O L V E:

Designar os Promotores de Justiça indicados para exercerem, sem titularidade e ATÉ PROVIMENTO, as funções eleitorais do Ministério Público Federal perante as zonas eleitorais especificadas, na forma da tabela abaixo:

Bambuí/21.ª ZE	Marco Aurélio Rodrigues de Carvalho	a partir de 11/12/2017
Buenópolis/54.ª ZE	Carlos Eduardo Dutra Pires	a partir de 27/11/2017
Galileia/117.ª ZE	Fábio Tavares Ribeiro	a partir de 1.º/12/2017

ANGELO GIARDINI DE OLIVEIRA

Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 532, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL EM MINAS GERAIS, no exercício de suas atribuições legais, considerando:

a) o sistema de rodízio de Promotores de Justiça investidos nas funções eleitorais instituído pela Portaria nº 049/2009/PRE/MG;

b) o afastamento, por motivo de férias e/ou compensação, dos Promotores de Justiça que oficiam perante as zonas eleitorais abaixo

especificadas;

c) a indicação efetuada pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, por meio do Of.GAB/4343/2017, em que afirma a não incidência das vedações do art. 1º, §1º da Resolução nº 30/2008 do CNMP;

R E S O L V E:

Designar os Promotores de Justiça indicados para exercerem, em caráter de SUBSTITUIÇÃO, as atribuições eleitorais do Ministério Público Federal perante as zonas eleitorais especificadas, na forma da tabela abaixo:

Barbacena/24.ª ZE	Elissa Maria do Carmo Lourenço	11 a 19/12/2017
Belo Horizonte/26.ª ZE	Fábio Bastos Pinto	11 a 15/12/2017

Belo Horizonte/38. ^a ZE	Fábio Bastos Pinto	20/11 a 5/12/2017
Brumadinho/52. ^a ZE	Maria Alice Alvim Costa Teixeira	27/11 a 7/12/2017
Conselheiro Pena/89. ^a ZE	Isabel Mendes Lomeu	11 a 19/12/2017
Coração de Jesus/94. ^a ZE	João Paulo Fernandes	16 a 23/11/2017
Entre Rios de Minas/106. ^a ZE	Marino Cotta Martins Teixeira Filho	20/11 a 19/12/2017
Ferros/113. ^a ZE	Carla Rodrigues Fazuoli Ana Lúcia D'Agosto Oliveira Cláudio Daniel Fonseca de Almeida Felipe Faria de Oliveira	20 a 26/11/2017 27 a 30/11/2017 1.º a 3/12/2017 4 a 11/12/2017
João Monlevade/150. ^a ZE	Ana Lúcia D'Agosto Oliveira	4 a 19/12/2017
Juiz de Fora/315. ^a ZE	Nicole Frossard De Filippo	11 a 19/12/2017
Juiz de Fora/349. ^a ZE	Alex Fernandes Santiago	12 a 19/12/2017
Manhumirim/168. ^a ZE	Rodrigo Brum Vieira	5 a 19/12/2017
Monte Carmelo/181. ^a ZE	Nathália Scalabrini Fracon	11 a 19/12/2017
Nova Lima/194. ^a ZE	Elva Cantero	28/11 a 7/12/2017
Palma/201. ^a ZE	Madson da Cunha Mouta	11 a 15/12/2017
Poços de Caldas/350. ^a ZE	Sidnei Boccia Pinto de Oliveira Sá	6 a 19/12/2017
Rio Preto/240. ^a ZE	Celes George Serra de Souza Shermila Peres Dhingra	4 a 13/12/2017 14 a 19/12/2017
Sabinópolis/242. ^a ZE	Guilherme Heringer de Carvalho Rocha	12 a 19/12/2017
Santa Luzia/246. ^a ZE	Paula Lino da Rocha Lopes	27/11 a 1.º/12/2017
Santa Maria do Suaçuí/247. ^a ZE	Cristiano Moreira Silva	20/11 a 5/12/2017
Santo Antônio do Monte/249. ^a ZE	Giovani Avelar Vieira	11 a 19/12/2017
Serro/262. ^a ZE	Marcelo Mata Machado Leite Pereira	27/11 a 15/12/2017
Viçosa/282. ^a ZE	Luís Cláudio Fonseca Magalhães	23/11 a 7/12/2017

ANGELO GIARDINI DE OLIVEIRA
Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA Nº 533, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no exercício de suas atribuições legais, considerando:
a) a necessidade de atuação no Processo nº 27-42.2017.6.13.0187, em trâmite na 187.^a Zona Eleitoral de Muriaé, em razão do impedimento da Promotora Eleitoral Susan Kennea de Melo;

b) a indicação da Promotora Eleitoral Taís Silva de Mello Lamim para atuar no referido Processo, realizada pela Procuradoria Geral de Justiça (Of. GAB/4343/2017);

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora Eleitoral Taís Silva de Mello Lamim para atuar no Processo nº 27-42.2017.6.13.0187.

ÂNGELO GIARDINI DE OLIVEIRA
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA Nº 5, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;

c) considerando os fatos constantes do nº. PRM-ATM-PA-00008978/2017, instaurado para apurar os fatos objeto do documento encaminhado pelo Fórum de Defesa de Altamira em decorrência da audiência pública realizada por este tendo por foco a violência contra mulheres e crianças no município;

d) considerando o disposto no artigo 8º, II da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e tendo em vista a necessidade de acompanhar e fiscalizar fato objeto de representação que não enseja a instauração de inquérito civil ou que demanda o acompanhamento de e fiscalização de forma continuada de políticas públicas ou instituições;

Resolve instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, visando a acompanhar se estão sendo adotadas políticas públicas para garantir a segurança das mulheres e crianças no Município de Altamira e se as políticas públicas referidas na audiência tem-se mostrado efetivas para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que se determina após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC.

MARILIA MELO DE FIGUEIREDO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 1.216, DE 16 DE OUTUBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República ao final assinado, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 129 da Constituição Federal, no art. 7º, inciso I, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20.5.1993 e na Resolução nº 87, de 3.8.2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e:

a) Considerando sua função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, provendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do art. 129, II, da Constituição Federal de 1988;

b) Considerando os fatos narrados na Notícia Fato nº 1.23.000.002022/2017-19, instaurada a partir do Ofício nº 400/2017-MP/2ºPJ/DCF/DH, pela qual a 2ª Promotoria de Justiça do Ministério Público Estadual do Pará informa o suposto descumprimento da Resolução RDC nº 7 da Anvisa, que dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva, reportando a baixa oferta de Cirurgias odontologistas intensivistas para o tratamento de infecções bucais aos pacientes entubados, havendo, inclusive, hospitais sem a presença destes profissionais.

Considerando o narrado, resolve-se instaurar INQUÉRITO CIVIL, tendo como objeto os fatos constantes da referida Notícia de Fato, pelo que

Determino:

1 – Autue-se a portaria de instauração do inquérito civil vinculado à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

2 – Dê-se conhecimento da instauração deste ICP à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (art. 6º da Resolução n.º 87, de 2006, do CSMPF), mediante remessa de cópia desta portaria, sem prejuízo da publicidade deste ato, com a publicação, no Diário Oficial, conforme disposto no art. 16º da Resolução nº 87, de 2006, do CSMPF.

3 – Expeça-se ofício à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, requisitando-a, no prazo de 20 (vinte) dias, a prestar esclarecimentos sobre o fatos narrados nos Ofícios nº 400/2017-MP/2ºPJ/DCF/DH e OF. PRES/CROPA nº 06/2017, do CRO_PA, constantes nos autos, e, especificadamente, se tem atuado de forma a fiscalizar o cumprimento do RDC-07/2010, aplicando as punições cabíveis, assim como se já incluiu as Infecções bucais como Infecções relacionadas à saúde em âmbito nacional. [Remeter, anexa, cópia dos Ofícios nº 400/2017-MP/2ºPJ/DCF/DH e OF. PRES/CROPA nº 06/2017].

4 – Expeça-se ofício à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, requisitando-a, no prazo de 20 (vinte) dias, a prestar esclarecimentos sobre o fatos narrados nos Ofícios nº 400/2017-MP/2ºPJ/DCF/DH e OF. PRES/CROPA nº 06/2017, do CRO_PA, constantes nos autos, e, especificadamente, sobre a inclusão ou não dos procedimentos odontológicos no Rol de procedimento em pacientes hospitalizados [Remeter, anexa, cópia dos Ofícios nº 400/2017-MP/2ºPJ/DCF/DH e OF. PRES/CROPA nº 06/2017].

FELIPE DE MOURA PALHA E SILVA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 13, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) Considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) Considerando o que consta nos autos nº 1.25.008.000016/2017-74.

c) Considerando que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do Patrimônio Histórico e Artístico.

Resolve este órgão ministerial:

Instaurar Procedimento Administrativo de acompanhamento, para acompanhar as negociações entre o IPHAN e a empresa LF22 empreendimentos imobiliários, com vistas à celebração de um Termo de Acertamento:

1. Atue-se o novel procedimento como afeto à 4a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, procedendo-se às comunicações e anotações de praxe; publique-se;

2. Estabeleça-se o prazo de 1 (um) ano, para o trâmite do presente procedimento.

OSVALDO SOWEK JUNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 30, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) Considerando o rol de atribuições do Ministério Público, elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) Considerando o contido nos autos do Procedimento Preparatório MPF-PRM/PG nº 1.25.008.000016/2017-74, em trâmite nesta Procuradoria da República para apurar possíveis irregularidades na execução, pela Prefeitura Municipal de Irati, da obra de recuperação asfáltica da estrada que liga o Município de Irati ao Distrito de Gonçalves Júnior, para a qual foram utilizados recursos federais recebidos em decorrência do contrato de repasse do Ministério da Agricultura nº 1020730-87/2014/MAPA.

c) Considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

d) Considerando que é dever do Ministério Público Federal zelar pela correta aplicação dos recursos públicos de origem federal;

e) Considerando a necessidade de realizar diligências instrutórias para a adequada elucidação dos fatos, bem como, de outro lado, o escoamento do prazo estabelecido no § 4º do artigo 4º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal - CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF;

Resolve este órgão ministerial:

Nos termos do artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 87 do CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF, converter o presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, observando-se o seguinte:

1. Anote-se a seguinte temática: Repasse de Verbas Públicas (código 10957).
2. Encaminhe-se, via Sistema Único, à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – 5ª CCR/MPF cópia desta Portaria para publicação oficial, conforme art. 5º, inciso VI, da Resolução nº 87 do CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF.
3. Atente-se à data fim para, se for o caso, prorrogar o prazo de término da apuração ora em curso e a regular comunicação da prorrogação à 1ª CCR, conforme art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, alterada pela Resolução nº 106 do CSMPF.

4. Cumpra-se o item "1" do despacho que determinou a instauração de Inquérito Civil, sobrestando-se os autos por 60 (sessenta) dias.

OSVALDO SOWEK JUNIOR
Procurador da República

PORTARIA Nº 111, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, inciso VII, alínea b, e artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
  - d) considerando o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
  - e) considerando o teor do despacho constante no presente Procedimento Preparatório nº 1.25.006.000383/2017-98;
- Converter o presente em Inquérito Civil tendo por objeto, em atendimento ao contido no artigo 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, a apuração dos fatos abaixo especificados:

Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa em face de suposta utilização de documentos inidôneos (atestados médicos falsos) pelo empregado Guilherme Lourenço de Oliveira Moura, matrícula 8.568.-094-0, lotado na agência dos Correios de Mandaguçu-PR

Tema: 10011 - Improbidade Administrativa (Atos Administrativos/DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO).

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Maringá/PR, nos termos do que prevê o artigo 7º, inciso IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina que seja comunicada a Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos artigos 4º, inciso VI, e 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

DANIELLE DIAS CURVELO
Procuradora da República

PORTARIA Nº 115, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição Federal, e:

- a) CONSIDERANDO o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) CONSIDERANDO a incumbência prevista no artigo 6º, VII, b, e artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;
- c) CONSIDERANDO que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) CONSIDERANDO a Portaria nº 420/2011, do Ministério do Meio Ambiente, que dispõe sobre os procedimentos a serem aplicados pelo IBAMA na regularização e licenciamento ambiental das rodovias federais, mormente seu artigo 12, no qual prevê: "A implantação, a duplicação ou a ampliação de capacidade das rodovias federais, fora da faixa de domínio existente, seguirá o procedimento ordinário de licenciamento ambiental, conforme legislação vigente."

f) havendo necessidade de realização de diligências para examinar possíveis irregularidades informadas no pedido de intervenção e acompanhamento em obras viárias de alto impacto ambiental na BR 376, município de Castelo Branco/Pr., consistente na construção de caixa aberta de captação de águas pluviais e resíduos oriundas da referida Rodovia, resolvo

Converter esta notícia de fato em Inquérito Civil tendo por objeto a apuração de possíveis irregularidades informadas no pedido de intervenção e acompanhamento em obras viárias de alto impacto ambiental na BR 376, município de Castelo Branco/Pr., consistente na construção de caixa aberta de captação de águas pluviais e resíduos oriundas da referida Rodovia.

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Maringá/PR, nos termos do que prevê o artigo 7º, IV, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Determina ainda, que seja comunicada à Egrégia 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos dos artigos 4º, VI, e 7º § 2º, I e II, da Resolução CNMP nº 23/2007.

Manda, por fim, sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

NATALÍCIO CLARO DA SILVA
Procurador da República

PORTARIA Nº 255, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.25.000.000619/2017-49. Representante: THAIS FERREIRA DE SOUZA e outros. Representada: ADELINA RODRIGUES.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, com base no art. 129 da Constituição Federal, art. 8º, da Lei Complementar n.º 75/93, de 20/05/1993 e nos termos do contido no artigo 4º da Resolução nº 13 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 6º da Resolução nº 77/2004 do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público Federal;

CONSIDERANDO o teor da Notícia de Fato em epígrafe, instaurada a partir de memorando encaminhado pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Rondônia, tendo em vista a possível ocorrência do crime de racismo, praticado, em tese, por ADELINA RODRIGUES e dos crimes de ameaça, incitação ao crime e apologia de crime, por MARCELO SILVA;

CONSIDERANDO a expiração do prazo da Notícia de Fato nº 1.25.000.000619/2017-49 e a necessidade de continuação da colheita de material probatório/instrutório, para que se verifique o cabimento de ação penal ou de outra medida processual penal; e

CONSIDERANDO que, caso confirmadas, as irregularidades constituem a prática, em tese, de crime tipificado no art. 20, da Lei nº 7.716/1989, por Adelina Rodrigues e nos arts. 286, 287 e 147, do Código Penal, por Marcelo Silva;

RESOLVE, com fundamento na Resolução nº 13/2006 - CNMP, arts. 1º, 2º, II e 3º, §4º, através da presente portaria, instaurar procedimento investigatório criminal, a fim de apurar a ocorrência, em tese, dos crimes de racismo, capitulado pelo art. 20, da Lei nº 7.716/1989, e dos delitos de ameaça, incitação ao crime e apologia de crime, insertos nos arts. 147, 286 e 287, do Código Penal.

Autue-se e registre-se.

Comunique-se à 2ª CCR, nos termos do art. 7º da Resolução n.º 77, de 2004, do CSMPPF, mediante remessa desta portaria.

ELENA URBANAVICIUS MARQUES
Procuradora da República

PORTARIA Nº 321, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição Federal e

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal e art. 5º, I, da Lei Complementar nº 75/93, bem como zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos à seguridade social, conforme o art. 5º, II, "d", do mesmo diploma legal;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações com a finalidade de apurar possíveis omissões por parte da Secretaria de Políticas para as Mulheres com relação à construção da Casa da Mulher Brasileira de Curitiba, cuja temática está compreendida no Código CNMP nº 11846;

Considerando que mostrou-se inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina o artigo 4º, §1º, da Resolução nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE:

Converter o Procedimento Preparatório nº 1.25.000.001983/2017-23 em Inquérito Civil.

Para tanto, DETERMINO:

- a) a autuação e o registro da presente portaria, com as anotações necessárias;
- b) a comunicação da instauração do presente Inquérito Civil à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, para fim de publicação;

JOAO VICENTE BERALDO ROMAO
Procurador Regional dos Direitos do Cidadão
Procurador da República

DESPACHO DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Referência: Inquérito Civil nº 1.25.007.000122/2016-87

Trata-se de inquérito civil instaurado para apurar o suposto recebimento indevido de verbas federais pela Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba.

Considerando o vencimento do prazo deste procedimento e a imprescindibilidade da conclusão de diligências, qual seja a pendência de resposta aos termos do Ofício nº 333/2017/1ºOF/PRMPGUA, determino a prorrogação deste inquérito civil por mais 1 (um) ano, nos termos do art. 15 da Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Ainda nos termos do art. 15, §1º, da mencionada resolução, determino que se dê ciência à competente Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e que se dê publicidade da prorrogação, via sistema Único.

ADRIANO BARROS FERNANDES
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 78, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato n.º 1.26.004.000055/2017-74

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das funções institucionais estabelecidas no art. 129, II e III, da Constituição;

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 6º e 38 da Lei Complementar n.º 75/1993, compete ao Ministério Público Federal, dentre outras incumbências, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, promover o inquérito civil, a ação civil pública e outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, para a proteção dos direitos constitucionais, do patrimônio público e social e da probidade administrativa, dentre outros, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, dos interesses relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor, da ordem econômica e financeira, da ordem social, do patrimônio cultural brasileiro, da manifestação de pensamento, de criação, de expressão ou de informação;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e na Resolução n.º 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF);

CONSIDERANDO o que consta dos autos do procedimento em epígrafe, o qual "apura representação feita pelo cacique Clovis Manoel da Silva, dando conta da existência de discórdia entre os caciques Atikum quanto aos critérios de indicação do pessoal da educação indígena na Terra do Povo Atikum de Salgueiro";

CONSIDERANDO que, numa análise preliminar, o objeto do presente procedimento insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal, em razão de afetar direitos e interesses de populações indígenas;

RESOLVE instaurar Inquérito Civil para apurar os fatos noticiados, conforme o trecho entre aspas acima.

Após os registros de praxe, publique-se, reatue-se o presente feito como Inquérito Civil, atualizando-se a descrição do objeto no Sistema Único e na capa dos autos, e comunique-se a instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos dos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do CNMP e dos arts. 6º e 16 da Resolução n.º 87/2006 do CSMPF.

Ficam os servidores lotados no Setor Jurídico ou neste Ofício de Salgueiro autorizados a juntar diretamente aos autos os documentos produzidos pelo presidente do feito ou por sua determinação, certidões, relatórios da situação do feito, extratos de consulta a dados públicos sobre os fatos apurados ou sobre pessoas possivelmente envolvidas, bem como aqueles recebidos em resposta a requisições. Sempre que houver o cumprimento integral das diligências já determinadas, o vencimento do prazo de conclusão de feito ou quando advierem questões para imediata apreciação do procurador da República, os autos deverão ser feitos conclusos.

Cumram-se as diligências determinadas no despacho já lançado ao final dos autos.

ANDRE ESTIMA DE SOUZA LEITE
Procurador da República

PORTARIA Nº 229, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei Complementar n.º 75/93;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto do presente Procedimento Extrajudicial se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando a necessidade de adoção da providência elencada no inciso II do art. 4º da Resolução n.º 87 do Conselho Superior do

Ministério Público Federal;

Determino a conversão do Procedimento Preparatório n.º 1.26.005.000140/2017-22 em Inquérito Civil a fim de "Apurar supostas irregularidades relativas à aplicação dos recursos do Convênio n.º 701368/2010, Siafi 663620, firmado entre a Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Município de Capoeiras/PE, que teve por objeto aquisição de veículo automotor, zero quilometro, com especificações para transporte escolar, por meio de apoio financeiro no âmbito do Programa Caminho da Escola, durante a gestão do ex-prefeito Luiz Claudino de Souza (2009 - 2012).".

Mantenha-se no Inquérito Civil o número de autuação utilizado no Procedimento Extrajudicial em questão.

Ficam os servidores autorizados a franquear vista e permitir a extração de cópia de autos extrajudiciais não sigilosos, juntando-se apenas o requerimento, para fins de controle. Cuidando-se de autos extrajudiciais sigilosos, quaisquer pedidos de vista e/ou cópia deverão ser autorizados pelo titular de Ofício ou seu substituto.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, via Sistema Único.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA
Procurador da República

PORTARIA Nº 231, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei Complementar n.º 75/93;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto do presente Procedimento Extrajudicial se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando a necessidade de adoção da providência elencada no inciso II do art. 4º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Determino a conversão do Procedimento Preparatório nº 1.26.005.000144/2017-19 em Inquérito Civil a fim de “Apurar supostas irregularidades na execução de obras consistentes nas reformas de escolas e creches no município de Jupi/PE, que, em tese, recaem sobre o atual prefeito Antônio Marcos Patriota (gestão 2017 - 2020).”

Mantenha-se no Inquérito Civil o número de autuação utilizado no Procedimento Extrajudicial em questão.

Ficam os servidores autorizados a franquear vista e permitir a extração de cópia de autos extrajudiciais não sigilosos, juntando-se apenas o requerimento, para fins de controle. Cuidando-se de autos extrajudiciais sigilosos, quaisquer pedidos de vista e/ou cópia deverão ser autorizados pelo titular de Ofício ou seu substituto.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, via Sistema Único.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA
Procurador da República

PORTARIA Nº 233, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei Complementar nº 75/93;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto do presente Procedimento Extrajudicial se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando a necessidade de adoção da providência elencada no inciso II do art. 4º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do

Ministério Público Federal;

Determino a conversão do Procedimento Preparatório nº 1.26.005.000155/2017-91 em Inquérito Civil a fim de “Apurar notícia de suposta irregularidade consistente no cadastro do Programa Bolsa Família no município de Brejão/PE, envolvendo a agente comunitária de saúde, Sra Yara de Brito Silva Souza, especialmente no cadastro irregular da Sra. Juciana Batista de Moraes.”

Mantenha-se no Inquérito Civil o número de autuação utilizado no Procedimento Extrajudicial em questão.

Ficam os servidores autorizados a franquear vista e permitir a extração de cópia de autos extrajudiciais não sigilosos, juntando-se apenas o requerimento, para fins de controle. Cuidando-se de autos extrajudiciais sigilosos, quaisquer pedidos de vista e/ou cópia deverão ser autorizados pelo titular de Ofício ou seu substituto.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, via Sistema Único.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA
Procurador da República

PORTARIA Nº 238, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei Complementar nº 75/93;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto do presente Procedimento Extrajudicial se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando a necessidade de adoção da providência elencada no inciso II do art. 4º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do

Ministério Público Federal;

Determino a conversão do Procedimento Preparatório nº 1.26.005.000175/2017-61 em Inquérito Civil a fim de apurar “Representação da Sra. Giovanna Silva dos Santos noticiando que é estudante e foi pré-selecionada com bolsa parcial no PROUNI e pelo FIES e ao tentar efetuar os procedimentos (termo de concessão, matrícula e financiamento), não está tendo êxito, por problemas no sistema do MEC.”

Mantenha-se no Inquérito Civil o número de autuação utilizado no Procedimento Extrajudicial em questão.

Ficam os servidores autorizados a franquear vista e permitir a extração de cópia de autos extrajudiciais não sigilosos, juntando-se apenas o requerimento, para fins de controle. Cuidando-se de autos extrajudiciais sigilosos, quaisquer pedidos de vista e/ou cópia deverão ser autorizados pelo titular de Ofício ou seu substituto.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, via Sistema Único.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA
Procurador da República

PORTARIA Nº 246, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal e no art. 6º da Lei Complementar nº 75/93;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;
- c) considerando que o objeto do presente Procedimento Extrajudicial se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando a necessidade de adoção da providência elencada no inciso II do art. 4º da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Determino a conversão do Procedimento Preparatório nº 1.26.005.000200/2017-15 em Inquérito Civil a fim de “Apurar a prática de conduta ímproba por parte de RONALDO FERREIRA DE MELO, ex-Prefeito do Município de Brejão/PE, por recusar, retardar e/ou omitir dados técnicos requisitados pelo Ministério Público Federal no bojo do Inquérito Civil n. 1.26.005.000063/2013-87”.

Mantenha-se no Inquérito Civil o número de autuação utilizado no Procedimento Extrajudicial em questão.

Ficam os servidores autorizados a franquear vista e permitir a extração de cópia de autos extrajudiciais não sigilosos, juntando-se apenas o requerimento, para fins de controle. Cuidando-se de autos extrajudiciais sigilosos, quaisquer pedidos de vista e/ou cópia deverão ser autorizados pelo titular de Ofício ou seu substituto.

Após os registros de praxe, comunique-se esta instauração à respectiva Câmara de Coordenação e Revisão para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, via Sistema Único.

MARCEL BRUGNERA MESQUITA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 5, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República do Estado do Piauí, com fulcro na Constituição Federal, artigo 129, III e VI; Lei Complementar nº 75/93, artigo 7º, inciso I; Resolução CNMP nº 177/2017, artigo 9º, e:

CONSIDERANDO que no âmbito do Procedimento Preparatório nº 1.27.000.000459/2017-61 foi identificada a tramitação do processo nº 0000496-38.2016.8.18.0116, da Vara Única da Comarca de São Gonçalo do Piauí, cuja demanda está relacionada ao pagamento de precatório relativo à diferença do Fundef em favor de mencionado município, no valor de R\$ 5.221.441,41;

CONSIDERANDO que no âmbito do procedimento preparatório retrocitado este Órgão Ministerial atravessou petição no processo nº 0000496-38.2016.8.18.0116, da Vara Única da Comarca de São Gonçalo do Piauí, postulando o declínio de competência para Justiça Federal, tendo o Juízo Estadual indeferido o pleito;

CONSIDERANDO, ainda, que procedimento preparatório mencionado verificou-se o julgamento do Conflito de Competência 149952/CE, apreciado pela 1ª Seção do STJ em 22/03/2017, no qual se entendeu que seria competente a Justiça Estadual para processar e julgar apreciar demanda semelhante àquela que tramita na Vara Única da Comarca de São Gonçalo do Piauí, o que levou este Parquet a decidir pela promoção de arquivamento do referido procedimento;

CONSIDERANDO ser necessário acompanhar o desfecho do julgamento do processo nº 0000496-38.2016.8.18.0116, que tramita na Vara Única da Comarca de São Gonçalo do Piauí, a fim de verificar a efetiva destinação dada aos recursos decorrentes do pagamento do precatório relativo ao Fundef;

CONSIDERANDO, por fim, ser indispensável dar conhecimento à Advocacia Geral da União no Piauí acerca do processo nº 0000496-38.2016.8.18.0116, para que aquele órgão jurídico avalie o eventual interesse da União em intervir em tal processo e, com isso, deslocar a demanda para ser processada e julgada no âmbito da Justiça Federal;

RESOLVE, com apoio no art. 8º, IV da Res. nº 174/2017 do CNMP, converter a Notícia de Fato nº 1.27.000.002530/2017-40 em Procedimento de Administrativo, determinando, adicionalmente, o que segue:

I) o registro e autuação desta Portaria, com observância da publicidade exigida para o inquérito civil, conforme previsto no art. 10 da Res. nº 174/2017 do CNMP;

II) o cumprimento do que fora determinado no despacho ministerial nº 181/2017 (PR-PI-00025243/2017), contido nos autos eletrônicos da Notícia de Fato ora convertida em Procedimento Administrativo.

PATRÍCIO NOÉ DA FONSECA
Procurador da República

PORTARIA Nº 197, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL SUBSTITUTO NO ESTADO DO PIAUÍ, no exercício das suas atribuições legais, e Considerando o Ofício PGJ nº 1748/2017, por meio do qual o Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, informou a indicação da Promotora de Justiça Janaína Rose Ribeiro Aguiar, titular da 1ª Promotoria de Justiça de União, para assumir as funções eleitorais na 16ª Zona Eleitoral – União, no biênio 2017-2019, em razão do término da investidura da Promotora de Justiça, Gianni Vieira de Carvalho, no exercício das atribuições eleitorais na referida zona eleitoral.

Considerando que, nos termos do art. 1º, I, da Resolução CNMP nº 30/2008, a designação de membros do Ministério Público de primeiro grau para exercer função eleitoral perante a Justiça Eleitoral de primeira instância será feita por ato do Procurador Regional Eleitoral, com base em indicação do Chefe do Ministério Público local;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Promotora de Justiça JANAÍNA ROSE RIBEIRO AGUIAR, titular da 1ª Promotoria de Justiça de União para exercer as funções eleitorais na 16ª Zona Eleitoral – União, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 4 de novembro de 2017.

Art. 2º. Revogar a designação anterior para a zona eleitoral acima especificada.

Art. 3º. Esta portaria produz efeitos retroativos a partir do dia 4 de novembro de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PATRÍCIO NOÉ DA FONSECA
Procurador Regional Eleitoral

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 1.626, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Designa o Procurador da República RENATO SILVA DE OLIVEIRA para realizar audiência junto à 1ª Vara Federal Criminal no dia 18 de dezembro de 2017.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 48, inciso VII, “b” e art. 50, inciso II da Lei Complementar nº 75/93; considerando que os dias não contemplados nesta portaria são de responsabilidade dos Procuradores remanescentes da Vara, conforme portarias em vigor; considerando a necessidade de se manter a equitativa distribuição da carga de trabalho entre todos os procuradores que atuam na área criminal, inclusive no que pertine ao rodízio das audiências da 1ª Vara Federal Criminal, resolve:

Art. 1º Designar o Procurador da República RENATO SILVA DE OLIVEIRA para realizar audiência junto à 1ª Vara Federal Criminal no dia 18 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo acompanhamento da pauta na data acima estabelecida compete ao gabinete do procurador designado.

Art. 2º Ressalvados os casos de licença para tratamento de saúde, só serão admitidas redesignações a partir de solicitações de permuta encaminhadas pelos interessados ao Procurador-Chefe, para edição da pertinente portaria.

Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

JOSÉ SCHETTINO

PORTARIA Nº 25, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Instauração de Inquérito Civil a partir do Procedimento Preparatório nº 1.30.008.000111/2017-16

A Procuradoria da República no Município de Resende, Estado do Rio de Janeiro, no exercício de suas funções institucionais e, considerando a previsão inserta no artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil; considerando o que dispõe o artigo 6º, inciso VII, alínea 'b', c/c artigo 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar Federal nº 75/1993; considerando que o objeto desta investigação insere-se no rol de atribuições do Ministério Público Federal com atuação no Município de Resende/RJ;

Considerando o disposto na Resolução nº 23/2007, alterada pela Resolução nº 35/2009, ambas editadas pelo CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o disposto na Resolução nº 87/2006, alterada pela Resolução nº 106/2010, ambas editadas pelo CSMPF – Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve:

Converter o Procedimento Preparatório nº 1.30.008.000111/2017-16 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no artigo 4º, da Resolução CNMP nº 23/2007, e no artigo 5º, da Resolução CSMPF nº 87/2006, a apuração do(s) fato(s) abaixo especificado(s):

Descrição resumida dos fatos investigados: Procedimento instaurado com base em representação declinada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da qual PAULO CESAR DA COSTA noticia supostas irregularidades e paralisação dos trabalhos, relativamente à execução de obras de recuperação e melhoria de 202 (duzentos e duas) unidades habitacionais e de construção de outras 15 (quinze) unidades habitacionais, além de outras intervenções urbanas, no Bairro Baixada do Olaria, no Município de Resende/RJ, que teriam sido custeadas com recursos federais oriundos do Ministério das Cidades, por intermédio da CEF (Caixa Econômica Federal);

Estabelece a título de diligências iniciais: a expedição de ofício à Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, encaminhando-lhe cópia integral da sobredita representação (fls. 05/06-verso) e da documentação que a acompanha (fls. 07/26), para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresente manifestação circunstanciada acerca dos supostos fatos relatados. Após, acautelar os autos pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, aguardando eventual resposta à requisição formulada. Com a chegada da resposta ou transcorrido o prazo citado, os autos deverão retornar conclusos.

Determina a publicação desta Portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no mural de avisos da Procuradoria da República no Município de Resende-RJ, nos termos do que prevê o artigo 4º, inciso VI, c/c artigo 7º, inciso IV, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o artigo 6º, c/c artigo 16, § 1º, inciso I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006;

Ordena, ainda, que seja comunicada à Egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação, nos termos do que prevê: o artigo 4º, inciso VI, c/c artigo 7º, § 2º, incisos I e II, ambos da Resolução CNMP nº 23/2007; o artigo 6º, c/c artigo 16, § 1º, inciso I, ambos da Resolução CSMPF nº 87/2006;

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático, acerca da classificação temática – DANO AO ERÁRIO, VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS e MORADIA –, além da seguinte ementa inserida na capa: COMBATE À CORRUPÇÃO – SUPOSTAS IRREGULARIDADES E PARALISAÇÃO DAS OBRAS – RECUPERAÇÃO E MELHORIA DE 202 (DUZENTOS E DUAS) UNIDADES HABITACIONAIS E CONSTRUÇÃO DE OUTRAS 15 (QUINZE) – OUTRAS INTERVENÇÕES – RECURSOS FEDERAIS – MINISTÉRIO DAS CIDADES – COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CEHAB/RJ) – MUNICÍPIO DE RESENDE/RJ.

IZABELLA MARINHO BRANT
Procurador da República

PORTARIA Nº 64, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL. PP nº 1.30.002.00084/2017-23

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições constitucionalmente definidas no artigo 129, da Constituição da República, e com fulcro, ainda, no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e na Resolução nº 87, de 3 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e

CONSIDERANDO sua função institucional de defesa do patrimônio público e social e de outros interesses difusos e coletivos, para a qual pode promover o inquérito civil e a ação civil pública, consoante disposição do art. 129, inciso III, da Constituição Federal, bem como do art. 6º, inciso VII e alíneas, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO o vencimento do prazo de conclusão do Procedimento Preparatório nº 1.30.002.00084/2017-23, e, ainda, a necessária continuidade dos atos de apuração;

RESOLVE:

Converter o presente Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL, inalterados os termos de registro e de ementa.

Como medidas iniciais, determina:

1. PUBLIQUE-SE a presente Portaria (atentando-se ao disposto no art. 5º, inciso VI, e art. 16, §1º, I, todos da Resolução CSMPF nº 87/2006, e ao art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23/2007);

2. NOTIFIQUE-SE a Eg. 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, via “Sistema Único”;

3. EXPEÇA-SE ofício à Secretária Municipal de Educação e Cultura de São João da Barra requisitando cópia, se houver, da prestação de contas do PROGRAMA PDDE QUALIDADE, exercício de 2014, da Unidade Executora Professora Dionélia Gonçalves Santos, informando na oportunidade, que a prestação de contas apresentada foi apenas a referente ao PROGRAMA PDDE EDUCAÇÃO INTEGRAL, já de conhecimento do Ministério Público Federal acerca da sua aprovação por parte do FNDE.

GUILHERME GARCIA VIRGÍLIO
Procurador da República

PORTARIA Nº 585, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

(Converte o Procedimento Preparatório PR-RJ nº 1.30.001.001063/2017-35 em Inquérito Civil)

O Ministério Público Federal é Instituição destinada à “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, tendo, entre suas funções constitucionais, as de “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia” e de “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” (Constituição da República, artigos 127 e 129, incisos II e III).

Compete ainda ao MPF, considerados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, zelar pelo efetivo respeito, pelos Poderes da União e pelos serviços de relevância pública, aos princípios constitucionais relativos à finanças públicas e à seguridade social, bem como defender o patrimônio público e social e os direitos e interesses coletivos (Lei Complementar nº 75/93, artigo 5º, incisos I, h, II, b e d, III, b e e, e V).

Os Ofícios da Área da Tutela Coletiva da PR-RJ têm suas atribuições fixadas no art. 29 da Portaria PR-RJ nº 578/14 (na redação dada pela Portaria nº 1320/14).

O Conselho Superior do Ministério Público Federal editou a Resolução nº 106/10 unificando, no âmbito do MPF, as normas disciplinadoras do Inquérito Civil antes divididas entre a Resolução nº 87/06, do próprio CSMPF, e a Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público.

A nova Resolução alterou a redação do artigo 4º da Resolução CSMPF nº 87/06 e determinou que, caso não haja nos autos do procedimento elementos que permitam a adoção imediata de qualquer das medidas previstas no caput do mesmo artigo, o Procurador oficiante poderá, no prazo máximo de 180 dias, realizar diligências. Findo o prazo, impõe-se o ajuizamento de ação civil, o arquivamento do procedimento ou sua conversão em inquérito civil.

O Procedimento Preparatório nº 1.30.001.001063/2017-35 foi instaurado nesta Unidade há mais de 180 dias para apurar notícia de possível desabastecimento, no Hospital Federal de Bonsucesso, da medicação CyborD - droga constituída pela associação de medicamentos Bortezomibe, Ciclofosfamida e Dexametasona.

Apesar das diversas diligências já empreendidas nos autos, verifica-se ainda não ser possível o ajuizamento de ação civil ou, por outro lado, a promoção de arquivamento do feito. Impõe-se, desta forma, sua regularização formal, para atendimento às determinações da Resolução CSMPF nº 106/10.

Diante disso, determino a CONVERSÃO do Procedimento Preparatório em epígrafe em Inquérito Civil, mantendo-se sua atual Ementa.

Autue-se e publique-se esta Portaria de conversão.

Comunique-se à Colenda PFDC (ou ao seu Núcleo de Apoio Regional) a conversão do Procedimento Preparatório em epígrafe em Inquérito Civil, em obediência à Resolução CSMPF nº 106/10.

GUSTAVO MAGNO GOSKES BRIGGS DE ALBUQUERQUE
Procurador da República

EXTRATO DE TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

INQUÉRITO CIVIL nº 1.30.008.000130/2014-91, referente a danos ambientais ocasionados pelo funcionamento de empreendimento comercial denominado “Bar do Paredão”, em área de preservação permanente, na margem do rio Campo Belo, em Itaitiaia/RJ, no entorno do Parque Nacional do Itaitiaia, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, causando danos ambientais. PARTES: de um lado o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, representado pelo procurador da República Dr. Paulo Sérgio Ferreira Filho, e de outro lado PAULO ROGÉRIO DO PRADO, ISAQUE RODRIGUES DE MELO e JOSÉ LUIZ RIBEIRO XAVIER, compromissários. OBJETO: adoção de medidas de recuperação ambiental para restabelecer o meio ambiente degradado, por meio de reflorestamento da margem de rio. VIGÊNCIA: 2 (dois) anos. DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2017. ASSINATURAS: PAULO SÉRGIO FERREIRA FILHO, PAULO ROGÉRIO DO PRADO, ISAQUE RODRIGUES DE MELO, JOSÉ LUIZ RIBEIRO XAVIER e VALTER LUCIO DA SILVA (testemunha da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaitiaia).

RECOMENDAÇÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Ref. Inquérito Civil nº 1.30.001.001438/2017-67

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República que subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, estabelecidas na Constituição da República e na Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar nº 75/93), e:

I. CONSIDERANDO que:

I.1 A regra estabelecida no art. 127, caput, da CR/88 define o Ministério Público como “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

I.2 Dentre as funções institucionais do Ministério Público, estabelecidas no artigo 129, inciso II, da CR/88, analisado em cotejo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 75/93, insere-se a função de “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”.

I.3 O dispositivo 6º, inciso XX, da Lei Complementar 75/93, prevê dentre as atribuições do Ministério Público Federal “expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis”.

I.4 Ao Ministério Público Federal compete, nos termos do artigo 6º, inciso VII, alínea “c”, da Lei Complementar 75/93, promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos.

II. CONSIDERANDO, especificamente, que:

II.1 Tramita no ofício da Tutela Coletiva da Saúde desta Procuradoria da República o procedimento preparatório 1.30.001.001438/2017-67, instaurado com o escopo de apurar notícia de violação do direito à imediata nomeação dos candidatos aprovados nos concursos públicos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ abertos pelos Editais nº 01, 02, 03, 04 e 05/2016 para provimento de 150 cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública do quadro de pessoal da FIOCRUZ, em substituição a 170 postos de trabalho terceirizados.

II.2 As 150 vagas foram destinadas ao preenchimento de cargos de Assistente Técnico de Gestão em Saúde; Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública; Técnico em Saúde Pública e Pesquisador em Saúde Pública.

II.3 Todos os certames já foram concluídos e devidamente homologados (DOCs. 01, 02, 03 e 04).

II.4 Os concursos públicos foram autorizados pela Portaria nº 140, de 28 de abril de 2017, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, a qual vinculou o efetivo provimento dos cargos à prévia autorização do MPOG e ao cumprimento das seguintes condicionantes (art. 2º): (i) a existência de vagas; (ii) a adequação orçamentária e financeira; (iii) a substituição dos trabalhadores terceirizados que executam atividades não previstas no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, cujos nomes deverão constar de relação publicada previamente à nomeação; e (iv) o remanejamento de dotações orçamentárias de “outras despesas correntes” para “pessoal e encargos sociais”, no montante equivalente aos custos dos cargos providos, até efetiva incorporação das despesas nos limites orçamentários anuais de pessoal e encargos sociais da Fundação. (DOC.05)

II.5 A Portaria nº 140/2016 do MPOG, de fato, fixou como contrapartida ao provimento dos cargos a extinção de 170 postos de trabalho terceirizados, em cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial firmado no processo nº 00810.2006.017.10.00-71 (DOC.06).

II.6 Foi formalizada pela FIOCRUZ, via Ministério da Saúde, a solicitação dirigida ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a nomeação dos cargos de Assistente Técnico de Gestão em Saúde e Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, restando devidamente demonstrado pela Fundação o cumprimento das condicionantes fixadas na Portaria nº 140/2016 (DOC.07).

II.7 Sobre o atendimento das condicionantes, extrai-se da leitura do Ofício nº 341/2017-PR, de 23 de maio de 2017, da lavra da Presidência da Fiocruz que (DOC. 07):

Foi identificada a existência de 343 cargos vagos de Assistente Técnico de Gestão em Saúde, sendo que o número de vagas autorizadas pela supracitada Portaria alcançou apenas 21 vagas;

Foi oportunamente declarada a concordância das despesas decorrentes da autorização para provimento de cargos em questão com a previsão orçamentária e financeira relativa à despesa de pessoal da Fundação Oswaldo Cruz, uma vez que a própria autorização para a realização do concurso somente é realizada quando as despesas encontram-se devidamente previstas no Anexo V da Lei Orçamentária. Foi declarado, outrossim, a concordância com o remanejamento das dotações orçamentárias de “Outras Despesas Correntes” para “Pessoal e Encargos Sociais”, previsto na própria Portaria;

Foram encaminhadas as relações de trabalhadores terceirizados na Fundação Oswaldo Cruz desligados ou em vias de serem desligados, em atendimento ao artigo primeiro da Portaria Interministerial MP/CGU nº 494, de 18 de dezembro de 2009, relativas aos cargos de Assistente Técnico de Gestão em Saúde e Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública;

De fato, o pedido de nomeação abrangeu somente os cargos de Assistente Técnico de Gestão em Saúde e Especialista em Ciência, Tecnologia, Inovação e Produção em Saúde Pública, totalizando 31 cargos a serem providos.

II.8 Em decorrência, foi publicada, na data de ontem, a Portaria nº 453, de 12 de dezembro de 2017, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que autorizou a nomeação de 31 (trinta e um) candidatos aprovados para o exercício e lotação na FIOCRUZ (DOC. 08) .

II.9 Não obstante as medidas adotadas pela FIOCRUZ para o provimento dos cargos abrangidos pelos Editais 01 e 02/2016, os elementos de prova colhidos demonstraram que a Fundação permanece contratando ou renovando os contratos antes firmados para a composição da força de trabalho e continuidade dos serviços essenciais de saúde e pesquisa por ela desenvolvidos, com aprovados ainda não nomeados (DOC. 10).

II.10 De fato, não há dúvidas da manutenção/renovação/estabelecimento de novos contratos com profissionais terceirizados pela FIOCRUZ para o desempenho de atividades equivalentes às funções relacionadas a cargos de carreira – o que se confirma pelo próprio conteúdo da Portaria de autorização dos concursos públicos, destinando-os à substituição dos profissionais terceirizados; pela listagem apresentada pelo FIOCRUZ dos terceirizados dispensados para viabilizar as convocações solicitadas ao MPOG; pelo Relatório Gerencial de Colaboradores e, ainda, pelo histórico da formação dos recursos humanos da Fundação.

II.11 Ocorre que, enquanto são contratados profissionais terceirizados para a execução de atividades correspondentes às funções de cargos públicos, profissionais concursados aguardam a sua vez na lista de nomeação.

II.12 A demora excessiva no provimento de todos os cargos abertos/existentes pelos candidatos aprovados nos certames válidos e homologados anda na contramão da política de substituição de terceirizados dos quadros funcionais dos entes públicos federais e acaba por ferir as normas constitucionais que regem o ingresso na carreira pública e o direito subjetivo dos aprovados nos respectivos concursos públicos de provas e títulos.

No bojo do procedimento preparatório foi expedido o Ofício nº 13857/2017-PR-RJ-AMLC dirigido à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da FIOCRUZ para informações sobre as medidas adotadas para efetiva nomeação dos candidatos aprovados em todos os certames da Fundação de 2016 e sobre o número atualizado de terceirizados e as respectivas atividades exercidas na Fundação, não sendo apresentada resposta até a presente data (DOC. 09).

III. CONSIDERANDO o arcabouço normativo vigente, temos que:

III.1 A Constituição da República, em seu art. 37, inciso II, consagrou o princípio da ampla acessibilidade aos cargos e empregos públicos, por meio da aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

III.2 Trata-se de regra voltada à garantia dos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da equidade no acesso aos cargos públicos e da eficiência. Isso porque a obrigatoriedade da realização de concurso para investidura em cargos e empregos públicos não é apenas uma disposição procedimental a fim de estabelecer como o ente deve atuar na contratação de servidores. Objetiva também dar aplicação aos princípios da moralidade e impessoalidade, a fim de que se tenha uma administração transparente e de acordo com as regras da probidade administrativa. Revela-se, ainda, com instrumento adequado para se alcançar o princípio da eficiência mediante a seleção objetiva de profissionais mais capacitados ao exercício das funções públicas.

III.3 A FIOCRUZ, na qualidade de fundação pública federal, submete-se – a toda evidência – às normas constitucionais que regem o concurso público.

III.4 A regra, portanto, é a realização do concurso público para ocupação de cargos na Administração Pública Direta e Indireta, havendo apenas – vale o registro – duas exceções à obrigatoriedade da realização de concurso público para o exercício da atividade-fim, previstas no texto constitucional, quais sejam: (i) nomeação para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (art. 37, II, parte final, CF); (ii) contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, com base na Lei nº 8.745/93. Há, igualmente, a possibilidade de contratação de mão de obra sem a realização de prévio processo seletivo para a execução de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à atividade-fim, na forma do Decreto nº 2.271/97.

III.5 Há, portanto, vedação expressa de terceirização das atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas no plano de cargos e carreiras da entidade, vale dizer, a terceirização somente pode ocorrer nos limites definidos legalmente, não se admitindo a terceirização de serviços atinentes à atividade-fim dos órgãos e entidades, isto é, atinentes ao exercício de atividades essenciais e normais para as quais o ente se constituiu.

III.6 Na hipótese trazida aos autos, verifica-se claramente que os profissionais contratados pela FIOCRUZ não se limitam a atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, tampouco se constituem em cargos em comissão (de livre nomeação/exoneração) ou em atividades acessórias/complementares, impondo-se, assim, a substituição dos terceirizados por servidores concursados, conforme previsto pela própria Portaria nº 140/2017 que autorizou a realização dos certames.

III.7 Nesse contexto, a discricionariedade administrativa na análise da conveniência e oportunidade do momento de nomeação dos candidatos aprovados nos concursos públicos, prevista no item 17.3 dos respectivos editais, não se sustenta, porque claramente demonstrada a necessidade e o interesse da Administração no imediato preenchimento das respectivas vagas pela comprovada terceirização da atividade-fim – hipótese em que a expectativa de direito dos candidatos aprovados em certames convola-se em direito subjetivo à imediata convocação e nomeação.

III.8 Enfim, como demonstrado na instrução do procedimento preparatório, os resultados finais dos concursos públicos realizados no ano de 2016 foram devidamente homologados, logrando a FIOCRUZ comprovar o cumprimento das medidas condicionantes da nomeação fixadas na Portaria nº 140/2016 do MPOG e obter a autorização para o provimento de 31 cargos, relativos às carreiras de Assistente Técnico de Gestão em Saúde e Especialista em Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, conforme Portaria nº 435, de 12 de dezembro de 2017, do MPOG.

III.9 Impõe-se, pois, a comprovação do cumprimento das respectivas medidas condicionantes relativas aos cargos de Técnico em Saúde Pública e Pesquisador em Saúde Pública, de forma a viabilizar o imediato provimento de totalidade dos 150 cargos contemplados nos Editais 01, 02, 03, 04 e 05/2016, na tutela do interesse coletivo ao cumprimento dos princípios e regras constitucionais acima referidos e do interesse individual à nomeação dos candidatos aprovados.

IV. Por todo o exposto, o Ministério Público Federal RESOLVE RECOMENDAR, nos termos do art. 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, à Presidente da FIOCRUZ, Dra. Nísia Trindade Lima, e ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas - Cogepe da FIOCRUZ, Juliano de Carvalho Lima, no âmbito das respectivas atribuições, que:

IV.1 adotem as medidas administrativas pertinentes para assegurar o cumprimento das condicionantes previstas no art. 2º da Portaria nº 140, de 28 de abril de 2016, do MPOG, relativas aos cargos de Técnico em Saúde Pública e Pesquisador em Saúde Pública, para, desta forma, viabilizar o pedido ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, via Ministério da Saúde, do efetivo provimento da totalidade dos 150 cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, abrangidos pelos Editais dos concursos públicos de 2016.

IV.2 adotem as medidas administrativas necessárias para formalizar junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, via Ministério da Saúde, o pedido de autorização de nomeação da totalidade dos 150 cargos do Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública, abrangidos pelos Editais dos concursos públicos de 2016, e eventual ampliação de cargos/vagas cabível.

IV.3 considerando a notícia de contratação de profissionais terceirizados posteriormente à conclusão dos concursos públicos realizados em 2016, identifiquem: (i) o número de cargos vagos para Assistente Técnico de Gestão em Saúde, Especialista em Ciência, Tecnologia,

Produção e Inovação em Saúde Pública, Técnico em Saúde Pública e Pesquisador em Saúde Pública; (ii) o número de candidatos aprovados em cada um dos certames realizados pela FIOCRUZ na forma dos Editais 01, 02, 03, 04 e 05/2016, por cargos/perfis; (iii) o número atual de profissionais terceirizados no exercício de atividades correspondentes às funções dos cargos/perfis contemplados pelos Editais 01, 02, 03, 04 e 05/2016.

PRAZO: em 30 (trinta) dias, contados do recebimento, na forma art. 6º, inciso XX, parte final, e do art. 8, inc. II, ambos da LC n.º 75/93, deverão Vossas Senhorias informar ao Ministério Público Federal as providências adotadas ou planejadas em atendimento aos itens IV.1, IV.2 e IV.3 da presente recomendação, sendo sua omissão entendida como negativa de cumprimento da recomendação.

EFICÁCIA: A presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências recomendadas pelo Ministério Público Federal e poderá implicar a adoção de todas as medidas judiciais cabíveis para assegurar o cumprimento das regras e princípios constitucionais acima sustentados.

ALINE MANCINO DA LUZ CAIXETA
Procuradora da República

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS:

- DOC. 01 – Edital de Homologação nº 09, de 28 de novembro de 2016.
- DOC. 02 – Edital de Homologação nº 10, de 05 de janeiro de 2017.
- DOC. 03 – Edital de Homologação nº 10, de 19 de abril de 2017.
- DOC. 04 – Edital de Homologação nº 13, de 12 de junho de 2017.
- DOC. 05 – Portaria MP/GM nº 140, de 28 de abril de 2016.
- DOC. 06 – Termo de Conciliação Judicial no processo nº 00810-2006-017-10-00-7
- DOC. 07 – Dossiê comprovando o requerimento formalizado pelo Ministério da Saúde perante o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para autorização de nomeação para provimento de 31 cargos, contendo o Ofício nº 341/2017-PR, de 23 de maio de 2017.
- DOC. 08 – Portaria nº 435, de 12 de dezembro de 2017, do MPOG.
- DOC. 09 – Ofício nº 13857/2017-PR-RJ-AMLC e certidão posterior.
- DOC. 10 – Relatório Gerencial – Colaborador com Correlação de Postos – admitidos até 16/10/2017

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Pelo presente instrumento, nos termos do artigo 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, dos artigos 20 e 21 da Resolução nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e do artigo 14 da Resolução 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), representado neste ato pelo Procurador da República Dr. Paulo Sérgio Ferreira Filho, PAULO ROGÉRIO DO PRADO, brasileiro, portador do RG nº 06.412.545-3, inscrito no CPF sob o nº 769.535.727-87, residente e domiciliado na Estrada do Parque Nacional do Itatiaia (BR-485), km 2 (ou Avenida Wanderbilt Duarte de Barros, nº 1.810), bairro Vila Pinheiro, Itatiaia/RJ, CEP 27.580-000, doravante denominado PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO, ISAQUE RODRIGUES DE MELO, brasileiro, portador do RG nº 020.720.506-3, inscrito no CPF sob o nº 113.184.317-78, residente e domiciliado na Estrada do Parque Nacional do Itatiaia (BR-485), km 2 (ou Avenida Wanderbilt Duarte de Barros, nº 1.810), bairro Vila Pinheiro, Itatiaia/RJ, CEP 27.580-000, doravante denominado SEGUNDO COMPROMISSÁRIO, e JOSÉ LUIZ RIBEIRO XAVIER, brasileiro, portador do RG nº 04.429.890-9 – IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 722.487.857-04, residente e domiciliado na Rua Rita Maria Ferreira da Rocha, nº 443, Ap. 1.204, Jardim Jalisco, Resende/RJ, doravante denominado TERCEIRO COMPROMISSÁRIO, e na qualidade de testemunha da Secretaria de Meio Ambiente de Itatiaia (SMMA), o servidor público Valter Lucio da Silva, e

CONSIDERANDO as atribuições conferidas pelo art. 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB); pelo art. 1º, inciso I, c/c art. 8º, §1º, ambos da Lei nº 7.347/85; e pelo art. 6º, inciso VII, alínea b, c/c art. 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/1993;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso III, da CRFB, instituição permanente incumbida de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do meio ambiente, patrimônio público e de interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO que, segundo prescreve o art. 225 da CRFB, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, sendo entendido o meio ambiente, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei nº 6.938/81, como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”;

CONSIDERANDO que o §3º do art. 225, da CRFB, estabelece que “As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”;

CONSIDERANDO que tramita nesta Procuradoria da República no Município de Resende (PRM/Resende) o Inquérito Civil nº 1.30.008.000069/2010-59, instaurado a partir do serviço de denúncia pública na internet, objetivando apurar eventuais danos ambientais decorrentes de irregularidades diversas, entre elas, o funcionamento de estabelecimentos comerciais nas margens do rio Campo Belo, em Itatiaia/RJ;

CONSIDERANDO que, no curso do referido procedimento ministerial, o ICMBio/PNI identificou possíveis irregularidades relativas ao funcionamento de um estabelecimento comercial denominado “Bar do Paredão”, em área de preservação permanente (APP) do rio Campo Belo, em gleba de terra localizada no entorno do PNI;

CONSIDERANDO que a atividade desenvolvida no local pelo nacional PAULO ROGÉRIO DO PRADO é irregular, não possui alvará de funcionamento da Prefeitura de Itatiaia, está inserida em APP de curso d’água e causa danos ao meio ambiente, conforme asseverado pelos órgãos ambientais municipal, estadual e federal;

CONSIDERANDO que foi instaurado nesta Procuradoria da República o Inquérito Civil nº 1.30.008.000130/2014-91, visando à apuração da situação acima descrita;

CONSIDERANDO que há disposição do responsável pelo empreendimento e interesse turístico da Prefeitura de Itatiaia na regularização da atividade, e que o caso em tela se amolda à possibilidade de regularização ambiental encartada no art. 61-A do Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012);

CONSIDERANDO que a atividade desenvolvida se consolidou antes de 22 de julho de 2008, conforme documentação acostada aos autos, em consonância com o art. 3º, IV, do Novo Código Florestal;

CONSIDERANDO que a atividade desenvolvida no local se enquadra como ecoturismo, sendo possível a manutenção da infraestrutura existente no local, nos moldes do art. 61-A, § 12, do Novo Código Florestal;

CONSIDERANDO que, conforme informado pelos dono do empreendimento, a propriedade possui cerca de 5.800 m², sendo menor que dois módulos fiscais, enquadrando-se na previsão do art. 61-A, § 2º;

CONSIDERANDO a necessidade de se adotar medidas mitigatórias e/ou compensatórias dos danos ambientais advindos das intervenções intempestivas e da atividade desenvolvida irregularmente no local objeto do procedimento;

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª – O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO se obriga a se abster de promover qualquer intervenção na propriedade objeto destes autos sem autorização dos órgãos ambientais competentes (ICMBio/PNI, INEA/SUPMEP e Prefeitura de Itatiaia - Secretaria de Meio Ambiente).

CLÁUSULA 2ª – O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO se obriga, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a efetuar o plantio de mudas nativas nas margens do Rio Campo Belo, com faixa de largura de 5 m, na área nas proximidades onde se localiza o “Bar do Paredão”, bem como na área necessária para se evitar o uso das margens pelos banhistas da praia localizada no imóvel, conforme delimitação realizada pela Prefeitura de Itatiaia.

Parágrafo primeiro – O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO deverá realizar o cercamento da área objeto de recuperação, sendo permitido manter acesso livre para banhistas à praia do rio Campo Belo, nos moldes a serem especificados pela Prefeitura de Itatiaia.

Parágrafo Segundo – A quantidade e espécies de mudas a serem plantadas serão indicadas pela Prefeitura de Itatiaia.

Parágrafo Terceiro – A presente obrigação não exclui eventual iniciativa da Prefeitura de Itatiaia em ampliar o plantio da faixa marginal para 30 metros.

Parágrafo Quarto – Os SEGUNDO E TERCEIRO COMPROMISSÁRIOS se obrigam a não impedir o cercamento e o plantio de mudas objeto desta cláusula, sem que tal ato importe em posse da área com intuito de ser dono, havendo compromisso do PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO em não pleitear usucapião da área reflorestada que se insira nos limites fora da área por ele ocupada.

CLÁUSULA 3ª – O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO deverá realizar a readequação de seu empreendimento nos moldes do projeto apresentado pela Prefeitura nas fls. 178/180 do presente inquérito civil, o qual deve ser finalizado em 1 ano a partir da assinatura deste termo.

Parágrafo Primeiro – O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO poderá buscar apoio perante a Prefeitura de Itatiaia, que manifestou a intenção de ajudar na readequação do empreendimento.

Parágrafo Segundo – O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO se obriga a fornecer banheiro adequado aos banhistas e a promover a coleta de lixo produzido pelos frequentadores do balneário, disponibilizando, inclusive, recipientes para armazenamento do lixo na área frequentada pela população.

CLÁUSULA 4ª – O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL se compromete a não adotar qualquer medida judicial, coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, relativa aos danos ambientais tratados neste TAC, desde que cumpridas as cláusulas ajustadas.

CLÁUSULA 5ª – TODOS OS COMPROMISSÁRIOS se obrigam, em caso de mudança de titularidade da propriedade, a comunicar de imediato o fato ao MPF, bem como a dar ciência ao adquirente da existência das obrigações firmadas no presente instrumento, apresentando ao MPF prova documental desta comunicação.

CLÁUSULA 6ª – TODOS OS COMPROMISSÁRIOS se obrigam a permitir que agentes do ICMBio/PNI, do INEA ou da Secretaria de Meio Ambiente de Itatiaia vistorem o imóvel, de ofício ou quando requisitados pelo Ministério Público Federal, para verificação da execução dos trabalhos de recuperação ambiental, enquanto perdurarem as obrigações constantes deste TAC.

CLÁUSULA 7ª – TODOS OS COMPROMISSÁRIOS se obrigam a manter os seus endereços e telefones para contato atualizados, enquanto perdurarem as obrigações estabelecidas neste TAC, sendo que qualquer mudança deverá ser comunicada a esta Procuradoria da República imediatamente.

CLÁUSULA 8ª – Caso haja retardo injustificado no cumprimento das obrigações, ou descumprimento das mesmas, o PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO incorrerá em multa mensal de R\$500 (quinhentos reais), a ser recolhida ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.

Parágrafo único – A aplicação da multa não impede a execução específica das obrigações de fazer estabelecidas neste TAC.

CLÁUSULA 9ª – Os prazos referidos neste TAC passam a fluir a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA 10ª – Extrato deste TAC será enviado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins de publicação no Diário Oficial da União.

Por fim, estando as partes ajustadas e compromissadas, firmam este Termo, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

PAULO SÉRGIO FERREIRA FILHO
Procurador da República
MPF

PAULO ROGÉRIO DO PRADO
Primeiro Compromissário

ISAQUE RODRIGUES DE MELO
Segundo Compromissário

JOSÉ LUIZ RIBEIRO XAVIER
Terceiro Compromissário

VALTER LUCIO DA SILVA
PMI/SMMA
(Testemunha)

DESPACHO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato n. 1.30.015.000108/2017-03 e 1.30.015.000109/2017-40

Trata-se de notícia de fato, instaurada por meio de denúncia de Sylvio Savino Bisneto acerca de possível crime contra a ordem tributária, pela não emissão de nota fiscal e da manifestação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) encaminhando o Processo Administrativo nº 48610.011794/2015-70.

Alega o primeiro denunciante que os produtores de eventos Henrique Magno Souza da Silva e seu pai, Alexandre Magno, realizam grandes eventos na cidade de Macaé-RJ e não emitem notas fiscais da venda de ingressos e bebidas.

Oficiada acerca da primeira denúncia, a Receita Federal informou (fls. 04/05) que por sua parte não foram averiguadas irregularidades envolvendo aqueles mencionados na manifestação.

Sobre a segunda denúncia, a Receita Federal informou a existência de indícios de irregularidades tributárias em relação a empresa COPAMAC Ltda., tendo sido incluída no sistema de banco de dados de planejamento de ações fiscais desta Seção, aguardando disponibilidade operacional para a programação e devida instauração do respectivo procedimento fiscal

Reunidos os procedimentos, foi realizada reunião (fls. 05 verso) com a Receita Federal, na qual restou acertado que a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Macaé prestaria informações acerca (i) do quadro de servidores/auditores de fiscalização com suas atribuições, (ii) metas de fiscalização locais, (iii) programação/fiscalizações encerradas e em andamento em 2017 (diferenciadas, malha PF e PJ) e (iv) legislação interna com valores de lançamentos/esperados para seleção da fiscal.

A Receita encaminhou as informações combinadas, com exceção ao item (iii).

Diante disso,

(i) converta-se as Notícias de Fato em Procedimentos Investigatórios Criminais e

(ii) oficie-se à Receita requisitando as informações do item (iii).

LEANDRO MITIDIERI FIGUEIREDO

Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 14, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL. Objeto: Apurar denúncia de contemplação no Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Santo Ângelo/RS, e até o momento não houve recebimento do imóvel. Tema: Moradia (Garantias Constitucionais/Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público). Câmara/PFDC: 1ª Câmara – Direitos Sociais e Atos Administrativos em geral. PP originário: 1.29.010.000116/2017-11

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República firmatário, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor da manifestação recebida através da Sala de Atendimento ao Cidadão, cadastrada sob o nº 20170039323, na qual aportou denúncia de contemplação no Programa Minha Casa Minha Vida, no ano de 2011, no município de Santo Ângelo, e até o momento não houve entrega do imóvel;

CONSIDERANDO manifestações da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, atendendo à solicitação deste Órgão, firmando que o procedimento do Programa Minha Casa Minha Vida se inicia, logo após o sorteio, com a publicação de edital de convocação, devendo os sorteados comparecer na Secretaria de Habitação para apresentação da documentação solicitada, a fim de comprovar as declarações da ficha de inscrição. Em seguida, os documentos são encaminhados à Caixa Econômica Federal para análise e, conseqüentemente, prosseguimento com o processo de contemplação definitiva da unidade habitacional;

CONSIDERANDO o Memorando 269/SMH/2017, expedido pela Secretaria Municipal da Habitação na data de 13 de julho de 2017 (fl. 16), no Programa Minha Casa Minha Vida do ano de 2011 foi expedido o Edital nº 05/SG/2011 convocando os candidatos sorteados para apresentação da documentação solicitada, destacando que os sorteados que não comparecessem no prazo com a referida documentação seriam excluídos do programa, sendo que chamariam o suplente imediato;

CONSIDERANDO o Ofício nº 461/2017/GC/SNH-MCIDADES, expedido pelo Ministério das Cidades, em 18 de outubro de 2017, informando que foi fixado prazo até 31 de dezembro de 2017 para que os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as Entidades Organizadoras passem a adotar os procedimentos relativos à seleção de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida, por meio do Sistema Nacional de Cadastro Habitacional -SNCH;

CONSIDERANDO o Ofício nº 768/2017, encaminhado ao Município de Santo Ângelo, solicitando informações quanto as medidas providenciadas pelo Ente Municipal para atendimento das orientações referentes ao processo de seleção estabelecida pelo Ministério das Cidades, conforme Portaria nº 412, de 06 de agosto de 2015, especialmente quanto ao processo de cadastro de candidatos beneficiários, uma vez que a Portaria nº 146, de 13 de fevereiro de 2017, estabeleceu prazo até 31 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às diligências inicialmente empreendidas, e, tendo em vista que o expediente aguarda resposta da municipalidade de Santo Ângelo;

CONSIDERANDO a documentação contida no Procedimento Preparatório n.º 1.29.010.000116/2017-11;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal a proteção do patrimônio público e social e dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor (artigo 129, inciso III, da Constituição da República, e artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alíneas "b" e "c", da Lei Complementar nº 75/93);

CONSIDERANDO que por força do artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e dos artigos 5º, inciso III, alínea "b", e 6º, inciso VII, alínea "b", ambos da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, é função institucional do Ministério Público Federal fiscalizar e promover a defesa do patrimônio cultural, público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

CONSIDERANDO, também, ser atribuição do Ministério Público instaurar Inquérito Civil ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, com o objetivo de esclarecer, solucionar ou aclarar fatos a respeito de interesse, direito ou bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 129 da CF e art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85);

CONSIDERANDO com supedâneo no art. 4º, § 4º, da resolução n.º 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF, bem como no art. 2º, § 7º da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, os quais, em relação aos prazos do Procedimento Preparatório, indicam que escoado o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil;

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de apurar denúncia de contemplação no Programa Minha Casa Minha Vida, no município de Santo Ângelo/RS, e até o momento não houve recebimento do imóvel.

Diante do exposto, DETERMINO:

a) a autuação do Procedimento Preparatório n.º 1.29.010.000116/2017-11, juntamente com esta Portaria, e o registro próprio no sistema;

b) a remessa de cópia desta Portaria à Câmara correspondente, via sistema Único, para fins de publicação na imprensa oficial;

c) a designação dos servidores e estagiários lotados na SOTC desta Procuradoria para secretariarem o presente feito, sem necessidade de assinatura de termo de compromisso;

d) a reiteração do OFÍCIO SOTC/PRM/SA n.º 768/2017 em sua íntegra, tendo em vista que não sobreveio resposta, com as advertências legais de praxe.

OSMAR VERONESE,
Procurador da República.

PORTARIA 15, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. Objeto: acompanhar a aprovação do projeto de ampliação da Escola Estadual Indígena Marechal Cândido Rondon, localizado na Terra Indígena Inhacorá, no município de São Valério do Sul/RS. Tema: População Indígena. Câmara/PFDC: 6ª Câmara – Populações Indígenas e Comunidade Tradicionais

Distribuidor: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, na condição de Procurador

inc. V, da CF/88;

CONSIDERANDO a atribuição do Ministério Público à atuação em favor de comunidades indígenas, consoante disposto no art. 129, inciso V, da CF/88;

CONSIDERANDO o previsto no art. 6º, inc. VII, letra "c", da LC nº 75/93, que compete ao Ministério Público da União a defesa dos direitos e interesses das comunidades indígenas, propondo as ações cabíveis;

CONSIDERANDO que, por força dos artigos 8º e 9º, da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procedimento Administrativo é instrumento próprio da atividade-fim destinado, dentre outras funções, a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, o qual será instaurado por portaria sucinta;

CONSIDERANDO os termos do Despacho do Inquérito Civil nº 1.29.010.000135/2010-62;

RESOLVE instaurar Procedimento Administrativo, vinculado à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – 6ª CCR/MPF, para acompanhar a aprovação do projeto de ampliação da Escola Estadual Indígena Marechal Cândido Rondon, localizado na Terra Indígena Inhacorá, no município de São Valério do Sul/RS.

Diante do exposto, DETERMINO:

a) distribuição do novo expediente ao 2º Ofício desta Procuradoria da República.

Após, retorne os autos para determinações.

OSMAR VERONESE
Procurador da República

PORTARIA Nº 22, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Objeto: Apurar a regularidade na contratação de monitores para execução de programa realizado em escola municipal de Sapucaia do Sul com recebimento de bolsa-auxílio do Governo Federal – Programa Mais Educação. Câmara/PFDC: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. PP originário: 1.29.017.000045/2017-88

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República firmatário, no uso de suas atribuições legais, e, CONSIDERANDO a notícia de suposta contratação irregular de monitores para execução de programa federal em escola municipal de Sapucaia do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações em curso, a partir das informações até agora prestadas e documentos acostados;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, assim como a

instauração de inquérito civil e o ajuizamento de ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, das populações indígenas e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II, III e V, da CF/1988);

CONSIDERANDO, também, ser atribuição do Ministério Público instaurar inquérito civil ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, documentos, certidões, informações, exames ou perícias, com o objetivo de esclarecer, solucionar ou aclarar fatos a respeito de interesse, direito ou bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 129, VI, da CF/1988; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 8º da LC nº 75/1993);

CONSIDERANDO, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que vencido o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, o membro do Ministério Público promoverá o arquivamento do procedimento preparatório, ajuizará respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil,

RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de colher novos elementos de prova capazes de elucidar o caso em epígrafe, bem como apurar a regularidade na contratação de monitores para execução de programa realizado em escola municipal de Sapucaia do Sul com recebimento de bolsa-auxílio do Governo Federal – Programa Mais Educação.

Em continuidade às diligências até agora efetivadas, DETERMINO:

- a) a remessa desta Portaria à Câmara correspondente, via Sistema Único, para fins de publicação na imprensa oficial;
  - b) a designação dos servidores e estagiários lotados nesta Procuradoria da República para secretariarem o presente feito, sem necessidade de assinatura de termo de compromisso;
  - c) a reiteração do ofício n. 224 (fl. 14);
- Após, voltem os autos conclusos para análise acerca da necessidade de novas diligências.

FELIPE DA SILVA MÜLLER
Procurador da República

PORTARIA Nº 23, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Objeto: Apurar a regularidade do uso de verba pública federal destinada à Coordenadoria Municipal da Mulher de Sapucaia do Sul para a realização do curso de pedreiro e azulejista. Câmara/PFDC: 5ª Câmara de Coordenação e Revisão. PP originário: 1.29.017.000046/2017-22

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por seu Procurador da República firmatário, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a notícia de má utilização de verbas públicas federais pela Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações em curso, a partir das informações até agora prestadas e documentos acostados;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público Federal zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, assim como a instauração de inquérito civil e o ajuizamento de ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, das populações indígenas e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II, III e V, da CF/1988);

CONSIDERANDO, também, ser atribuição do Ministério Público instaurar inquérito civil ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, documentos, certidões, informações, exames ou perícias, com o objetivo de esclarecer, solucionar ou aclarar fatos a respeito de interesse, direito ou bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 129, VI, da CF/1988; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e art. 8º da LC nº 75/1993);

CONSIDERANDO, nos termos do art. 4º, § 4º, da Resolução nº 87/2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que vencido o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual período, o membro do Ministério Público promoverá o arquivamento do procedimento preparatório, ajuizará respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil,

RESOLVE instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL, com a finalidade de colher novos elementos de prova capazes de elucidar o caso em epígrafe, bem como apurar a regularidade do uso de verba pública destinada à Coordenadoria Municipal da Mulher de Sapucaia do Sul, para a realização do curso de pedreiro e azulejista.

Em continuidade às diligências até agora efetivadas, DETERMINO:

- a) a remessa desta Portaria à Câmara correspondente, via Sistema Único, para fins de publicação na imprensa oficial;
  - b) a designação dos servidores e estagiários lotados nesta Procuradoria da República para secretariarem o presente feito, sem necessidade de assinatura de termo de compromisso;
  - c) a reiteração do ofício 220 à autoridade indicada na fl. 24.
- Após, voltem os autos conclusos para análise acerca da necessidade de novas diligências.

FELIPE DA SILVA MÜLLER
Procurador da República

PORTARIA Nº 32 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República signatária, lotada e em exercício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 129 da Constituição da República, 5º, 6º e 7º da Lei Complementar nº 75/93 e 8º da Lei nº 7.347/85, bem como na Resolução CSMPF nº 87/2006, com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Preparatório autuado nesta Procuradoria sob o nº 1.29.006.000181/2017-05, dos prazos previstos no parágrafo 1º do artigo 4º da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos I, III, IV e V do artigo 4º da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, resolve, na forma do parágrafo 4º do artigo 4º da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), convertê-lo em Inquérito Civil, tendo por objeto a "apuração de eventuais capturas de Tubarão Azul (prionace glauca) ocorridas na costa do Rio Grande do Sul a partir de 09/09/2014, data da entrada em vigor do Decreto Estadual/RS nº 51.797/2014".

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Preparatório nº 1.29.006.000181/2017-05, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 4ª CCR, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006. Reitere-se o Ofício nº 1435/2017/GAB1/PRM/RG/RS (fl. 49).

ANELISE BECKER
Procuradora da República

PORTARIA Nº 33, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradora da República signatária, lotada e em exercício na Procuradoria da República no Município de Rio Grande, RS, no uso de suas atribuições legais, à vista do disposto nos artigos 129 da Constituição da República, 5º, 6º e 7º da Lei Complementar nº 75/93 e 8º da Lei nº 7.347/85, bem como na Resolução CSMPF nº 87/2006, com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010, diante do implemento, relativamente ao Procedimento Preparatório autuado nesta Procuradoria sob o nº 1.29.006.000116/2017-71, dos prazos previstos no parágrafo 1º do artigo 4º da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi conferida pela Resolução CSMPF nº 106/2010), sem que, até o momento, encontrem-se nele presentes elementos suficientes para a adoção de qualquer das medidas previstas nos incisos I, III, IV e V do artigo 4º da citada Resolução CSMPF nº 87/2006, resolve, na forma do parágrafo 4º do artigo 4º da Resolução CSMPF nº 87/2006 (com a redação que lhe foi dada pela Resolução CSMPF nº 106/2010), convertê-lo em Inquérito Civil, tendo por objeto "a prevenção de danos a linhas de transmissão em decorrência de acidentes envolvendo aeronaves".

Determino, pois, a autuação da presente Portaria, efetuando a Secretaria as anotações pertinentes nos registros do Procedimento Preparatório nº 1.29.006.000116/2017-71, com vistas à sua conversão em Inquérito Civil, bem como a sua comunicação à 1ª CCR, para os fins dos artigos 6º e 16, parágrafo 1º, inciso I, da Resolução CSMPF nº 87/2006. Oficie-se ao CENIPA.

ANELISE BECKER
Procuradora da República

PORTARIA Nº 69, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

INQUÉRITO CIVIL Nº 1.29.018.000608/2017-28. Vinculado à 5ª CCR. Objeto: apurar supostas irregularidades na construção de uma Unidade Básica de Saúde financiada com recursos provenientes do Fundo Nacional da Saúde, localizada no Município de Mariano Moro/RS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais, em face do disposto nos arts. 2º, II, e 4º, II, da Resolução CSMPF 87/2006 e no artigo 2º, § 7º, e 5º da Resolução CNMP 23/2007, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO ser missão constitucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como promover de forma preventiva e repressiva a proteção do patrimônio público e social (art. 129, III, CRFB), o que envolve a possibilidade de utilização dos instrumentos de atuação legalmente conferidos para atuar em defesa do Erário (Lei 8.429/1992, Lei Complementar 75/1993, art. 6º, VII, "b", e outros);

CONSIDERANDO a informação de que a obra de uma Unidade Básica de Saúde localizada no Município de Mariano Moro, após diversos adendos e posterior rescisão do contrato, encontrava-se em estado de abandono (fl. 06);

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, após realização de auditoria, apontou que dois termos aditivos ao contrato 098/2013, firmado com a empresa Eli A. Zucchi & Cia. Ltda. para execução da UBS, foram realizados com valores superiores aos contratados no processo licitatório, gerando prejuízo aos cofres públicos (fl. 35);

CONSIDERANDO que o Fundo Nacional da Saúde repassou ao Município de Mariano Moro o valor de R\$ 408.000,00 para a execução da obra da UBS (fl. 407);

CONSIDERANDO o Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde, inserido na Portaria Consolidada nº 06, de 28 de setembro de 2017, o qual que tem como objetivo permitir o repasse de incentivos financeiros pela União para construção de UBS municipais e distritais como forma de prover infraestrutura adequada às equipes de atenção básica para desempenho de suas ações (art. 704);

CONSIDERANDO que o art. 3º do Decreto 1.232/941, o qual dispõe sobre as condições e forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, estabelece que os recursos serão fiscalizados também pelo Tribunal de Contas da União;

CONSIDERANDO que, caso venham a ser confirmadas as apurações e irregularidades investigadas neste procedimento, poderá ser verificada a existência de ato de improbidade administrativa, além de ilícito penal;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos, podendo, para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência, requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta, bem como, expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar (Lei Complementar nº 75/1993, art. 7º, inciso I e art. 8º, incisos II, IV e VII);

RESOLVE, nos termos do art. 4º, § 4º, da Res. CSMPF 87/2006 e do art. 2º, § 7º, da Res. CNMP 23/2007, CONVERTER o presente Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL, mantendo a sua vinculação à 5ª CCR, com o seguinte objeto: apurar supostas irregularidades na construção de uma Unidade Básica de Saúde financiada com recursos provenientes do Fundo Nacional da Saúde, localizada no Município de Mariano Moro/RS.

Autue-se a presente portaria e as cópias que a acompanham, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF n. 87/2006, com a vinculação deste procedimento à 5ª CCR.

Após os registros de praxe, proceda-se à publicação e comunicação à 5ª CCR.

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMPF, deve ser realizado o acompanhamento de prazo inicial de 1 (um) ano para a conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

LETÍCIA CARAPETO BENRDT,
Procuradora da República

PORTARIA Nº 1.052, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

CONSIDERANDO que o despacho de 2 dezembro de 2017 dos autos do Inquérito Civil nº 1.29.000.002306/2008-92 determinou a instauração de Procedimento Administrativo a partir de cópia de tal inquérito;

CONSIDERANDO que o objeto do aludido Inquérito Civil se confunde com o da Ação Civil Pública nº 2005.71.00.025365-2, autuada como processo eletrônico nº 500887418.2016.404.7100, motivo pelo qual foi promovido o seu arquivamento;

CONSIDERANDO o art. 8º da Resolução CNMP n. 174/2017, DETERMINO a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para o acompanhamento da Ação Civil Pública nº 2005.71.00.025365-2.

Como consequência da instauração e para assegurar a devida publicidade, determino que o Núcleo Cível Extrajudicial providencie a solicitação de publicação desta portaria no Diário Oficial, nos termos dos arts. 9º da Resolução CNMP n. 174/2017.

ESTEVAN GAVIOLI DA SILVA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA

PORTARIA Nº 222, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ora signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações das Resoluções CSMPF nº 106, de 06/04/2010, 108, de 04/05/2010, e 121, de 01/12/2011, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

b) CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal garantir o efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal (LC 75/93, art. 2º);

c) CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

d) CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos e/ou informações, pressupõe a existência de um procedimento preparatório e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, bem como o artigo 8º, caput, da Lei Complementar nº 75/93 e o artigo 1º, parágrafo único da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público c/c artigo 1º, parágrafo único da Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

e) CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório de nº 1.32.000.000560/2017-51, que trata de notícia de suposta inércia no oferecimento de assistência a saúde no Hospital Geral de Roraima, devido a falta de medicamentos.

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente portaria, para a regular e legal coleta de elementos objetivando subsidiar eventuais ações judiciais ou providências extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

DESIGNO os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil, nele constando o seguinte resumo: "Inércia no oferecimento de Medicamentos Controlados e Materiais Cirúrgicos no Hospital Geral de Roraima"

Oficie-se a SESAUI, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, informe (i) de que se tratam as aquisições de nº 020601.001482/16-58 e 020601.0010746/16-19, bem como, o procedimento licitatório de nº 020601.006656/17-03; (ii) qual a previsão de entrega de sesses; (iii) se já houve o fornecimento de Kit's PME ao Hospital Geral de Roraima, em caso negativo, qual a previsão de entrega. (PR-RR-00026780/2017)

Aos ofícios expedidos no bojo deste Inquérito Civil deve ser informado o link para acesso a esta Portaria.

Com os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI e 7º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como arts. 5º, VII, 6º e 16 da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

MIGUEL DE ALMEIDA LIMA
Procurador da República

PORTARIA Nº 234, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República ora signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelos artigos 127 e 129 da Constituição da República, e:

a) CONSIDERANDO os elementos de informação constantes nos autos do PP nº 1.32.000.000536/2017-12, instaurado para apurar possíveis irregularidades no transporte escolar para alunos do ensino médio da Escola Estadual Indígena Júlio Pereira, localizada no município de Uiramutã/RR;

b) CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com as modificações das Resoluções CSMFP nº 106, de 06/04/2010, 108, de 04/05/2010, e 121, de 01/12/2011, bem como na Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

c) CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público Federal garantir o efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal (LC 75/93, art. 2º);

d) CONSIDERANDO ser função institucional do Ministério Público o zelo pela observância dos princípios constitucionais fundamentais (art. 5º da Lei Complementar n. 75/1993), cabendo ao Ministério Público Federal a defesa dos direitos fundamentais previstos na Carta Magna, bem assim dos constantes de tratados internacionais de que o País é signatário;

e) CONSIDERANDO ser também função institucional do Ministério Público da União a defesa dos direitos e interesses das comunidades indígenas (LC75/93, art. 5º, inciso III, alínea “e”);

f) CONSIDERANDO que a adoção de medidas instrutórias, como a expedição de notificações e requisição de documentos e/ou informações, pressupõe a existência de um procedimento preparatório e/ou inquérito civil formal e regularmente instaurado, consoante dispõe o artigo 129, inciso VI, da Constituição Federal, bem como o artigo 8º, caput, da Lei Complementar nº 75/93 e o artigo 1º, parágrafo único da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público c/c artigo 1º, parágrafo único da Resolução nº 87, de 6 de abril de 2010, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

RESOLVE converter o Procedimento Preparatório nº 1.32.000.000536/2017-12 em INQUÉRITO CIVIL, com base nas razões e fundamentos expressos na presente portaria, para a regular e legal coleta de elementos objetivando subsidiar eventuais ações judiciais ou providências extrajudiciais que se revelarem necessárias, nos termos da lei.

DESIGNO os servidores lotados neste Ofício para atuar como Secretários no presente.

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil, nele constando o seguinte resumo: “Possíveis irregularidades no transporte escolar para alunos do ensino médio. Escola Estadual Indígena Júlio Pereira. Município do Uiramutã/RR”.

Aos ofícios expedidos no bojo deste Inquérito Civil deve ser informado o link para acesso a esta Portaria.

Como diligência, determino:

a) Oficie-se à SEED, com cópia de fl. 19, para que, no prazo de 20 (vinte) dias, informe: (i) se foi realizada a diligência in loco, com intuito de verificar as rotas e quilometragens, na Escola Estadual Indígena Júlio Pereira. Em caso positivo, encaminhe o relatório de diligência; (ii) o andamento da licitação de transporte escolar em que foi acrescentada, ao seu objeto, 03 (três) pick up's para atender a Escola Estadual Indígena Júlio Pereira; e (iii) quais medidas foram adotadas a fim de sanar a carência de transporte escolar para os alunos do ensino médio da Escola Estadual Indígena Júlio Pereira.

b) Aguarde-se a resposta ao Ofício nº 796/2017/7º Ofício, tendo em vista sua íntima correlação com o presente procedimento. Sobrevindo, façam-se conclusos para apreciação.

Com os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, para os fins previstos nos arts. 4º, VI e 7º da Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como arts. 5º, VII, 6º e 16 da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

THIAGO AUGUSTO BUENO
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 54, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2017

PP 1.33.010.000062/2016-71

O Procurador da República signatário, no uso de suas atribuições institucionais, com fundamento normativo na Constituição Federal, na Lei Complementar 75/93, na Resolução 23/2007 do CNMP, Resolução n. 87/2010 do CSMFP e com base fática concreta no procedimento em epígrafe, instaura Inquérito Civil com o seguinte objeto:

Apurar eventual malversação de recursos públicos federais destinados à operacionalização do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa Minha Casa, Minha Vida, no município de Xavantina/SC.

Isso porque os indícios apurados apontam para provável desrespeito à legislação vigente e normas do programa.

Vincule-se à 5ª CCR.

Registre-se. Publique-se.

LUCAS AGUILAR SETTE
Procurador da República

PORTARIA N 61, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Município de Tubarão, por seu agente signatário, no uso da atribuição que lhe confere o art. 129, III, da Constituição da República Federativa do Brasil e o art. 6º, VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

CONSIDERANDO ser dever do Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme prescrito no artigo 127, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, nos termos do artigo 6º, inciso VII, alínea “b”, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 assevera que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, nos termos do artigo 225, § 3º, da CRFB;

CONSIDERANDO que é objetiva a responsabilidade por dano ambiental, cabendo ao degradador a obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos termos do artigo 14, § 1º, da Lei Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81);

CONSIDERANDO que a obrigação de reparar o dano ambiental é propter rem, em razão da coisa, estando o proprietário ou possuidor obrigado a reparar o dano;

CONSIDERANDO que em 28 de agosto de 2017 instaurou-se nesta Procuradoria da República a Notícia de Fato sob o nº 1.33.007.000242/2017-93, vinculada à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural), com a finalidade de apurar possível dano ambiental causado pelo vazamento de óleo, provocado por rebocador naufragado na localidade da travessia da balsa, em Laguna/SC;

CONSIDERANDO que o referido procedimento teve origem a partir de denúncia encaminhada pelo Instituto Anjos do Mar, cujo representante observou o vazamento durante travessia realizada em agosto corrente;

CONSIDERANDO que a Flama, demandada para que informasse as medidas necessárias para a recuperação da área, realizando-se, inclusive vistoria ambiental, comunicou que embora haja necessidade de apresentação de um Plano de Atendimento Emergencial, em caso de emergências e/ou acidentes, para garantir a segurança ou mitigar os danos, aquela fundação não é responsável pelo licenciamento daquele empreendimento, que fora realizado perante o órgão estadual;

CONSIDERANDO que, diante disso, requisitou-se à Fatma, informações adicionais quanto ao dano ambiental e as medidas para a recuperação; à Capitania dos Portos, esclarecimentos acerca das medidas envolvendo o rebocador (Ofícios nº 1345 e 1346/2017, respectivamente); e esclarecimentos ao responsável pela empresa Laguna Navegação Ltda (Notificação nº 81/2017);

RESOLVE:

Instaurar INQUÉRITO CIVIL, vinculado à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, com a finalidade de apurar possível dano ambiental causado pelo vazamento de óleo, provocado por rebocador naufragado, na localidade da travessia da balsa, em Laguna/SC.

Autue-se e registre-se com a seguinte ementa: "CÍVEL. TUTELA COLETIVA. AMBIENTAL. VAZAMENTO DE ÓLEO. NAUFRÁGIO DE REBOCADOR. MUNICÍPIO DE LAGUNA/SC. ORIGEM: INSTITUTO ANJOS DO MAR BRASIL".

Determino a adoção das seguintes providências:

a) registre-se a presente Portaria de Instauração, nos termos da Resolução n. 87/2010 do CSMPF e da Resolução n. 23/2007 do CNMP, com a afixação na primeira página do IC;

b) dê-se ciência à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, informando da sua instauração, em observância ao art. 6º da Resolução n. 87/2010-CSMPF, enviando cópia desta Portaria, via Sistema ÚNICO, a fim de que lhe seja dada a devida publicidade, nos termos do art. 16 da Resolução n. 87/2010-CSMPF;

c) obedeça-se, para a conclusão deste Inquérito Civil, o prazo de 01 (um) ano, consoante estabelecido no art. 9º da Resolução n. 23/2007-CNMP e art. 15 da Resolução n. 87/2010-CSMPF, devendo a Secretaria realizar o acompanhamento do prazo;

d) atente-se para que todos os ofícios requisitórios de informações expedidos no bojo deste Inquérito Civil deverão ser acompanhados de cópia da presente Portaria, nos termos do art. 9º, § 9º, da Resolução n. 87/2010-CSMPF.

Determino, ainda, a seguinte diligência:

a) aguarde-se o término do prazo concedido nos OF/PRMT/Nº 1345 e 1346/2017, após, sem manifestação, reitere-se, concedendo-se o prazo de 20 (vinte) dias para resposta.

ELOI FRANCISCO ZATTI FACCIONI

Procurador da República

PORTARIA Nº 157, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 79 da Lei Complementar nº 75, de 02 de maio de 1993 / Lei Orgânica do Ministério Público da União, de acordo com a Resolução n.º 001/03/PJ/PRE, de 28/03/03, e com as indicações constantes da Portaria PGJ nº 5.526/2017, RESOLVE:

DESIGNAR os membros do Ministério Público abaixo indicados para atuarem, durante o mês de JANEIRO de 2018, perante as Zonas Eleitorais a seguir discriminadas:

ZONA ELEIT	COMARCA	NOME	DATA INÍCIO	DATA FIM	SITUAÇÃO
1ª	Araranguá	Carlos Eduardo Tremel de Faria	17/02/17	22/01/19	Titular
		Claudine Vidal de Negreiros da Silva	06/01/18	31/01/18	Respondendo
2ª	Biguaçu	João Carlos Linhares Silveira	01/01/17	31/10/18	Titular
3ª	Blumenau	Leonardo Todeschini	01/01/17	07/11/18	Titular
		Carlos Eduardo Cunha	03/01/18	07/01/18	Respondendo
		Flávio Duarte de Souza	08/01/18	08/01/18	Respondendo
		Henrique da Rosa Ziesemer	09/01/18	13/01/18	Respondendo

4ª	Bom Retiro	Renata de Souza Lima	05/12/16	04/12/18	Titular
		Diogo André Matsuoka Azevedo dos Santos	08/01/18	31/01/18	Respondendo
5ª	Brusque	Murilo Adaghinari	28/09/17	06/06/19	Titular
6ª	Caçador	Ana Elisa Goulart Lorenzetti	28/04/17	14/04/19	Titular
7ª	Campos Novos	Fernando Wiggers	01/01/17	17/11/18	Titular
8ª	Canoinhas	Rachel Urquiza Rodrigues de Medeiros	23/10/17	05/06/19	Titular
		Luis Otávio Tonial	06/01/18	31/01/18	Respondendo
9ª	Concórdia	Felipe Nery Alberti de Almeida	03/02/17	11/01/19	Titular
10ª	Criciúma	Luiz Augusto Farias Nagel	08/12/17	01/08/19	Titular
		Vera Lúcia Coro Bedinoto	08/01/18	21/01/18	Respondendo
11ª	Curitibanos	Daniele Garcia Moritz	23/11/17	16/11/19	Titular
		Marcela Pereira Geller	06/01/18	31/01/18	Respondendo
12ª	Florianópolis	Fernando Linhares da Silva Júnior	18/08/17	18/10/18	Titular
		Andreas Eisele	08/01/18	26/01/18	Respondendo
13ª	Florianópolis	Darci Blatt	07/04/17	03/11/18	Titular
14ª	Ibirama	Matheus Azevedo Ferreira	16/08/17	10/05/19	Titular
15ª	Indaial	Rodrigo Andrade Viviani	25/08/17	25/05/19	Titular
16ª	Itajaí	Margaret Gayer Gubert Rotta	05/10/17	06/09/19	Titular
		Maury Roberto Viviani	03/01/18	05/01/18	Respondendo
		Cristina Balceiro da Motta	06/01/18	07/01/18	Respondendo
17ª	Jaraguá do Sul	Marcio André Zattar Cota	09/04/17	07/12/18	Titular
18ª	Joaçaba	Márcia Denise Kandler Bittencourt Massaro	31/05/16	21/03/18	Titular
19ª	Joinville	Cesar Augusto Engel	30/08/17	11/06/19	Titular
20ª	Laguna	Sandra Goulart Giesta da Silva	31/01/17	20/11/18	Titular
		Victor Abras Siqueira	22/01/18	31/01/18	Respondendo
21ª	Lages	Carlos Henrique Fernandes	19/03/17	16/01/19	Titular
22ª	Mafra	Rodrigo Cesar Barbosa	28/03/17	30/10/18	Titular
23ª	Orleans	Raquel Betina Blank	05/07/16	01/07/18	Titular
		Marcelo Francisco da Silva	01/01/18	31/01/18	Respondendo
24ª	Palhoça	Aurélio Giacomelli da Silva	17/10/17	30/07/19	Titular
25ª	Porto União	Tiago Davi Schmitt	07/11/17	26/09/19	Titular
26ª	Rio do Sul	Fabrcio Franke da Silva	24/11/17	08/06/19	Titular
27ª	São Francisco do Sul	Caroline Sartori Velloso Martinelli	24/03/17	26/04/19	Titular
28ª	São Joaquim	Gilberto Assink de Souza	04/02/16	29/01/18	Titular
		Candida Antunes Ferreira	30/01/18	18/12/19	Titular
		Gilberto Assink de Souza	30/01/18	31/01/18	Respondendo
29ª	São José	Gilberto Polli	01/01/17	08/12/18	Titular
30ª	São Bento do Sul	Glauco José Riffel	04/04/17	30/03/19	Titular
		Cássio Antonio Ribas Gomes	06/01/18	31/01/18	Respondendo
31ª	Tijucas	Fred Anderson Vicente	05/05/17	25/03/19	Titular
32ª	Timbó	Eder Cristiano Viana	15/04/16	08/04/18	Titular
33ª	Tubarão	Fernando Guilherme de Brito Ramos	24/07/17	21/06/19	Titular

34ª	Urussanga	Alex Sandro Teixeira da Cruz	01/01/18	31/01/18	Respondendo
35ª	Chapecó	Rafael Alberto da Silva Moser	27/09/17	19/06/19	Titular
36ª	Videira	Joaquim Torquato Luiz	08/08/16	31/03/18	Titular
37ª	Capinzal	Karla Bárdio Meirelles	16/08/16	16/07/18	Titular
		Caroline Regina Maresch	08/01/18	19/01/18	Respondendo
38ª	Itaiópolis	Pedro Roberto Decomain	28/09/17	27/09/19	Titular
39ª	Ituporanga	Julia Trevisan de Toledo Barros	20/02/17	20/12/18	Titular
41ª	Palmitos	José Orlando Lara Dias	28/05/16	27/05/18	Titular
42ª	Turvo	Pedro Lucas de Vargas	13/01/17	06/01/19	Titular
43ª	Xanxerê	Marcionei Mendes	31/01/16	29/01/18	Titular
		Marcos Augusto Brandalise	08/01/18	26/01/18	Respondendo
		Marcionei Mendes	30/01/18	29/01/20	Titular
44ª	Braço do Norte	Carlos Alberto da Silva Galdino	17/11/17	16/11/19	Titular
45ª	São Miguel do Oeste	Cyro Luiz Guerreiro Júnior	28/03/16	12/01/18	Titular
		Maycon Robert Hammes	13/01/18	06/08/19	Titular
46ª	Taió	Luis Felipe Fonseca Católico	10/04/17	05/01/19	Titular
47ª	Tangará	João Paulo Bianchi Beal	12/09/16	11/07/18	Titular
48ª	Xaxim	Diego Roberto Barbiero	01/05/17	19/03/19	Titular
		Simão Baran Junior	08/01/18	19/01/18	Respondendo
49ª	São Lourenço do Oeste	Eraldo Antunes	28/05/16	27/05/18	Titular
50ª	Dionísio Cerqueira	Leonardo Cazonatti Marcinko	17/02/17	27/10/18	Titular
51ª	Santa Cecília	Dimitri Fernandes	20/01/17	19/01/19	Titular
		Marta Fernanda Tumelero	08/01/18	19/01/18	Respondendo
52ª	Anita Garibaldi	Eliatar Silva Junior	22/09/17	05/08/19	Titular
		Leonardo Fagotti Mori	08/01/18	21/01/18	Respondendo
53ª	São João Batista	Nilton Exterkoetter	05/11/17	14/08/19	Titular
		Kariny Zanette Vitoria	06/01/18	31/01/18	Respondendo
54ª	Sombrio	Camila Vanzin Pavani	26/09/17	23/09/19	Titular
		Juliana Ramthun Frasson	06/01/18	31/01/18	Respondendo
55ª	Pomerode	José Renato Côrte	08/03/17	04/01/19	Titular
56ª	Balneário Camboriú	José de Jesus Wagner	01/01/17	31/12/18	Titular
57ª	Trombudo Central	Júlia Wendhausen Cavallazzi	01/01/17	08/12/18	Titular
58ª	Maravilha	Cristiane Weimer	29/07/17	28/07/19	Titular
60ª	Guaramirim	Graziele dos Prazeres Cunha	09/11/16	08/11/18	Titular
		Marcelo José Zattar Cota	08/01/18	31/01/18	Respondendo
61ª	Seara	Vinícius Secco Zoponi	13/06/16	30/05/18	Titular
		Michel Eduardo Stechinski	08/01/18	19/01/18	Respondendo

62 ^a	Imaruí	Symone Leite	24/05/16	23/05/18	Titular
63 ^a	Ponte Serrada	Roberta Seitenfuss	08/09/17	15/01/19	Titular
		Ana Cristina Boni	08/01/18	18/01/18	Respondendo
64 ^a	Gaspar	Débora Pereira Nicolazzi	20/04/17	10/02/19	Titular
		Andreza Borinelli	01/01/18	31/01/18	Respondendo
65 ^a	Itapiranga	Marciano Villa	16/01/17	07/11/18	Titular
66 ^a	Pinhalzinho	Edisson de Melo Menezes	13/11/17	25/08/19	Titular
67 ^a	Santo Amaro da Imperatriz	Lara Peplau	01/01/17	17/10/18	Titular
68 ^a	Balneário Piçarras	Luis Felipe de Oliveira Czesnat	04/07/16	01/05/18	Titular
69 ^a	Campo Erê	Guilherme Brito Laus Simas	19/05/17	15/02/19	Titular
		Mateus Erdtmann	15/01/18	26/01/18	Respondendo
70 ^a	São Carlos	Silvana do Prado Brouwers	28/05/16	27/05/18	Titular
71 ^a	Abelardo Luz	Lia Nara Dalmutt	06/11/17	29/10/19	Titular
73 ^a	Imbituba	Mirela Dutra Alberton	21/08/17	05/06/19	Titular
		Fabiana Mara Silva Wagner	25/01/18	31/01/18	Respondendo
74 ^a	Rio Negrinho	Rafael Pedri Sampaio	24/02/17	02/12/18	Titular
		Diogo Luiz Deschamps	29/01/18	31/01/18	Respondendo
76 ^a	Joinville	Cristian Richard Stahelin Oliveira	01/01/17	21/11/18	Titular
77 ^a	Fraiburgo	Felipe Schmidt	03/02/17	24/11/18	Titular
78 ^a	Quilombo	Rodrigo Dezengrini	11/12/17	09/12/18	Titular
79 ^a	Içara	Marcus Vinicius de Faria Ribeiro	01/11/17	02/05/19	Titular
		Fernando Rodrigues de Menezes Júnior	08/01/18	26/01/18	Respondendo
81 ^a	Papanduva	Bianca Andrighetti Coelho	17/06/16	16/06/18	Titular
82 ^a	São Miguel do Oeste	Rafael Fernandes Medeiros	24/05/16	15/04/18	Titular
83 ^a	Modelo	Djônata Winter	11/08/17	10/08/19	Titular
84 ^a	São José	Jonnathan Augustus Kuhnen	03/09/17	22/07/19	Titular
85 ^a	Joaçaba	Protásio Campos Neto	07/04/17	18/03/19	Titular
86 ^a	Brusque	Fernanda Crevanzi Vailati	01/01/17	04/12/18	Titular
		Cristiano José Gomes	06/01/18	19/01/18	Respondendo
87 ^a	Jaraguá do Sul	Alexandre Schmitt dos Santos	07/10/17	30/06/19	Titular
		Rafael Meira Luz	06/01/18	19/01/18	Respondendo
		Diego Rodrigo Pinheiro	20/01/18	21/01/18	Respondendo
88 ^a	Blumenau	Gustavo Mereles Ruiz Diaz	01/07/17	21/02/18	Titular
90 ^a	Concórdia	Naiana Benetti	17/03/16	20/02/18	Titular
		Fabrcio Pinto Weiblen	01/01/18	31/01/18	Respondendo
91 ^a	Itapema	Carla Mara Pinheiro	13/11/17	28/10/19	Titular
		Ariane Bulla Jaquier	06/01/18	19/01/18	Respondendo
92 ^a	Criciúma	Gustavo Wiggers	13/03/17	12/03/19	Titular

93ª	Lages	Jean Pierre Campos	02/06/17	28/04/19	Titular
94ª	Chapecó	Julio André Locatelli	18/11/17	11/10/19	Titular
		Eduardo Sens dos Santos	03/01/18	05/01/18	Respondendo
95ª	Joinville	André Braga de Araújo	30/05/17	24/02/19	Titular
96ª	Joinville	Wagner Pires Kuroda	22/03/16	05/03/18	Titular
97ª	Itajaí	Paulo Roberto Luz Gottardi	06/05/16	05/05/18	Titular
98ª	Criciúma	Luiz Fernando Góes Ulysséa	15/07/17	06/05/19	Titular
		Larissa Mayumi Karazawa Takashima Ouriques	06/01/18	31/01/18	Respondendo
99ª	Tubarão	Janir Luiz Della Giustina	05/03/16	26/01/18	Titular
		Sandro de Araujo	27/01/18	13/09/19	Titular
100ª	Florianópolis	Rogério Ponzi Seligman	26/05/16	23/05/18	Titular
		Wilson Paulo Mendonça Neto	06/01/18	19/01/18	Respondendo
102ª	Rio do Sul	Arthur Koerich Inacio	01/01/17	04/12/18	Titular
103ª	Balneário Camboriú	Mário Vieira Júnior	01/05/16	26/02/18	Titular
104ª	Lages	Neori Rafael Krahl	01/07/16	22/04/18	Titular
		Luciana Uller Marin	06/01/18	31/01/18	Respondendo
105ª	Joinville	Guilherme Luis Lutz Morelli	01/01/17	24/11/18	Titular
		Nazareno Bez Batti	08/01/18	19/01/18	Respondendo

MARCELO DA MOTA
Procurador Regional Eleitoral

ADITAMENTO DE PORTARIA DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

ADITAMENTO À PORTARIA 121/2014

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos I e VI, da Constituição da República, pelo art. 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93, e pela Resolução nº 77/2004, do Conselho Superior do Ministério Público Federal e, ainda,

Considerando as disposições da Portaria nº 121/2014, que determinou a instauração do Inquérito Civil nº 1.33.003.000314/2014-90 para recuperação ambiental de dunas em frente a duas casas na região central do Município de Balneário Arroio do Silva;

Considerando que os dois casos de construção sobre dunas com acesso de veículos sobre elas ocorrem em, no mínimo, mais 15 (quinze) residências, já identificadas pelo relatório técnico nº 10-ALO/2017;

Considerando que em consulta ao GOOGLE EARTH é possível identificar que existem no mínimo mais as seguintes vias públicas que podem estar permitindo o acesso de veículos sobre as dunas, todas na região central do município e perpendiculares à Rua Roseno Pereira, Rua Francisco Leonardelli e Av. Beira Mar: Av. Atlântico Sul, Rua Central, Rua Agenor Joaquim Matos, Rua Farroupilha, Rua Bento Gonçalves, Rua Tubarão, Rua Emir Mário Pedroso, Rua Araranguá, Avenida Passo Fundo, Av. Florianópolis, Av. Barriga Verde, Av. Mondardo, Rua Apolônio Irêno Cardoso, Av. Otávio Ramiro do Carmo, Rua Edevir Manfredini;

Considerando que a área urbana onde ocorreram os fatos é densamente ocupada, ainda que de forma irregular, e constitui o centro do Município Balneário Arroio do Silva, o que exige que a questão da construção sobre dunas seja tratado sob outra perspectiva, que foge ao âmbito deste inquérito civil público;

Considerando que enquanto permanecerem as construções sobre as dunas, elas não podem ser geradoras de fatos agravadores da degradação, como o trânsito de veículos para acesso a garagens particulares;

RESOLVO aditar a portaria nº 121/2014, para aumentar o âmbito material e espacial deste inquérito civil, que passa a ser a adoção de medidas para garantir que o acesso veicular às residências construídas adjacentes à orla não seja realizado sobre as dunas na região central do Município de Balneário Arroio do Silva.

Comunique-se a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 6º da Resolução 087/2006 do CSMPF e publique-se, na forma do art. 16 da Resolução 87/2006/CSMPF;

encaminhe-se recomendação ao Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, para fechamento dos acessos às dunas nas ruas identificadas acima;

Publique-se esta portaria no mural desta Procuradoria da República, com prazo de 10 dias e comunique-se a PRSC para fins de publicação no site da internet;

ANDERSON LODETTI DE OLIVEIRA
Procurador da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 15, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nos artigos 5º, I, “h”, III, “b”, V, “b”, 6º, VII, “b” e “d”, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o teor do art. 4º, VI, § 4º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010;

CONSIDERANDO o que consta no bojo da Notícia de Fato nº 1.34.009.000290/2017-24, que versa sobre o convênio nº 1144/2009, firmado entre o Município de Presidente Epitácio/SP e o Ministério do Turismo, para a realização da 20ª FEST TUR, com execução física aprovada em parte e regularidade da aplicação financeira diligenciada, conforme constou do Parecer Financeiro CGCV nº 1017/2017;

RESOLVE converter o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000290/2017-24 em INQUÉRITO CIVIL vinculado à 5ª CCR, no exercício do dever ministerial de combate à corrupção, tendo em vista a execução do convênio nº 706349 (1144/2009).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I – INTERESSADOS: Ministério Público Federal; Ministério do Turismo, Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio/SP.

II – EMENTA: Combate à Corrupção – 5ª CCR – Dados de convênios federais celebrados entre o Ministério do Turismo e Municípios do Estado de São Paulo. Convênio nº 706349 (1144/2009), envolvendo o Município de Presidente Epitácio. Objeto: 20ª FEST TUR. Local: Presidente Epitácio/SP.

DETERMINA:

a) Autue-se a presente portaria, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF n. 87/2006.

b) Efetuem-se os registros de praxe, e proceda-se a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

c) Após, determino a análise das informações contidas no Ofício nº 1299/2017, do Ministério do Turismo, e documentação que o acompanha (fls. 21 e seguintes), incluindo a mídia juntada a fls. 24.

LUÍS ROBERTO GOMES
Procurador da República

PORTARIA Nº 16, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nos artigos 5º, I, “h”, III, “b”, V, “b”, 6º, VII, “b” e “d”, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o teor do art. 4º, VI, § 4º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010;

CONSIDERANDO o que consta no bojo da Notícia de Fato nº 1.34.009.000309/2017-32, que versa sobre o convênio nº 732670 (219/2010), firmado entre o Município de Taciba/SP e o Ministério do Turismo, para a realização da ASSOCIAÇÃO DE RODEIO COMPLETO – OS TROPEIROS – 1ª CAVALGADA FEST SHOW DE TACIBA;

RESOLVE converter o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000309/2017-32 em INQUÉRITO CIVIL vinculado à 5ª CCR, no exercício do dever ministerial de combate à corrupção, tendo em vista a execução do convênio nº 732670 (219/2010).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I – INTERESSADOS: Ministério Público Federal; Ministério do Turismo, Prefeitura Municipal de Taciba/SP, Associação de Rodeio Completo – Os Tropeiros, Luiz Donizeti Sifoleli.

II – EMENTA: Combate à Corrupção – 5ª CCR – Dados de convênios federais celebrados entre o Ministério do Turismo e Municípios do Estado de São Paulo. Convênio nº 732670 (219/2010), envolvendo a Associação de Rodeio Completo – Os Tropeiros. Objeto: 1ª Cavalgada Fest Show de Taciba/SP. Local: Taciba/SP.

DETERMINA:

a) Autue-se a presente portaria, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF n. 87/2006.

b) Efetuem-se os registros de praxe, e proceda-se a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

c) Após, determino a análise das informações contidas no Ofício nº 1357/2017, do Ministério do Turismo, e documentação que o acompanha (fls. 21 e seguintes).

LUÍS ROBERTO GOMES
Procurador da República

PORTARIA Nº 17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, bem como nos artigos 5º, I, “h”, III, “b”, V, “b”, 6º, VII, “b” e “d”, e 7º, I, da Lei Complementar nº 75/93;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público federal, bem como promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO o teor do art. 4º, VI, § 4º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, com redação conferida pela Resolução nº 106 do CSMPF, de 6 de abril de 2010;

CONSIDERANDO o que consta no bojo da Notícia de Fato nº 1.34.009.000292/2017-13, que versa sobre o convênio nº 732615 (194/2010), firmado entre o Município de Santo Expedito/SP e o Ministério do Turismo, para a realização do 1º Rodeio Show de Santo Expedito,

RESOLVE converter o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.000292/2017-13 em INQUÉRITO CIVIL vinculado à 5ª CCR, no exercício do dever ministerial de combate à corrupção, tendo em vista a execução do convênio nº 732615 (194/2010).

ELEMENTOS IDENTIFICADORES:

I – INTERESSADOS: Ministério Público Federal; Ministério do Turismo, Prefeitura Municipal de Santo Expedito/SP, Ivandeci José Cabral.

II – EMENTA: Combate à Corrupção – 5ª CCR – Dados de convênios federais celebrados entre o Ministério do Turismo e Municípios do Estado de São Paulo. Convênio nº 732615 (194/2010), envolvendo o Município de Santo Expedito. Objeto: 1º Rodeio Show de Santo Expedito. Local: Santo Expedito/SP.

DETERMINA:

a) Autue-se a presente portaria, nos termos do art. 5º da Resolução CSMPF n. 87/2006.

b) Efetuem-se os registros de praxe, e proceda-se a afixação da presente portaria no local de costume, bem como a remessa de cópia para publicação, conforme o artigo 4º, inciso VI, da Resolução CNMP nº 23, de 17 de setembro de 2007;

c) Após, determino a análise das informações contidas no Ofício nº 1228/2017, do Ministério do Turismo, e documentação que o acompanha (fls. 34 e seguintes).

LUÍS ROBERTO GOMES
Procurador da República

PORTARIA Nº 28, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, José Lucas Perroni Kalil, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II “d”, da Lei Complementar nº 75/93, no art. 25, IV, “a”, da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando o teor do Procedimento Preparatório nº 1.22.000.001251/2017-45, que tinha por objeto apurar supostas irregularidades/falhas de sigilo no Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas – SIGEPE;

Considerando que o procedimento preparatório em questão, instaurado inicialmente pela PR/MG e depois declinado à PR/DF, foi desmembrado e encaminhado a esta Procuradoria da República em Jundiá para fins de verificar eventuais falhas/omissões na gestão das informações inseridas/alteradas/excluídas no sistema, no que tange especificamente ao representante (que seria servidor público lotado na subseção judiciária de Jundiá);

Considerando que o procedimento original foi instaurado em função de um acesso indevido a dados do representante no SIGEPE, propiciando a terceiros não identificados – possivelmente na região de Belo Horizonte - a tentativa de abertura de conta bancária e obtenção de empréstimo consignado junto a agência do Banco Santander em Contagem/MG.

Considerando que, segundo a Nota nº -1459/2017/AGD/CGJ/CONJUR-MP/CGU/AGU, “terceiros compareceram a unidade de gestão de pessoas do servidor com documentos falsificados e solicitavam alteração de dados cadastrais, dados estes que permitiam recuperar a senha de acesso ao SIGEPE, com destaque ara a alteração de e-mail, por meio do qual é possível gerar uma nova senha de acesso”

Considerando que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 2º, II, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Após os registros de praxe no sistema informatizado de controle desta Jundiá/SP, determino as seguintes providências:

1. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPF);

2. Solicite-se ao DESIS/SGP/MP cópia integral, preferencialmente em mídia digital, do processo SEI n.º 20153.000091/2017-01 ou chave para acesso do mesmo no sistema Sapiens;

3. Solicite-se ao órgão local do Ministério da Agricultura informações sobre se há unidade de gestão de pessoas daquele órgão em Jundiá e, em caso negativo, onde se localiza a unidade de gestão onde teria ocorrido a apresentação de documentos falsificados do servidor-vítima e solicitação de alteração de dados cadastrais.

Inicialmente, o presente Inquérito Civil Público terá duração máxima de 1 (um) ano.

Cumpra-se.

JOSÉ LUCAS PERRONI KALIL
Procurador da República

PORTARIA Nº 29, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, José Lucas Perroni Kalil, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 5º, II “d”, da Lei Complementar nº 75/93, no art. 25, IV, “a”, da Lei 8.625/93, no art. 8º, § 1º da Lei 7.345/85, e nos termos do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 87 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, de 03 de agosto de 2006; e do artigo 2º, inciso I, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público, de 17 de dezembro de 2007:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127, caput, da Constituição Federal;

Considerando o teor de documentação apócrifa, reencaminhada pela promotoria de Justiça de Jundiá, no sentido de que, no Hospital de Caridade São Vicente de Paulo, equipamentos, leitos e recursos do SUS estão sendo utilizados para atendimento preferencial de pacientes da rede privada, supostamente por pessoa jurídica de interesse de vereador local;

Considerando que, de acordo com parecer aprovado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, “são de atribuição do Ministério Público Federal todas as ações penais e de improbidade administrativa relativas ao SUS, a não ser que haja prova cabal de lesão exclusiva a recursos estaduais ou municipais. Além disso, na esfera cível, são de atribuição do MPF as ações que intentem sanar deficiências sistêmicas que afetem indistintamente a coletividade usuária. São de atribuição dos Ministérios Públicos estaduais as ações penais e de improbidade relativas a cobranças indevidas contra os usuários do SUS e desvios de recursos exclusivamente estaduais ou municipais. Civilmente, são estaduais as ações civis públicas para sanar falhas que não constituam deficiências do sistema como um todo”;

Considerando que compete ao Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Determina a instauração de Inquérito Civil Público, conforme o disposto no art. 2º, II, da Resolução nº 23, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Após os registros de praxe no sistema informatizado de controle desta Jundiá/SP, determino as seguintes providências:

1. Remessa, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia da presente portaria à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, por meio eletrônico, nos termos do art. 6º, da Resolução nº 87 do CSMPPF, solicitando-lhe a sua publicação (art. 4º, VI, Resolução nº 23 CNMP e art. 16, §1º, I, Resolução nº 87 CSMPPF);

2. Oficie-se ao HCSVP, solicitando encaminhe cópia do contrato celebrado com o ICESP Instituto de Clínicas Especializadas Ltda e eventuais aditivos, informando-nos (i) se é verdade que essa empresa faz cirurgias pela Unimed ou para pacientes particulares utilizando-se de leitos, equipamentos, recursos humanos, luz, água e outros pagos com recursos do SUS, (ii) como é distinguida (e controlada) a jornada de trabalho celetista de Wagner Tadeu Ligabó com os trabalhos por ele desenvolvidos por intermédio da pessoa jurídica em questão, (iii) quais as outras situações de similar natureza nesse hospital (pessoas jurídicas que atendam pacientes fora do SUS no hospital e/ou que trabalhem nas dependências do hospital tanto por vínculo celetista, quanto por vínculo pessoa jurídica) e (iv) outras informações que reputar pertinentes.

Inicialmente, o presente Inquérito Civil Público terá duração máxima de 1 (um) ano.

Cumpra-se.

JOSÉ LUCAS PERRONI KALIL
Procurador da República

PORTARIA Nº 32, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

Notícia de Fato nº 1.34.024.000158/2016-43. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”,

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Óleo, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000158/2016-43;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 33, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000137/2016-28. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de receptor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família, realizados no município de Ourinhos, no período compreendido entre 2013 e maio/2016 considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000137/2016-28;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 34, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

Notícia de Fato nº 1.34.024.000138/2016-72. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “receptor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou receptores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de receptor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Águas de Santa Bárbara, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000138/2016-72;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 35, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000139/2016-17. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Bernardino de Campos, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000139/2016-17;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 36, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000140/2016-41. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Piraju, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000140/2016-41;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 37, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000141/2016-96. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Ribeirão do Sul, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000141/2016-96;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 38, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Convocação em Inquérito Civil. Notícia de Fato nº 1.34.024.000142/2016-31

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Salto Grande, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000142/2016-31;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 39, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Convocação em Inquérito Civil. Notícia de Fato nº 1.34.024.000143/2016-85

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Campos Novos Paulista, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000143/2016-85;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 40, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Convoação em Inquérito Civil. Notícia de Fato nº 1.34.024.000144/2016-20

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Canitar, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000144/2016-20;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 42, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000146/2016-19. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de receptor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”,

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Santa Cruz do Rio Pardo, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000146/2016-19;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 43, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000147/2016-63. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “receptor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou receptores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de receptor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Espírito Santo do Turvo, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000147/2016-63;

10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 44, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000148/2016-16. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de São Pedro do Turvo, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000148/2016-16;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 45, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000149/2016-52. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Sarutaiá, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000149/2016-52;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 46, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000150/2016-87. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Palmital, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000150/2016-87;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 47, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Convocação em Inquérito Civil. Notícia de Fato nº 1.34.024.000151/2016-21

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Fartura, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000151/2016-21;
2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;
3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;
4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10.
5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 48, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Convocação em Inquérito Civil. Notícia de Fato nº 1.34.024.000152/2016-76

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Ibirarema, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000152/2016-76;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMPPF 87/06, com a redação da Resolução CSMPPF 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 49, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Convolução em Inquérito Civil . Notícia de Fato nº
1.34.024.000153/2016-11

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do recebedor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de recebedor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Taguaí, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000153/2016-11;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 50, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato nº 1.34.024.000154/2016-65. Assunto: Convocação em Inquérito Civil

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “recebedor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou recebedores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de receptor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”,

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Tejuπά, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000154/2016-65;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 51, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Assunto: Convoção em Inquérito Civil. Notícia de Fato nº 1.34.024.000155/2016-18

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, em exercício na Procuradoria da República em Ourinhos, com apoio nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, artigos 5º e 6º da Lei Complementar n.º 75/93, e no artigo 2º da Resolução CNMP nº 23/2007:

Considerando a dignidade humana como fundamento da República Federativa do Brasil, na forma do art. 1º, inc. III, da Constituição da República;

Considerando ser a assistência social assegurada na Constituição da República vigente, conforme o art. 203, restrita aos necessitados, como forma de implemento da igualdade substancial, por meio da justiça distributiva;

Considerando a vinculação da Administração Pública aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência (art. 37, caput, da Constituição da República);

Considerando ser o Programa Bolsa Família (PBF) um programa social de transferência direta de renda direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo país;

Considerando ser requisito de participação no PBF renda mensal ou de até R\$ 77,00 por pessoa, ou entre R\$ 77,01 e 154,00, nos termos do art. 18 do Decreto n. 5.209/04;

Considerando ser “beneficiário” toda pessoa impactada pelo PBF, seja na condição de titular do benefício, seja na condição de integrante do clã familiar do titular do benefício;

Considerando ser “receptor” exclusivamente a pessoa a quem efetivamente é paga a parcela mensal do PBF;

Considerando serem aferíveis, em abstrato, sinais exteriores de riqueza que indiquem possíveis inconsistências relacionadas à condição de pobreza legalmente exigida daqueles que são beneficiários ou receptores do PBF;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como servidor público – em especial quando associada ao número de pessoas integrantes do clã familiar – como um desses sinais exteriores de riqueza, dado que a remuneração desses indivíduos é, conforme o art. 39, § 3º, da Constituição da República, necessariamente superior a um salário-mínimo;

Considerando a condição do beneficiário ou do receptor como doador de campanha – em especial quando o valor doado é superior ao valor recebido a título de benefício vinculado ao PBF – como outro sinal exterior de capacidade econômico-financeira;

Considerando a condição de receptor do benefício como proprietário ou responsável por mais de uma empresa também um dado possivelmente revelador de capacidade econômico-financeira;

Considerando ser ilegal o pagamento a pessoas falecidas;

Considerando o disposto no art. 5º, inc. I, da Portaria MDS n. 177/11, no sentido de que a coleta de dados referente à identificação do público a ser cadastrada deverá ser feita prioritariamente por meio de visita domiciliar às famílias;

Considerando serem finitos os recursos públicos destinados ao PBF por Município, o que importa na necessidade de que as pessoas cadastradas para receberem o benefício do PBF na unidade federativa sejam de fato cumpridoras dos requisitos legais;

Considerando o que dispõe o art. 109, inc. I, da Constituição da República, segundo o qual compete à Justiça Federal processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”; e

Considerando o Verbete n. 329 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, pelo qual “[o] Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público”;

RESOLVE

INSTAURAR inquérito civil, com o fim de apurar as circunstâncias objetivas e subjetivas de possíveis pagamentos irregulares a título de Bolsa Família realizados no município de Ipaussu, no período compreendido entre 2013 e maio/2016, considerando a condição econômico-financeira dos beneficiários.

DETERMINAR como diligências/providências preliminares, as seguintes:

1. registre-se e autue-se a presente portaria, junto à Notícia de Fato nº 1.34.024.000155/2016-18;

2. providencie-se, ainda, a afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias;

3. por meio das devidas inserções no Sistema ÚNICO, dê-se ciência à egrégia 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e providencie-se a publicação desta portaria;

4. publicada a Portaria, certifique-se o endereço eletrônico da publicação, a fim de que, doravante, possa constar dos eventuais ofícios expedidos neste feito, atendendo assim, à determinação trazida no §9º, do art. 9º, da Resolução CSMFP 87/06, com a redação da Resolução CSMFP 106/10.

5. Junte-se ao feito cópia da promoção de arquivamento do IC nº 1.34.024.000159/2016-98.

ANTONIO MARCOS MARTINS MANVAILER
Procurador da República

PORTARIA Nº 55, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Notícia de Fato Nº 1.34.033.000162/2017-83. Assunto: Meio ambiente. Operação “ship-to-ship” realizada pela Transpetro no Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR). São Sebastião/SP. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal . Núcleo de Defesa do Meio Ambiente

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por seus membros signatários que a esta subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais e legais previstas, respectivamente, na Lei Complementar nº 75/93 e na Lei nº 8.625/93:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO as atribuições conferidas ao Ministério Público pelo artigo 129 da Constituição da República, em especial para promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (inc. III);

CONSIDERANDO as atribuições e instrumentos legais conferidos ao Ministério Público na Lei 8.625/93, art. 1º (defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis), 25, inc. IV (promoção ICP e ACP), 26, inc. I (instauração ICP e PA), na Lei Complementar 75/93, arts. 5º (defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis), 6º (competência do MPU) e 7º (instauração ICP e PA), na Resolução CSMFP nº 87/2006, arts. 2º, inc. I (instauração do IC), 4º, inc. II (instauração do IC), 8º, parágrafo único (possibilidade de atuação conjunta), na Resolução CNMP nº 23/07, art. 1º (instauração ICP) e 2º, inc. I (instauração de ofício do ICP) e, por fim, nos arts. 5º (legitimidade do MP para ajuizar ACP) e 8º, §1º (poder de requisição na instrução de ICP), ambos da Lei 7.347/85;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput, da CF);

CONSIDERANDO que o meio ambiente ecologicamente equilibrado compõe o “mínimo existencial”, isto é, um conjunto de direitos fundamentais que se deve ter para atingir um status mínimo de dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, inc. III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o meio ambiente (natural, artificial, cultural e do trabalho) está no centro de qualquer atividade humana – considerando o Princípio da Ubiquidade – sua proteção deve ser global, o que fomenta a necessidade de análise do impacto ambiental como condição necessária para a existência da atividade;

CONSIDERANDO os espaços territoriais especialmente protegidos existentes na região, dentre os quais se destacam a Estação Ecológica Tupinambás, o Refúgio de Vida Silvestre de Alcatrazes, a Área de Preservação Ambiental Marinha do Litoral Norte, Parque Estadual de Ilhabela, Áreas de Preservação Permanente, como a restinga e o manguezal;

CONSIDERANDO que a Zona Costeira é patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (art. 225, § 4º, CF);

CONSIDERANDO que qualquer atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente dependerá de EIA/RIMA, conforme determinou o Poder Constituinte (artigo 225, §1º, inc. IV, da CF/88);

CONSIDERANDO que a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) tem atuado como órgão licenciador do Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR), em São Sebastião/SP, haja vista a existência de Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a CETESB;

CONSIDERANDO a operação de transbordo de petróleo feita diretamente entre navios pela Transpetro S. A. no Terminal Aquaviário de São Sebastião/SP;

CONSIDERANDO que a operação (conhecida como “ship-to-ship”) vinha ocorrendo em Angra dos Reis/RJ e foi proibida, haja vista a ocorrência de vazamentos decorrentes da operação, o que, inclusive, fomentou a cassação da licença da empresa Transpetro para a operação “ship-to-ship” no local;

CONSIDERANDO, de acordo com a CETESB, a realização da primeira operação de transbordo de petróleo feita diretamente entre navios (“ship-to-ship”) no Terminal Aquaviário de São Sebastião”, na data de 23/10/2017;

CONSIDERANDO se tratar da mesma embarcação (“Navion Gothenburg”) na qual ocorreu o vazamento e, conseqüente, desastre ambiental em Angra dos Reis/RJ;

CONSIDERANDO a Nota Técnica 4/2017/CGEMA/DIPRO, onde o IBAMA entendeu não caber a aplicação da IN 16/13 para a Operação STS na modalidade atracado;

CONSIDERANDO que, segundo o Despacho nº 135/16/IE, o Departamento de Avaliação de Empreendimentos da CETESB informou que o Processo de Ampliação do Pier havia sido arquivado por solicitação da Transpetro e que o licenciamento do STS deveria dar-se na Agência de São Sebastião, sem estudos de avaliação de impacto;

CONSIDERANDO que a quantidade de operações inicialmente previstas é de 4 (quatro) por mês, podendo variar em função da demanda e das condições climáticas;

CONSIDERANDO que após a realização da primeira operação real, concomitantemente a simulado, a atividade poderá ser incluída em nova versão da Licença de Operação do TA SSE;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para propor ação de responsabilidade civil e criminal, a fim de obrigar o poluidor, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade (art. 14, § 1º, Lei 6.938/81), bem como adotar outras medidas para a garantia do cumprimento das normas de proteção ambiental e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

E, por fim, CONSIDERANDO a expressa previsão de atuação conjunta de membros do parquet na condução de Inquéritos Cíveis (art. 5º, §5º da Lei 7.347/85 e artigo 8º, parágrafo único, da Res. 87/2006, do CSMMPF);

O Ministério Público Federal e o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente – Núcleo Litoral Norte – do Ministério Público do Estado de São Paulo, RESOLVEM ATUAR CONJUNTAMENTE e instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO nos termos do artigo 1º da Resolução CNMP 23/2007 e artigo 1º da Resolução 87 do CSMMPF, consoante portaria anexa, para fiscalizar e apurar eventuais irregularidades no procedimento de licenciamento do Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR), em São Sebastião/SP, onde poderá ocorrer a inclusão da operação “ship-to-ship” na Licença de Operação do tá SSE, considerando a possível incidência de danos ambientais decorrentes da atividade determinando, desde já, a adoção das seguintes medidas: registro e autuação da presente portaria; solicitação de publicação desta Portaria pelo Sistema ÚNICO, com envio de cópia eletrônica à 4ªCCR, para fins do disposto no art. 16, § 1º, I, da Resolução nº 87/06 e art. 7º, §2º da Res. 23 do CNMP; envio por meio eletrônico, cópia da presente portaria ao Ministério Público do Estado de São Paulo, juntamente com o procedimento em epígrafe, para as providências administrativas necessárias.

MARIA REZENDE CAPUCCI
Procuradora da República em Caraguatuba/SP

TADEU SALGADO IVAHY BADARÓ JUNIOR
Promotor de Justiça do GAEMA – LN

ALFREDO LUIS PORTES NETO
Promotor de Justiça do GAEMA – LN

PORTARIA Nº 81, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017

Considerando os termos do despacho de fl. 155 dos autos do Inquérito Civil Público nº 1.34.004.000267/2017-80, determinando a alteração do objeto da Portaria IC nº 81, de 30 de outubro de 2017, publicada no DMPF-e - EXTRAJUDICIAL de 31/10/2017, Página 46, que passa a figurar com a seguinte redação:

Onde se lê: “Averiguar eventuais irregularidades na recusa do plano de saúde em fornecer acessórios necessários ao funcionamento de aparelho auditivo”.

Leia-se: “Apurar a omissão de assistência médica por parte do Exército Brasileiro e eventual procrastinação do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado de São Paulo, no julgamento das denúncias apresentadas pelo denunciante”(…)

AUREO MARCUS MAKIYAMA LOPES
Procurador da República

PORTARIA Nº 454, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi instaurado no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.003696/2017-39, com o propósito de investigar a redução, pelo Instituto de Câncer Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, do número de internações cirúrgicas para pacientes portadores de patologia oncológica na unidade e os possíveis prejuízos causados à sociedade, decorrentes do desamparado no que diz respeito à assistência à saúde; e,

- o referido procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §6º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Assim, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta portaria e o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.003696/2017-39 como Inquérito Civil (art. 4º da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público); e
2. registre-se e publique-se, inclusive na página da internet, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (arts. 4º e 9º da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

LISIANE BRAECHER
Procuradora da República

PORTARIA Nº 455, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando que:

- foi instaurado no âmbito da Procuradoria da República em São Paulo o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.004396/2017-77, a partir de representação ofertada por Francisca Leite, narrando possíveis irregularidades praticadas no âmbito da Universidade Brasil, que impossibilitaria a conclusão dos cursos superiores pelos alunos, em razão da adoção das seguintes práticas: tornar indisponíveis matérias nas quais houve reprovação do aluno, retardar a entrega da documentação a cargo da Instituição no que diz respeito ao estágio obrigatório e retardar o envio da documentação relativa ao FIES, culminando com a perda do prazo pelos alunos; e,

- o referido procedimento ainda está em fase de instrução e já transcorreu o prazo estabelecido no artigo 2º, §6º, da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Assim, resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para que se possa prosseguir na apuração dos fatos e, se necessário, promover as medidas aplicáveis, determinando o quanto segue:

1. autue-se esta portaria e o Procedimento Preparatório nº 1.34.001.004396/2017-77 como Inquérito Civil (art. 4º da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público); e
2. registre-se e publique-se, inclusive na página da internet, controlando-se o prazo de eventual prorrogação (arts. 4º e 9º da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público).

LISIANE BRAECHER
Procuradora da República

PORTARIA Nº 467, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, na forma do artigo 127 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de acordo com o disposto no artigo 129, inciso III, da Carta Magna;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93, incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

CONSIDERANDO o art. 170 da Constituição Federal, que dispõe que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, dentre outros princípios, a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 81 e 82 do Código de Defesa do Consumidor, o Ministério Público é legitimado para a defesa coletiva em juízo dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas;

CONSIDERANDO os elementos constantes do procedimento preparatório nº 1.34.010.000379/2017-51, instaurado para apurar possível prática de cobrança ilegal por serviços não contratado por parte da operadora de serviços de telecomunicações TIM S.A., sendo eles TIM Backup, TIM Banca Virtual e TIM Music;

CONSIDERANDO que, em resposta aos questionamentos do Ministério Público Federal, a ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações informou ter constatado a configuração de venda casada no procedimento adotado pela empresa, notificando-a para regularizar seus planos pré-pagos de forma a adequá-los às normas vigentes, a fim de possibilitar a contratação de plano de serviços de forma avulsa, em condições menos onerosas que a contratação de pacotes incluindo o mesmo plano;

CONSIDERANDO a necessidade de expedição de ofício à ANATEL, para questionar sobre eventual correção da conduta por parte da empresa TIM S.A.;

RESOLVE, com fundamento no artigo 129, III da Constituição Federal, bem como arts. 6º, inciso VII, alínea “b” e 7º, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 75/93, instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, com a finalidade de apurar a eventual prática de venda casada por parte da empresa TIM S.A. bem como a possível afronta ao parágrafo único do art. 43 e o art. 54 do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações e do art. 39, I do CDC. Altere-se a capa dos autos nos seguintes termos:

“EMENTA: CONSUMIDOR. ANATEL. TIM S.A. Cobrança por serviços não contratados. Suposta prática de venda casada e cobrança indevida. TIM Backup, TIM Banca Virtual e TIM Music. Possível afronta aos arts. 43, parágrafo único e 54 do RGC e ao art. 39, I do CDC.”

Determino:

- a) Registre-se e autue-se a presente Portaria, procedendo-se às anotações no Sistema Único, inclusive para fins de publicação e alteração da ementa;
- b) Registre-se a designação do Assessor lotado neste Gabinete da Procuradoria da República em São Paulo para secretariar este inquérito civil;
- c) Controle-se o prazo do presente inquérito civil público (art. 9º da resolução nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público).

ADRIANA DA SILVA FERNANDES
Procuradora da República

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Ref.: Procedimento Preparatório Cível - PP nº 1.34.011.000440/2017-51.
Assunto: Expediente da Corregedoria Regional de Polícia Federal (COR) de São Paulo. Representação criminal oferecida pelo Vereador Julio Cesar Fuzari do PPS da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo/SP (legislatura 2017-2020). Decreto de Desapropriação nº 19.054/2014 para o Programa de Transporte Urbano de São Bernardo do Campo II, voltado às intervenções do Corredor Alvarenga, ECO Alvarenga e Terminal Alves Dias. Imóvel de matrícula nº 860 do 2º RI/São Bernardo do Campo-SP. Propriedade da pessoa jurídica "Ponto Bom Participações Ltda." Suspeita de supervalorização e indenização exorbitante.

1. PRORROGO por mais 90 (noventa) dias, nos termos do art. 2º, § 6º, da Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e do art. 4º, § 1º, da Resolução nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, o andamento do presente procedimento preparatório, na medida em que pendente a vinda e análise de documentos e dados bancários;
2. LANCEM-SE os registros cabíveis junto ao Sistema Único;
3. NOTIFIQUE-SE à Egrégia 5ª CCR/MPF pelo Sistema Único.

FABIANA RODRIGUES DE SOUSA BORTZ
Procuradora da República

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE

PORTARIA Nº 39, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Instauração de Inquérito Civil. Procedimento Preparatório nº 1.35.000.000827/2017-07. Assunto: Apurar infração praticada por JOSÉ MUNIZ BARRETO no Povoado Alto Verde, município de Canindé do São Francisco/SE, consistente em ter em cativeiro 2 espécimes de Asa-Branca, pertencentes à fauna silvestre brasileira, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 9123812-E.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora Regional da República infrafirmada, Titular do 2º Ofício da Tutela Coletiva da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; no art. 6º, VII, "b", da Lei Complementar nº 75/93; no art. 25, IV, "a", da Lei 8.625/93; no art. 2º, I, da Resolução nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal e no art. 2º, inciso II, da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, RESOLVE converter o presente procedimento preparatório em INQUÉRITO CIVIL, determinando-se, ao Setor Extrajudicial, que providencie:

1. o registro e a autuação da presente Portaria com as peças informativas nº 1.35.000.000827/2017-07, como "Inquérito Civil", que deverá ter como elementos de capa:

OBJETO: Apurar infração praticada por JOSÉ MUNIZ BARRETO no Povoado Alto Verde, município de Canindé do São Francisco/SE, consistente em ter em cativeiro 2 espécimes de Asa-Branca, pertencentes à fauna silvestre brasileira, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº 9123812-E.

Distribuição: 2º Ofício da Tutela Coletiva – PR/SE

GRUPO TEMÁTICO PRINCIPAL: 4ª Câmara – MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

2. a afixação da presente portaria, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no quadro de avisos da recepção da Procuradoria da República no estado de Sergipe (art. 4º, VI, da Resolução nº 23 CNMP).

A fim de serem observados o art. 9º da Resolução nº 23 do CNMP e o art. 15 da Resolução nº 87 do CSMMPF, deve o Setor Extrajudicial realizar o acompanhamento do prazo inicial de 1 (um) ano para conclusão do presente inquérito civil, mediante certidão nos autos após o seu transcurso.

LEONARDO CERVINO MARTINELLI
Procurador da República
Em substituição no 2º OTC

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO DE 17 DE DEZEMBRO DE 2017

Procedimento Preparatório n.º 1.36.000.000655/2017-26

1. Trata-se de procedimento preparatório instaurado com o objetivo de apurar supostas irregularidades, por parte da Universidade Federal do Tocantins (UFT), quanto ao cumprimento do Decreto n.º 6.593, de 2 de outubro de 2008, que trata da isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo Federal.

2. Constata-se, inicialmente, que o prazo para encerramento do procedimento preparatório está esgotado, mas ainda há diligências a serem realizadas, imprescindíveis à elucidação dos fatos investigados.

3. Em síntese, segundo a Manifestação 201700464571, que deu origem ao presente procedimento, a UFT vem descrevendo critérios adicionais ao referido decreto, nos editais, e consequentemente restringindo a isenção de taxa de inscrição para candidatos de baixa renda.

4. Em última diligência realizada, oficiou-se à UFT para que prestasse esclarecimentos sobre os fatos narrados na representação de fl. 03, especialmente fundamentando os critérios utilizados para a concessão de isenção de taxa de inscrição em seus processos seletivos de pós-graduação.

5. Em resposta, a UFT apenas informou que foi oportunizado período aos recursos, após o resultado da isenção de inscrição, e que recebeu um único recurso – que, inclusive, foi provido.

6. É o breve relato.

7. Observa-se que o Decreto n. 6.593, de 02 de outubro de 2008 assim dispõe:

Art. 1º Os editais de concurso público dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo federal deverão prever a possibilidade de isenção de taxa de inscrição para o candidato que:

I - estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007; e

II - for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007. 2

§ 1º A isenção mencionada no caput deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, contendo:

I - indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico; e

II - declaração de que atende à condição estabelecida no inciso II do caput.

§ 2º O órgão ou entidade executor do concurso público consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

§ 3º A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto no 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Art. 2º O edital do concurso público definirá os prazos limites para a apresentação do requerimento de isenção, assim como da resposta ao candidato acerca do deferimento ou não do seu pedido.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento do pedido, o candidato deverá ser comunicado antes do término do prazo previsto para as inscrições.

(...) (destaques acrescentados)

8. Por sua vez, o edital às fls. 05/06 prevê outros requisitos adicionais: (c) “nos últimos três anos, não tenha estudado na Rede Particular de Ensino Superior – Graduação e Pós-Graduação -, exceto mediante a concessão de bolsa integral” e (d) concluiu ou esteja concluindo o Ensino Superior – Graduação e Pós-Graduação – em instituição Pública, sem cobrança de mensalidades.

9. O recurso acolhido pela UFT, consoante informações vagas à fl. 21, aparentemente se refere exatamente a tais alíneas “c” e “d”. Neste contexto, é preciso ter uma melhor dimensão da questão.

10. Assim, devem ser realizadas as seguintes diligências:

(a) com fulcro no § 1º do art. 4º da Resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal – CSMPF, prorroga-se, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a tramitação deste procedimento preparatório, providência que deverá ser registrada no Sistema Único e comunicada ao NAOP – 1ª Região; e

(b) em seguida, oficie-se à UFT, requisitando que informe: (i) quais os fundamentos legais para previsões das alíneas “c” e “d”, item 05, do edital n. 019/2017-PPGDR; (ii) quantos candidatos tiveram a inscrição negada por não satisfazer os requisitos de tais alíneas? (iii) qual a íntegra da fundamentação da decisão administrativa que deferiu o recurso apresentado pela candidata indicada no Mem. 313/2017-PROPESQ, Paula Regis Dias Borges; (iv) considerando que a elaboração dos editais é feita pelas coordenações dos cursos de Pós-graduação, quantos outros editais para cursos em 2017/2018 preveem requisitos além dos constantes no Decreto n. 6.593, de 02 de outubro de 2008? (a resposta deverá ser instruídas com cópia de todos os editais de tal período, em mídia digital); (v) se os mesmos requisitos das alíneas “c” e “d” serão utilizados em editais posteriores de mesma natureza.

11. Após o cumprimento das diligências, voltem os autos conclusos para deliberação.

CAROLINA AUGUSTA DA ROCHA ROSADO

Procuradora da República

Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão

EXPEDIENTE**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO**

Diário do Ministério Público Federal - Eletrônico Nº 236/2017
Divulgação: segunda-feira, 18 de dezembro de 2017 - Publicação: terça-feira, 19 de dezembro de 2017

SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03
CEP: 70050-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3105.5913
E-mail: pgr-publica@ mpf.mp.br

Responsáveis:

Konrad Augusto de Alvarenga Amaral
Subsecretário de Gestão Documental

Renata Barros Cassas
Chefe da Divisão de Editoração e Publicação